MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Maceió, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012.

Maceió, 2013

AUTORIDADES

Dilma Roussef
Presidente da República

Aloizio Mercadante
Ministro da Educação

Marco Antônio de Oliveira
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Sérgio Teixeira Costa
Reitor

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Sérgio Teixeira Costa
Reitor

Luís Henrique Gouvêa Lemos
Pró-Reitor de Ensino

Wellington Spencer Peixoto
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Altemir João Secco
Pró-Reitor de Extensão

Carlos Henrique Almeida Alves
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

José Carlos Pessoa de Melo
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Jeane Maria de Melo
Diretora Geral do Campus Maceió

Anselmo Lúcio Aroucha Santos
Diretor-Geral do Campus Satuba

Carlos Guedes de Lacerda
Diretor-Geral do Campus Palmeira dos Índios

Marília de Góis Netto
Diretora Geral do Campus Marechal Deodoro

Ricardo de Albuquerque Aguiar
Diretor-Geral do Campus Piranhas

Osineide Cavalcante de Farias
Diretor-Geral do Campus Penedo

Fábio Ribeiro
Diretor-Geral do Campus Arapiraca

Dácio Lopes Camerino Filho
Diretor-Geral do Campus Maragogi

Erisvaldo Ramalho
Diretor-Geral do Campus Avançado Murici

José Acioly de Carvalho
Diretor-Geral do Campus Avançado Santana do Ipanema

CONSELHO SUPERIOR

Sérgio Teixeira Costa
Presidente

Fabiano Duarte Machado – Titular
Marcos Henrique Lucena Serafim – Suplente
Eduardo Frigoletto de Menezes – Titular
Roberto Calábria Guimarães da Silva – Suplente
Representantes do Corpo Docente

Maurício Ferreira Menezes – Titular
Elizabete Bezerra Patriota – Titular
Representante do Corpo Técnico Administrativo

Lucas Gomes Santos – Titular
Matheus Carlos Oliveira de Lima – Titular
Ítalo Weslley Cardoso Veríssimo – Suplente
Representantes do Corpo Discente

Nelson Prieto Ferro - Titular
Ésio Melo de Andrade – Titular
Representantes dos Alunos Egressos

Alfredo Raimundo Correia Dacal – Titular
Marcelo de Souza Carvalho – Suplente
Ana Paula de Oliveira Peixoto – Titular
José Barbosa Filho – Suplente
Representantes de Entidades Patronais

Maria Amélia Calheiros Santos - Titular
Marcos Antônio Pereira da Silva - Suplente
Nilton Gomes Coelho – Titular
Marcos da Silva Gomes – Suplente
Representantes de Entidades dos Trabalhadores

Luiz Otávio Gomes Silva – Titular
Alyne Vieira Silva – Suplente
Eduardo Setton Sampaio da Silveira - Titular
Lenilda Austrilino Silva – Suplente
Representantes do Setor Público

Carlos Guedes de Lacerda – Titular
Dácio Lopes C. Filho – Titular
Marília Costa Gois – Suplente
Ricardo de Albuquerque Aguiar – Suplente
Representantes do Colégio de Dirigentes

Cláudia Silva Santos – Titular
Aléssio Trindade de Barros – Suplente
Representantes da SETEC/MEC

APRESENTAÇÃO

Este relatório representa uma avaliação das ações e metas estabelecidas e cumpridas pelo Instituto Federal de Alagoas em 2012, nesta centenária instituição federal de ensino. O documento enfatiza planos e ações realizados nesse período e que contribuíram para a concretização de uma gestão voltada para atender aos anseios da população alagoana, na ocasião em que a educação profissional e tecnológica desponta como uma iniciativa redentora no que se refere aos aspectos socioeconômicos de Alagoas.

Nos últimos anos, o IFAL foi beneficiado com a maior expansão já ocorrida em toda a sua história, no momento em que ganhou 'status' de universidade e proporcionou a instalação e ampliação de campus em todas as regiões do Estado, cujo resultado esperado é de um futuro promissor e associado às oportunidades de mercado de trabalho aliado às novas tecnologias no campo profissional. Esse tem sido o maior desafio das administrações recentes. A expansão representa um antigo anseio da população dos municípios alagoanos que observa, na iniciativa do governo federal, a chance de capacitação profissional de jovens, antes sem perspectiva profissional alguma, mas que agora reacende a esperança de um futuro melhor com a possibilidade de ingresso de empreendimentos empresariais e industriais em sua região em decorrência da ampliação do ensino profissional.

No entanto, essa instituição federal de ensino teve que se adaptar ao novo conceito, com mudanças de hábitos e atitudes. A participação da comunidade acadêmica em um processo eleitoral democrático para a escolha de reitor e diretores-gerais dos campus, a estruturação dos órgãos colegiados e comissões representativas dos servidores técnicos administrativos e docentes foram algumas dessas ações decisivas para efetivação do momento atual.

A concretização de metas e ações passa pela valorização do ser humano e, por isso, nesse período enfatizou-se à implantação de novos cursos técnicos, tecnológicos voltados para a área do empreendedorismo, cooperativismo e geração de emprego e renda. Destaca-se ainda, na área de Ensino, a introdução de cursos de bacharelados e de licenciaturas, como efetiva contribuição para solucionar um quadro adverso que impera na maioria das salas de aula da rede pública de ensino que é a carência de professores, notadamente nas áreas de ciências exatas e nas demais áreas profissionais.

A consolidação do Instituto Federal como uma instituição fomentadora do desenvolvimento social e econômico de Alagoas fez com que um aporte no aspecto orçamentário-financeiro fosse reivindicado e, prontamente atendido pelo Ministério da Educação, visando adaptar todos os campus à nova configuração. Com isso, foram previstos entre os planos e metas, ações como reformas, construção e ampliação de salas de aulas das unidades já existentes e adaptações arquitetônicas dos novos campus para melhor acolher seu corpo discente. O aumento da relação professor-aluno passa a ser outro desafio a ser conquistado em dois anos como modo de garantir o acesso ao ensino público com melhor qualidade.

O Relatório de Gestão é um instrumento que indica a aplicação eficiente dos recursos, o atingimento dos objetivos traçados durante todo o processo de planejamento dentro da instituição. O conteúdo aqui exposto não só aponta os desafios enfrentados e metas atingidas, como também, mas é um referencial importante para indicar futuro do IFAL, como instituição de ensino estimuladora da educação profissional e aliada da sociedade.

Sérgio Teixeira Costa
Reitor

BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Para melhor compreender a construção histórico política do ensino técnico em terras alagoanas, particularmente a se compreender que o Instituto Federal de Alagoas nasce de duas autarquias com personalidades, até então, absolutamente distintas, mister se faz separar as narrativas, pelo menos, até 28 de dezembro de 2008 nas alusivas aos extintos CEFET e Agrotécnica Federal, iniciando por aquele.

Através do Decreto N° 7.566, de 23 de setembro de 1909, o Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas profissionalizantes no País, denominadas *Escola de Aprendizes Artífices*. A maioria delas foi criada onde ainda não existiam indústrias o que comprova que seu objetivo inicial era o de qualificar artesãos e não para a formação de mão de obra para a indústria. Da mesma forma, sua localização, sempre nas capitais, obedecia mais a critérios políticos do que a critérios de desenvolvimento urbano e socioeconômico. O aumento considerável de pessoas "deserdadas" ou "desvalidas" que afluíam para as cidades fez com que essas escolas fossem criadas com o propósito de neutralizar esses efeitos, considerados nocivos ao governo.

A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, que surgiu em cumprimento de disposto em diploma legal do Governo Federal, já nasceu envolta em estigma, preconceito e discriminação. O tempo, entretanto, se encarregou de apagar essa imagem. Instalou-se, inicialmente, na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Centro, no dia 21 de janeiro de 1910. Para o início das aulas, foram montadas oficinas de serralharia, marcenaria, fundição e sapataria. Além desses ofícios, ensinava-se o curso primário e o curso de desenho. Foram matriculados 93 alunos.
A falta de condições de funcionamento, devido às instalações precárias, fez com que a Escola passasse a funcionar na Praça Sinimbu (atual prédio da Antiga Reitoria da Universidade Federal de Alagoas – UFAL). Após alguns meses, foi instalada a oficina de alfaiataria, perfazendo o total de cinco, número limite exigido pelo Governo Federal.

Ao longo dos 100 anos de existência, a Escola passou por vários processos de reforma, recebendo diferentes denominações: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1909 a 1937), Liceu Industrial de Maceió (1937 a 1961), Escola Industrial Deodoro da Fonseca e Escola Industrial Federal de Alagoas (1961 a 1967), Escola Técnica Federal de Alagoas (1967 a 1999), Centro Federal de Educação, Tecnológica de Alagoas, de acordo com os termos da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, depois regulamentado nos termos do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997 e implementado nos termos do Decreto de 22 de março de 1999, tornou-se instituição dotada de todas as prerrogativas de uma Instituição de Ensino Superior, nos termos do Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004. E, finalmente, a partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e com ela a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

Em 1987, o Ministério da Educação resolveu criar um programa de expansão e melhoria do ensino técnico de 2º grau. Com sua execução nasceram os campus avançados das Escolas Técnicas Federais, denominados de Unidades de Ensino Descentralizadas. Ainda como Escola Técnica Federal de Alagoas, foi atribuída a essa instituição a tarefa de implantar duas unidades de ensino: a Unidade Descentralizada de Palmeira dos Índios, localizada no município de Palmeira dos Índios, distante 130 km de Maceió, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.530 do DOU, datada de 19 de outubro de 1992; e a Unidade Descentralizada de Marechal Deodoro, localizada no Município de Marechal Deodoro, distante 25 Km da capital, que teve seu funcionamento autorizado através da portaria 1.699 do DOU, datada de 6 de dezembro de 1994.

No ano de 1999, a Escola Técnica Federal Alagoas é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - o que permitiu a criação dos primeiros cursos superiores de

tecnologia.

No período de 2000 a 2008, foram sendo implantados diversos cursos de nível superior, destinados à formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, e também convênios e programas para a qualificação em nível de pós-graduação dos servidores efetivos do CEFET-AL.

Como dissemos anteriormente, a história do Instituto Federal de Alagoas, por força de sua formação inicial, desdobra-se em duas: a primeira, do CEFET-AL e a segunda da Escola Agrotécnica Federal de Satuba que, de modo resumido, apresentamos agora.

O Município de Satuba está localizado na Região Metropolitana de Maceió, Estado de Alagoas. No início, o povoado era conhecido como "Carrapato". Existiam apenas 11 casas de taipa e palha. Em 1893, houve a construção de uma pequena capela que, mais tarde, foi reformada para ser a matriz de Nossa Senhora da Guia. Dois sítios e dois engenhos garantiam o desenvolvimento de "Carrapato", principalmente onde hoje funciona o Campus Satuba do Instituto Federal de Alagoas.
A povoação crescia, mas o comércio não acompanhou o progresso. Entretanto, quando a estrada de ferro começou a ser construída, "Carrapato" conseguiu ter um bom movimento. O antigo nome foi alterado para Satuba, que vem de "saúva", uma formiga característica das terras da região. A primeira escola pública também surgiu nessa época. Uma agência postal funcionou como o primeiro serviço público de Satuba.

Até 1950, era povoado de Rio Largo, mas, depois do censo, alguns moradores resolveram lutar pela emancipação, Walter Figueiredo e Aristeu Lopes de Oliveira, por exemplo, praticamente asseguraram que, em 1960, a lei 2.265 garantisse a autonomia administrativa e política.
Desde a sua fundação, até os dias atuais, o Campus Satuba teve várias denominações. No entanto, sempre permaneceu destinado a formar mão de obra qualificada, para atender à demanda do setor agropecuário do Estado de Alagoas, não só às indústrias do ramo, mas, sobretudo, buscando melhorar a vida do homem do campo, através da disseminação de tecnologias que significassem aumento da produtividade e dos lucros, para as explorações agrícolas e zootécnicas das comunidades rurais.

O Decreto Lei Nº 8.940, de 30 de agosto de 1911 cria o Patronato Agrícola de Alagoas, destinado a ensinar, inicialmente, aos jovens, ofícios como os de selaria, carpintaria, sapataria, entre outros. Apenas a partir de 1931, o Patronato inicia o ensino profissional agrícola.

Em 1934, o Patronato foi transformado no aprendizado agrícola de alagoas, recebendo a denominação de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto no ano de 1939.
A partir de 1943, o Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto passou a oferecer três níveis de cursos: Curso Básico, Curso Rural e Curso de Adaptação.

Em 1947, o Aprendizado recebeu a denominação de Escola Agrícola Floriano Peixoto, denominação que permaneceu até o ano de 1957, quando passou a se denominar Escola Agrotécnica Floriano Peixoto. A partir desta data, a Escola passou a oferecer o Curso Técnico de Agricultura, com sua primeira turma formada em 1960.

Nova denominação surge em 1964, quando a escola foi denominada Colégio Agrícola Floriano Peixoto. A esta época, o colégio oferecia os cursos de Iniciação e Mestria Agrícola, além do Técnico em Agricultura.

A partir de 1969, deixam de existir os cursos de iniciação e de mestria, permanecendo, apenas o de Técnico em Agricultura.

Com as mudanças ocorridas após a criação da antiga Coordenação do Ensino Agropecuário – COAGRI houve a unificação nacional do título novo do curso, que passou a chamar-se curso Técnico em Agropecuária.

Desde 4 de setembro de 1979, por força do Decreto nº 83.937, a instituição recebeu a denominação, corrente em todo o território nacional, para esse tipo de ensino, de Escola Agrotécnica Federal de Satuba. Em novembro de 1993 passou a ser uma Autarquia Federal.

A FORMAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Em dezembro de 2008 é criada uma nova Instituição, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, formado a partir da fusão das duas autarquias anteriormente referenciadas (Escola Agrotécnica Federal de Satuba – EAFS e Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET-AL) que, inicialmente com históricos distintos, passam a construir uma nova realidade educacional em Alagoas. Sua precípua finalidade é a de ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação Instituto Federal de Alagoas …. 17
Quadro 2 – Portfólio 2013 …. 37
Quadro 3 – Número de Alunos em Estágio e Empresas Conveniadas 52
Quadro 4 – Eventos de Extensão e Número de Participantes 53
Quadro 5 – Projetos de Extensão e Número de Docentes Envolvidos em Projetos de Extensão . . 53
Quadro 6 – Número de Técnicos Administrativos e alunos envolvidos em Projetos …..... 54
Quadro 7 – Cursos de Extensão Realizados e Público Atendido 54
Quadro 8 – Relação de Eventos de Extensão Realizados 55
Quadro 9 – Relação de Cursos de Extensão Realizados 56
Quadro 10 – Público Atendido Pelos Projetos de Extensão …..... 57
Quadro 11 – Variáveis de Extensão …..... 70
Quadro 12 – Número de Alunos Beneficiados com Bolsas e Auxílio Alimentação 75
Quadro 13 – Número de Atendimentos Odontológicos, Auxílio Moradia e Proeja 76
Quadro 14 – Número de Óculos Corretivo, Atendimentos Psicológicos e Médicos 77
Quadro 15 – Número de Auxílio Transporte, Fardamento e Refeições Servidas …..... 78
Quadro 16 – Atendimento ao Acórdão TCU …..... 87
Quadro 17 – Ação 20RG ..…..... 103
Quadro 18 – Ação 20RL …..... 103
Quadro 19 – Ação 2994 104
Quadro 20 – Ação 6358 …..... 105
Quadro 21 – Ação 2004 …..... 106
Quadro 22 – Ação 2010 ..…..... 106
Quadro 23 – Ação 2011 …..... 107
Quadro 24 – Ação 2012 ..…..... 107
Quadro 25 – Ação 20CW …..... 108
Quadro 26 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ …..... 109
Quadro 27 – Programação de Despesas Correntes …..... 109
Quadro 28 – Programação de Despesas de Capital …..... 110
Quadro 29 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 110
Quadro 30 – Movimentação Orçamentária por Grupo de despesa …..... 111
Quadro 31 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários …..... 113
Quadro 32 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários …..... 114
Quadro 33 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação …..... 115
Quadro 34 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação …..... 116
Quadro 35 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos …..... 117
Quadro 36 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores …..... 117
Quadro 37 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) …..... 118
Quadro 38 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador …..... 119
Quadro 39 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) …..... 120
Quadro 40 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF) …..... 120
Quadro 41 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 …..... 121
Quadro 42 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12 …..... 121
Quadro 43 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ 122
Quadro 44 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12 ….. 122

Quadro 45 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 …. 123
Quadro 46 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores …... 124
Quadro 47 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro …. 125
Quadro 48 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) …. 125
Quadro 49 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac …. 125
Quadro 50 - Composição do Quadro de Estagiários …. 126
Quadro 51 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ….. 127
Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra …. 128
Quadro 53 – Campus Satuba …. 129
Quadro 54 – Campus Maceió …. 130
Quadro 55 – Campus Marechal Deodoro …. 131
Quadro 56 – Campus Palmeira dos Índios …. 132
Quadro 57 – Campus Arapiraca …. 133
Quadro 58 – Campus Piranhas …. 134
Quadro 59 – Campus Murici …. 135
Quadro 60 – Campus Santana do Ipanema …. 136
Quadro 61 – Campus São Miguel dos Santos …. 137
Quadro 62 – Campus Penedo …. 138
Quadro 63 – Campus Maragogi …. 139
Quadro 64 – Patrimônio …. 140
Quadro 65 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.140
Quadro 66 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ….141
Quadro 67 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ …. 142
Quadro 68 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada …. 143
Quadro 69 – Aspectos sobre a Gestão Ambiental …. 146
Quadro 70 – Deliberações do TCU …. 148
Quadro 71 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício …. 149
Quadro 72 – Deliberações do TCU Pendentes …. 150
Quadro 73 – Recomendações do OCI …. 152
Quadro 74 – Estrutura da Auditoria da Unidade Jurisdicionada …. 152
Quadro 75 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV …. 184
Quadro 76 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR …. 184
Quadro 77 – Declaração do Contador, com ressalva …. 185
Quadro 78 – Titulação dos Técnicos Administrativos Educacionais– TAE …. 186
Quadro 79 – Jornada de Trabalho dos Técnicos Administrativos Educacionais– TAE …. 186
Quadro 80 – Titulação dos Docentes …. 186
Quadro 81 – Jornada de Trabalho dos Docentes …. 187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Alunos beneficiados com bolsa no Programa de Iniciação Profissional …..... 72
Tabela 2 - Alunos beneficiados no Programa Bolsa de Estudo …..... 72
Tabela 3 - Alunos beneficiados no Programa de Auxílio Alimentação …..... 72
Tabela 4 - Alunos beneficiados no Programa de Alimentação e Nutrição Escolar …..... 73
Tabela 5 - Alunos beneficiados no Programa de Auxílio Transporte …..... 73
Tabela 6 - Alunos beneficiados com fardamento …..... 73
Tabela 7 - Alunos beneficiados com óculos corretivo …..... 73
Tabela 8 - Alunos beneficiados no Programa Auxílio Moradia …..... 73
Tabela 9 - Alunos beneficiados no Programa Bolsa Proeja …..... 74
Tabela 10 – Número de atendimentos psicológicos …..... 74
Tabela 11 – Número de atendimentos médicos …..... 74
Tabela 12 – Número de atendimentos odontológicos …..... 74

LISTA DE FIGURAS

Figura-1: Presença do IFAL em Alagoas …. 21
Figura-2: Organograma Funcional dos Novos Campus 22
Figura-3: Representação da Cadeia de Valor 23
Figura-4: Macroprocesso de Gestão Administrativa..... 24
Figura-5: Macroprocesso de Extensão …. 25
Figura-6: Macroprocesso de Desenvolvimento Institucional 26
Figura-7: Macroprocesso de Pesquisa e Inovação 27
Figura-8: Macroprocesso de Ensino …. 28
Figura-9: Macroprocesso de Gestão Acadêmica 28

Sumário

Autoridades …. 03
Colégio de Dirigentes …. 04
Conselho Superior …. 05
Apresentação …. 06
Breve Histórico do IFAL …. 07
A Formação do IFAL …. 09
Lista de Quadros 10
Lista de Tabelas …. 12
Lista de Figuras …. 13
Sumário …. 14

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO …. 17
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada …. 17
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade …. 18
1.3. Organograma Funcional …. 22
1.4. Macroprocessos Finalísticos …. 22
1.5. Macroprocessos de Apoio …. 23
1.6. Principais Parceiros …. 29

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES …. 29
2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada …. 29
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos …. 30
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações …. 43
2.3.1. Análise Crítica das Atividades de Extensão.... 44
2.3.1.1. Acordo de Metas e Compromissos …. 71
2.3.2. Políticas de Assistência Estudantil …. 71
2.3.3. Ações Voltadas para o Acesso e Permanência do Aluno …. 75
2.3.4. Análise Crítica das Atividades de Ensino …. 79
2.4. Indicadores Acadêmicos 81

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO …. 89
3.1. Estrutura de Governança …. 89
3.2. Funcionamento dos Controles Internos …. 96
3.3. Sistema de Correição …. 98
3.4. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU …. 102

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA …. 103
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ …. 103
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa …. 109
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ …. 109
4.2.2. Programação de Despesas …. 109
4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes 109
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital 110
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência 110

4.2.3. Execução Orçamentária da Despesa …. 111
4.2.3.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários …. 111
4.2.3.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários …. 113
4.2.3.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários …. 114
4.2.4. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação …. 115
4.2.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação …. 115
4.2.4.1.1. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação …. 116

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA …. 117
5.1. Reconhecimento de Passivos …. 117
5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores …. 117
5.3. Análise Crítica …. 118
5.4. Suprimento de Fundos …. 118
5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos …. 118
5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B" …. 119
5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) …. 119
5.4.1.3. Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ …. 120
5.4.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos …. 120

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS …. 121
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos …. 121
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada …. 121
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada …. 121
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho …. 122
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade …. 122
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade …. 123
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada …. 124
6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas …. 125
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria …. 125
6.1.5. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação …. 125
6.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC …. 125
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários …. 126
6.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada ….127
6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão …. 128

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO …. 140
7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros …. 140
7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário …. 140
7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial …. 140

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros …..... 141
7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ …..... 142

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO …..... 143
8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI) …..... 143
8.2. Análise Crítica …..... 144

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL …..... 146
9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis …..... 146

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS …..... 148
10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício …..... 148
10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício …..... 149
10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício …..... 150
10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício …..... 152
10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna …..... 152
10.2.1. Estrutura e Posicionamento da Unidade de Auditoria no Organograma …..... 152
10.3. Análise Crítica …..... 153
10.4. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV …..... 184
10.5. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93 …..... 184

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS …..... 185
11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público …..... 185
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis …..... 185
11.2.1. Declaração com Ressalva …..... 185
11.3. Parecer da Auditoria Independente …..... 185

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO …..... 186
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ …..... 186

1. IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro I – Instituto Federal de Alagoas

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			**Código SIORG**: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas			
Denominação abreviada: IFAL			
Código SIORG: 100900	**Código LOA:** 26402	**Código SIAFI:** 158147	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Técnica, Tecnológica e Profissional		**Código CNAE:** 8541-4/8542-2	
Telefones/Fax de contato:	(082) 3194-1150	(082) 3194-1168	(082) 3194-1172
E-mail: secgab@ifal.edu.br			
Página na Internet: http://www2.ifal.edu.br			
Endereço Postal: Rua Odilon Vasconcelos, nº 103. Jatiúca. 57035-350, Maceió/Alagoas.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais e Educação, Ciência e Tecnologia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Resolução n° 11, de 22 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de outubro de 2009, que autoriza a aprovação do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas. - Lei n° 9.94/2006, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. - No Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2009 foi publicada a Resolução nº 11, de 22 de setembro de 2009 que aprova o Estatuto do IFAL. O mesmo traz em seus títulos a natureza e as finalidades do IFAL, quais os órgãos colegiados e técnicos, o seu regime acadêmico, a comunidade acadêmica, dos diplomas, certificados e títulos e as disposições gerais e transitórias, onde consta a indicação para a construção e aprovação do regimento geral do IFAL. - O Registro Interno encontra-se em conclusão.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013. Demais dados reportar ao site institucional.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
158147	Reitoria		
158380	*Campus* Marechal Deodoro		
158381	*Campus* Maceió		
158382	*Campus* Satuba		
158383	*Campus* Palmeira dos Índios		
152800	*Campus* Penedo		
152801	*Campus* Santana do Ipanema		
152802	*Campus* Piranhas		

152803	*Campus* Murici
152804	*Campus* São Miguel dos Campos
152805	*Campus* Arapiraca
152815	*Campus* Maragogi
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26402	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158147	26402
158380	26402
158381	26402
158382	26402
158383	26402
152800	26402
152801	26402
152802	26402
152803	26402
152804	26402
152805	26402
152815	26402

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

De acordo com a Lei 11.892/2008, no seu Art. 6º consta como finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

O Instituto Federal de Alagoas é vinculado a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, o IFAL executou suas ações dentro dos Programas de Governo de seu Orçamento, sempre balizado na sua Função Social (Missão) e Finalidades Institucionais. De modo geral fica como sendo:

Função Social (Missão):
Formar cidadãos capazes de reconhecerem-se sujeitos de ideias e de conhecimentos nos mais diversos campos do saber, da cultura e das artes, promovendo a qualidade social da educação fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico-cultural alagoano e brasileiro.

Finalidades Institucionais:
Formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

É importante ressaltar as principais características da Instituição como forma de demonstrar a abrangência de sua área da atuação e as diversas possibilidades de atender às políticas públicas, programas e ações de governo, que tratam da inclusão social través da educação profissional e tecnológica. Com base na Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008, são finalidades e características do IFAL:
I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VI. *desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*
VII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
VII. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

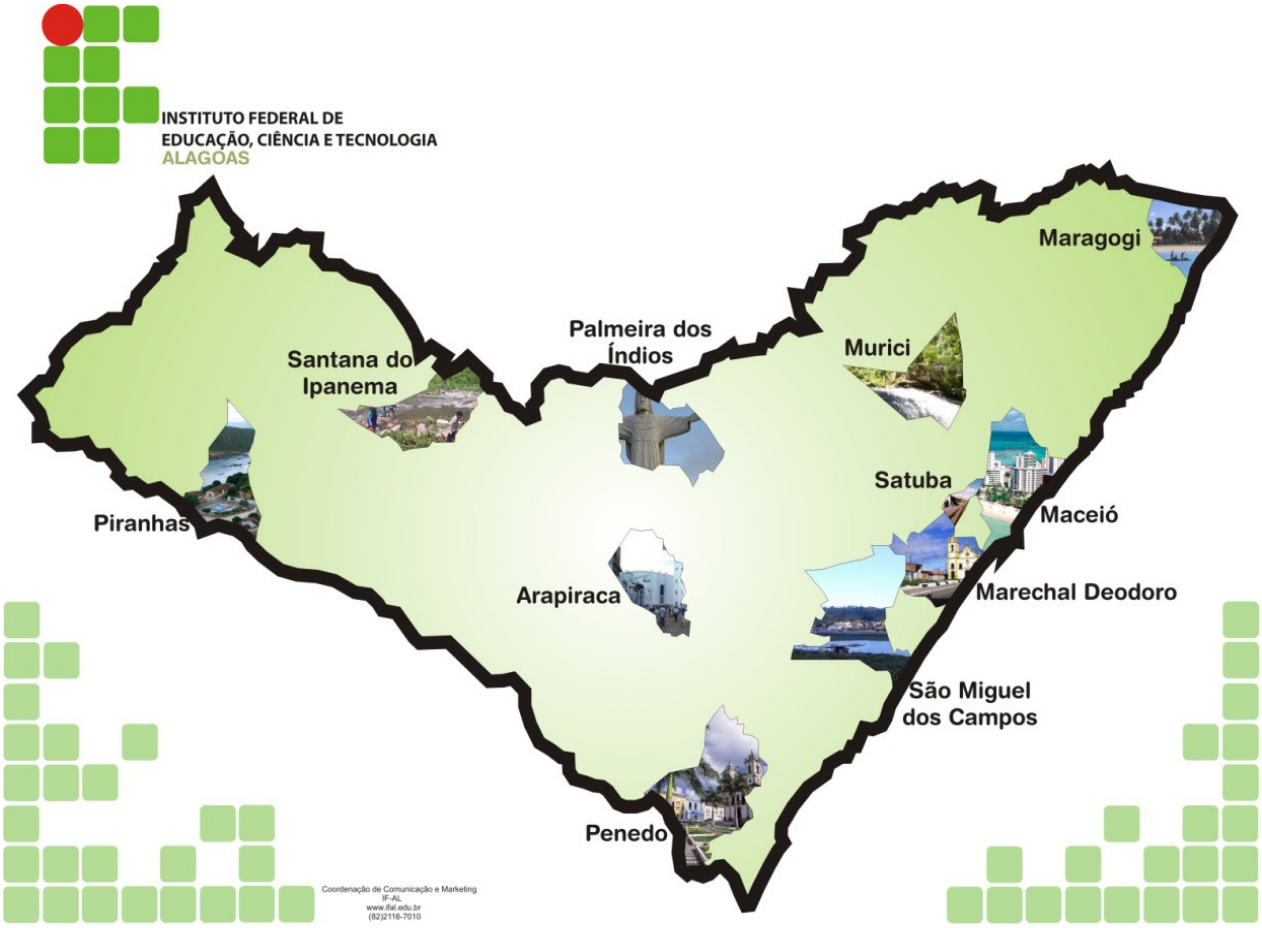
Os programas e ações de governo executados pelo IFAL buscam ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica para os diversos níveis e modalidades de ensino e promover a inclusão social a amplas camadas da população, contribuindo para reduzir as desigualdades. Visam, ainda, suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho. Além disso, dotar a Instituição de acervo bibliográfico e equipamentos atualizados e promover a qualificação de seu pessoal, com vistas à melhoria continuada do processo

de ensino-aprendizagem.

Portanto, o IFAL reforça o seu papel na sociedade como o maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo e o cenário regional. Num processo de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

A presença do IFAL no Estado de Alagoas pode ser observada através da Figura-1 abaixo:

Figura-1: Presença do IFAL em Alagoas

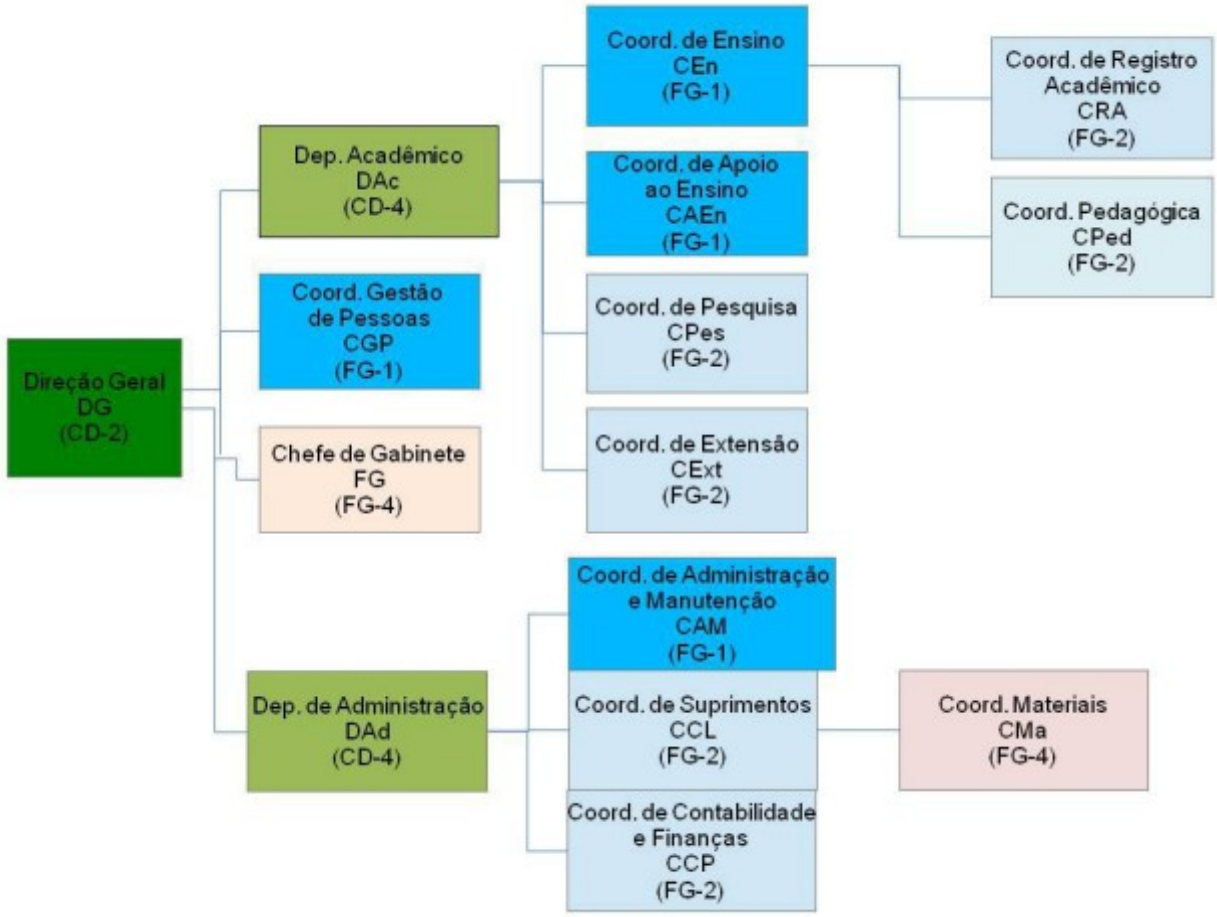


Fonte: IFAL

1.3. Organograma Funcional

Abaixo o organograma funcional dos novos Câmpus.

Figura 02 – Organograma dos novos Campus



Fonte: IFAL

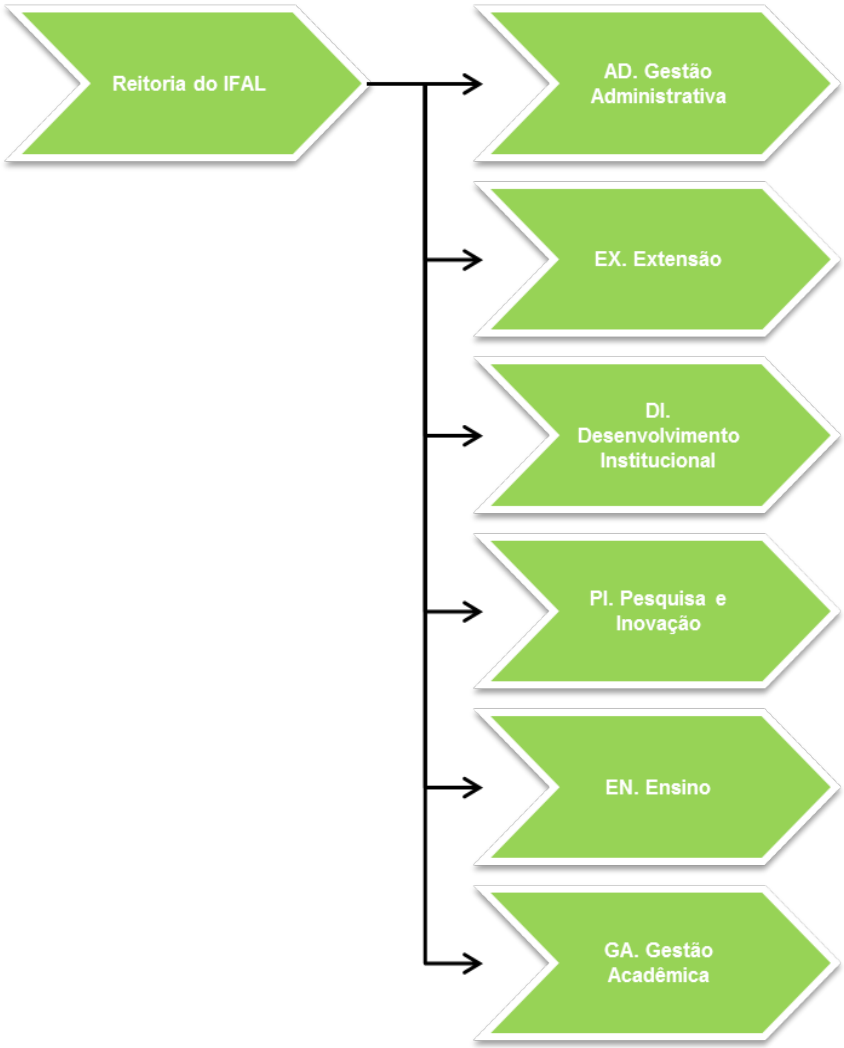
1.4. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos finalísticos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL com indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos usuários ou clientes.

Cadeia de Valor do IFAL – Consiste na representação do conjunto dos macroprocessos do IFAL, possibilitando uma macrovisão da sua estrutura organizacional na ótica do pensamento sistêmico.

Atualmente é composta por 6 (seis) Macroprocessos, sendo três finalísticos e três de apoio: Gestão Administrativa (apoio), Extensão (finalístico), Desenvolvimento Institucional (apoio), Pesquisa e Inovação (finalístico), Ensino (finalístico) e Gestão Acadêmica (apoio).

Figura 03
Representação Gráfica da Cadeia de Valor do IFAL



Fonte: FGV

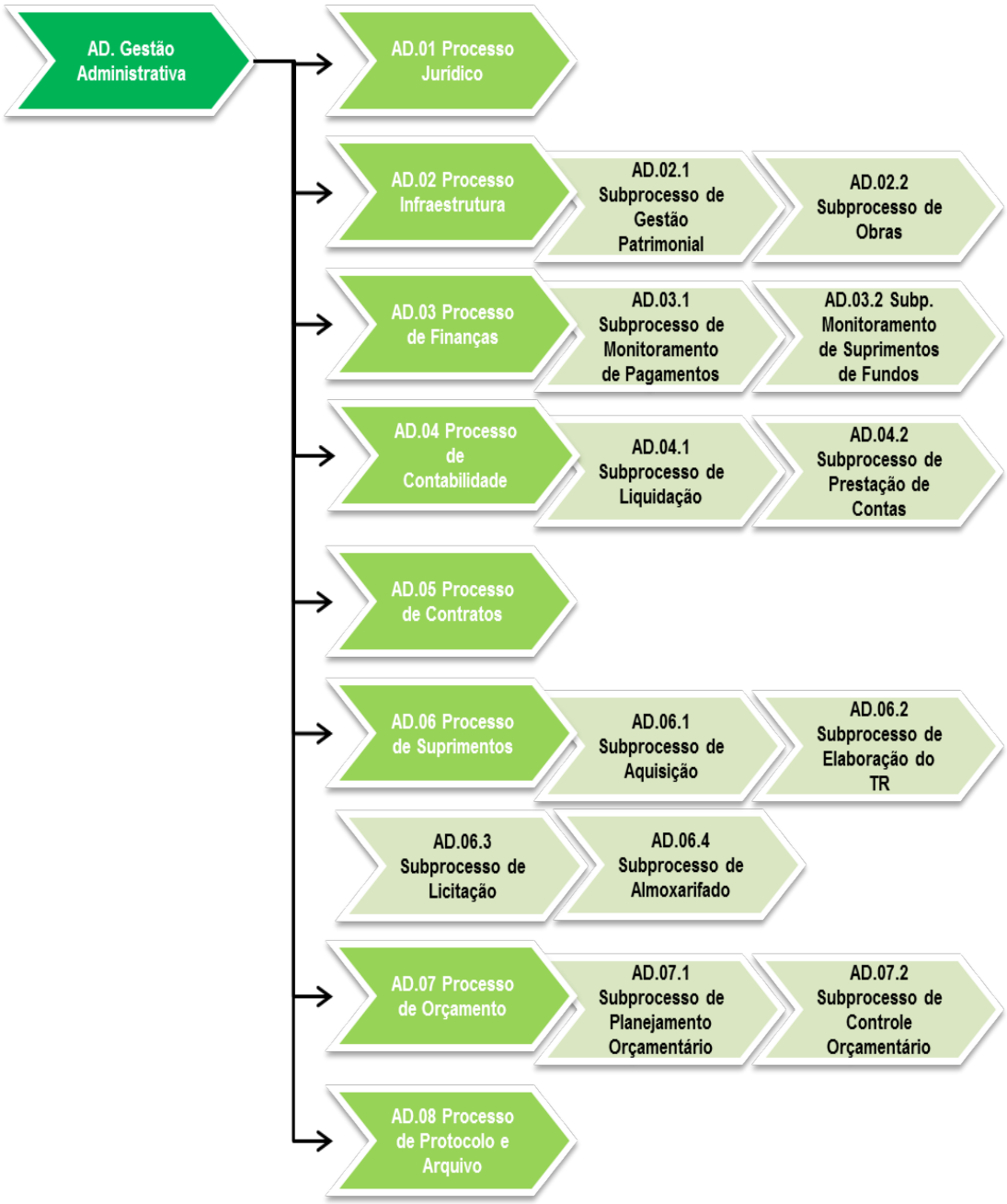
1.5. Macroprocessos de Apoio

Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades do IFAL.

AD - MACROPROCESSO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DE APOIO

Compreende os processos de apoio, acompanhamento, controle e gestão administrativa. Dentro deste macroprocesso estão mapeados os **processos**: Jurídico, Infraestrutura, Finanças, Contabilidade, Contratos, Suprimentos, Orçamento e Protocole e Arquivo.

Figura 04
Macroprocesso de Gestão Administrativa

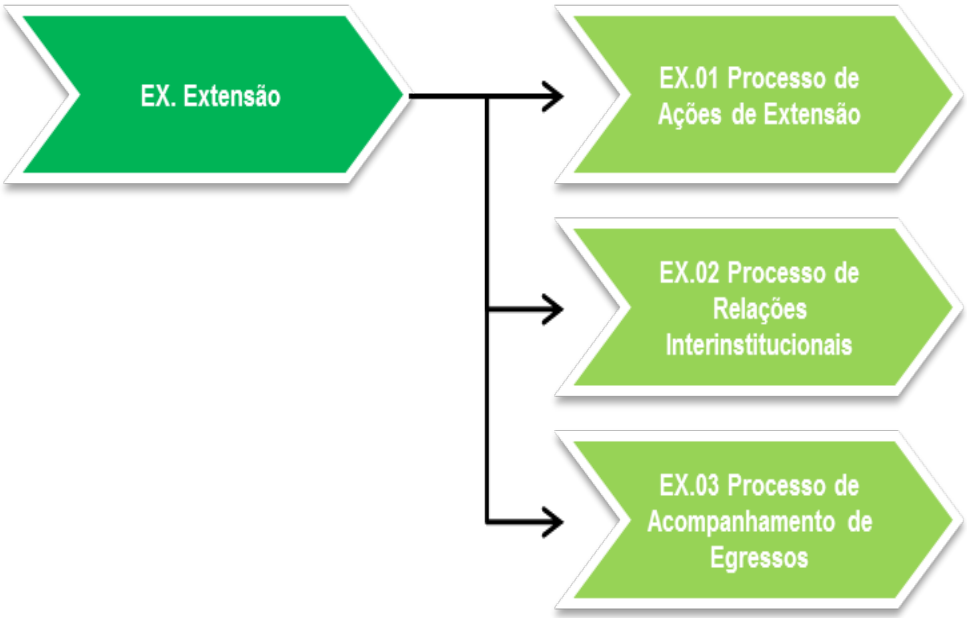


Fonte: FGV

EX - MACROPROCESSO DE EXTENSÃO - FINALÍSTICO

Compreende os processos de formulação, gestão e avaliação de políticas de extensão; o desenvolvimento de ações, bem como das relações interinstitucionais e o acompanhamento de egressos. Dentro deste macroprocesso estão mapeados os **processos**: Ações de Extensão, Relações Interinstitucionais e Acompanhamento de Egressos.

Figura 05
Macroprocesso de Extensão



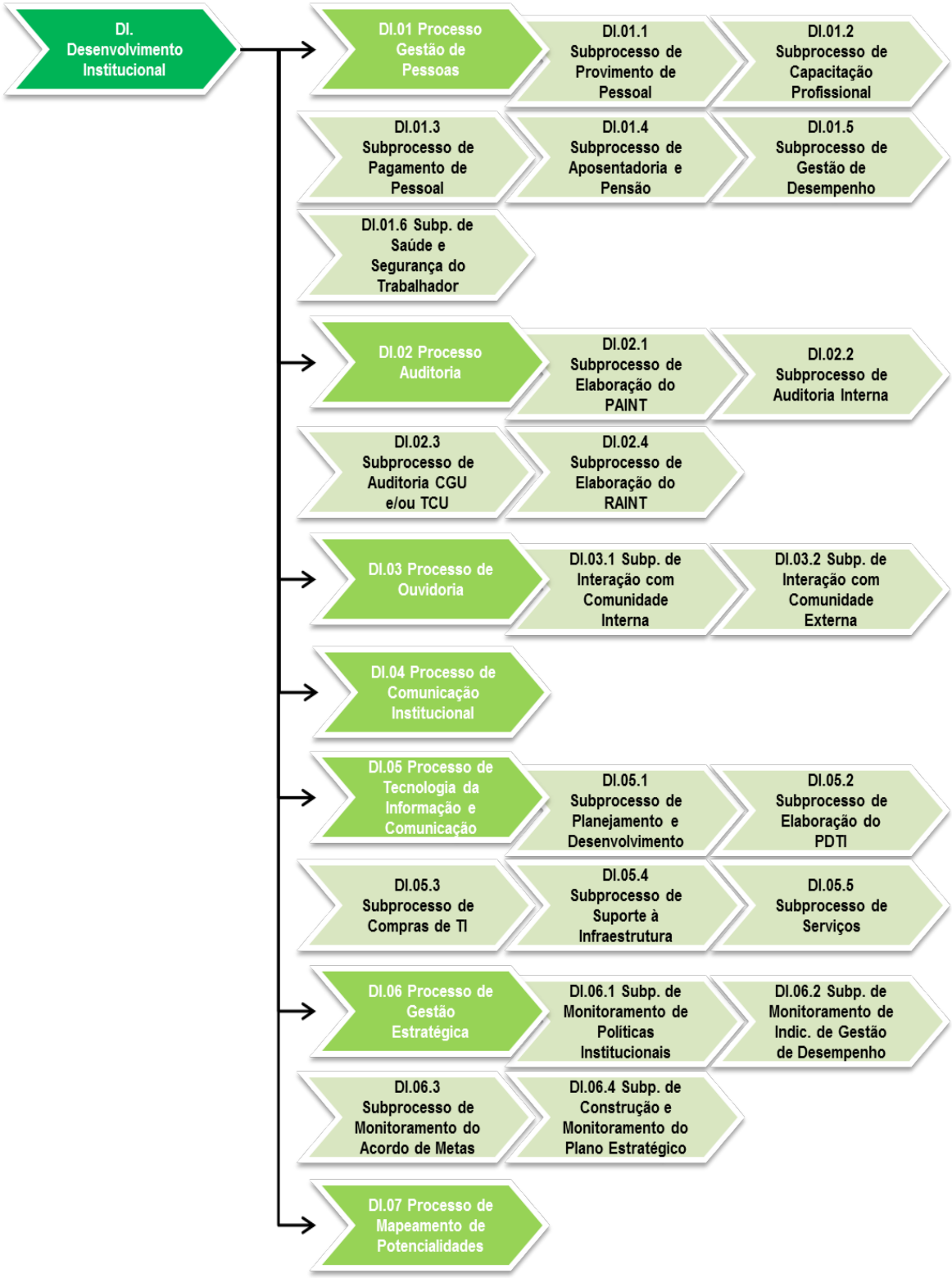
Fonte: FGV

DI - MACROPROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – DE APOIO

Compreende os processos de desenvolvimento institucional nas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, objetivando a construção e fortalecimento da identidade institucional. Define, controla e monitora as estratégias e planos relacionados ao desenvolvimento institucional, à comunicação, ouvidoria, auditoria, gestão de pessoas e das tecnologias da informação e comunicação, bem como o mapeamento de potencialidades regionais para implantação dos novos câmpus.

Dentro deste macroprocesso estão mapeados os **processos**: Gestão de Pessoas, Auditoria, Ouvidoria, Comunicação Institucional, Tecnologia da Informação e Comunicação, Mapeamento de Potencialidades e Gestão Estratégica.

Figura 06
Macroprocesso de Desenvolvimento Institucional



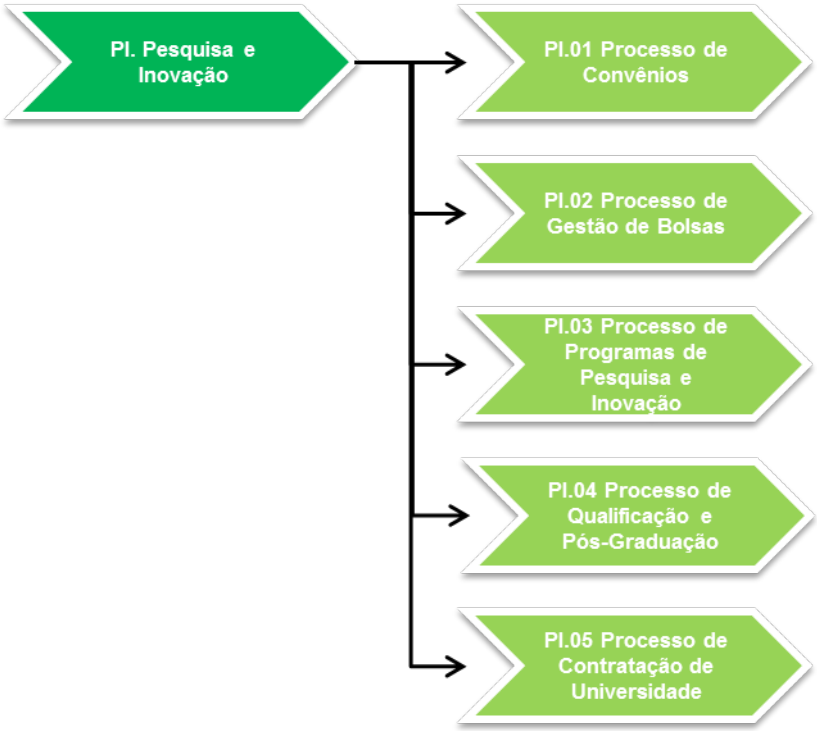
Fonte: FGV

PI - MACROPROCESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO - FINALÍSTICO

Compreende os processos de coordenação, supervisão, acompanhamento e avaliação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa oferecidos pelo **Instituto**, bem como as ações que visam integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, com um olhar para a inovação. Inclui a coordenação dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, a gestão dos NITs, a gestão de bolsas, o fomento e estímulo à produção científica, gestão de Programas de Pós-Graduação e de Qualificação Acadêmica.

Dentro deste macroprocesso estão mapeados os **processos**: Convênios, Gestão de Bolsas, Programas de Pesquisa e Inovação, Qualificação e Pós-Graduação, e Contratação de Universidade.

Figura 07
Macroprocesso de Pesquisa e Inovação

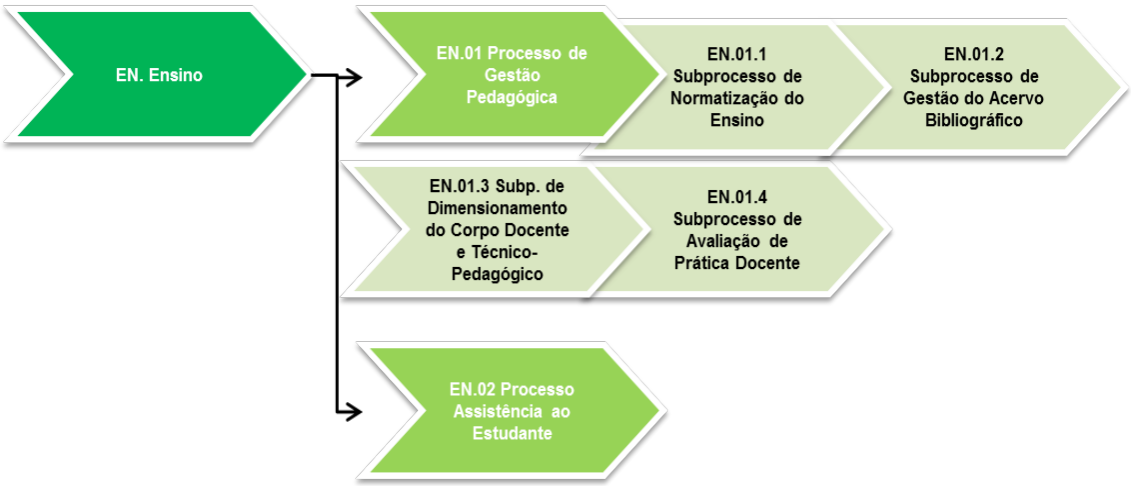


Fonte: FGV

EN - MACROPROCESSO DE ENSINO - FINALÍSTICO

Compreende os **processos** de Gestão Pedagógica e Assistência ao Estudante.

Figura 08
Macroprocesso de Ensino

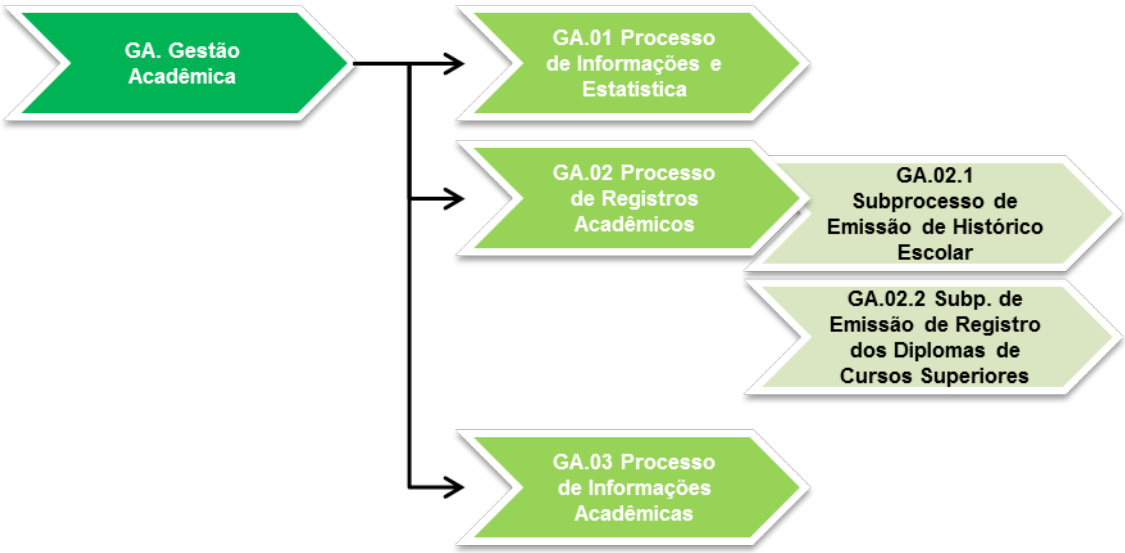


Fonte: FGV

GA - MACROPROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICA – DE APOIO

Compreende os **processos** de Informações e Estatísticas, Registros Acadêmicos e Informações Acadêmicas dos alunos nos segmentos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Figura 09
Macroprocesso de Gestão Acadêmica



Fonte: FGV

1.6. Principais Parceiros

No Canadá:
Red River College - 2010-2015
Cégep Regional Lanaudiére – 2010-2015
Cégep Marie-Victorin

Na Inglaterra:
Ealing, Hammersmith and West London

Em Portugal:
Instituto Politécnico de Bragança
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto Politécnico Castelo Branco
Instituto Politécnico de Leiria
Universidade do Porto
Universidade de Trás dos Montes

Em Angola:
Instituto Superior Profissional Politécnico de Angola – ISPAN

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

A presente seção tem por objetivo descrever as atividades da Unidade Jurisdicionada, no caso aqui descrito o IFAL, no que tange às suas ações estratégicas e mais particularmente ao seu desenvolvimento, tendo como base temporal, o ano de 2012. Para facilitar a compreensão do que será abordado, esta unidade está segmentada em três partes :

- Informações sobre Planejamento Estratégico da Unidade – trata de informações gerais sobre o Planejamento Estratégico da instituição, abordando seu período de abrangência, sua vinculação com o que a legislação vigente entende como sendo de suas competências, seus principais objetivos estratégicos para o espaço de tempo em questão e as ações tomadas para atendê-los.

- Informações sobre as Estratégias Adotadas pela Unidade – aborda as estratégias adotadas pela instituição para o alcance dos objetivos estratégicos, a forma de divulgação interna destes objetivos e resultados alcançados.

- Execução do Plano de Ação para o Exercício – resultado das ações planejadas para o ano em questão, as justificativas para atrasos e não cumprimento de metas e os impactos das ações nos objetivos estratégicos.

2.1. Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico do Instituto Federal de Alagoas – IFAL está apresentado no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que busca dar respostas a duas questões essenciais: o que planejamos para nossa Instituição para os próximos cinco anos (2009/2013)? Quais são as condições de que dispomos para alcançar este futuro pretendido? Desta forma, o IFAL define suas estratégias de atuação buscando atingir seus objetivos e metas tendo em vista as novas demandas de

seu público alvo e cenários surgidos após a elaboração deste planejamento.

São considerados público alvo dos processos gerenciais do IFAL os alunos, distribuídos em todos os níveis e modalidades de ensino, os servidores técnicos administrativos e docentes, o Governo Federal, Estadual e Municipal que, através de seus órgãos e entidades, estabelecem parcerias em conjunto, e as empresas, públicas e privadas, que, ora prestam serviços, ora compram serviços desta Instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFAL foi fundamentado em três grandes desafios:

- O primeiro desafio decorre da promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei, instituindo os IF's nos leva a definir a nossa identidade institucional.

- Como segundo desafio está a expansão do IFAL como resposta a demanda existente por educação básica e profissional no interior do Estado de Alagoas, além de ação estratégica para formação de docentes da educação básica, especialmente nas áreas técnicas e exatas. Sendo assim, após ampla e rica discussão envolvendo a população a ser atendida pelo IFAL, na região de implantação de cada Câmpus, foram definidos quais cursos seriam ofertados, visando conciliar a vocação de cada município com as demandas identificadas pela população. Oportunamente, apresentamos breve relato da atuação dos novos Câmpus do IFAL.

- Sendo o terceiro desafio a se considerar como valores essenciais da Instituição a diversidade na oferta de níveis e modalidades de cursos, a verticalização do ensino, a mobilidade, a internacionalização do Instituto, a ampliação e regulamentação das atividades de pesquisa e extensão, os compromissos sociais e inclusivos, e todas as demais oportunidades que o futuro nos reserva.

Portanto, o IFAL reforça o seu papel na sociedade como o maior centro de referência em educação profissional em Alagoas. Tal reconhecimento decorre da excelência e qualidade dos cursos ofertados, de forma integrada e em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre levando em consideração as tendências do setor produtivo. Num processo de inclusão social do jovem e do adulto trabalhador, no sentido de proporcionar-lhes educação continuada, disseminando a inovação constante das ciências e das novas tecnologias.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

No ano de 2012, na seara da expansão, ocorreram problemas alheios à vontade e competências do IFAL, processos que encontram-se em fase conclusiva e logo, a célere resolução destas pendências de construções resolverá estes entraves.

Um dos objetivos norteadores da Instituição foi o início das aulas nas cidades que irão receber os Câmpus do IFAL, ainda que estas ocorressem em instalações provisórias, cedidas pelas prefeituras por meio de convênios firmados entre o IFAL e os municípios.

Assim, em 2012 foram ofertados os cursos técnicos de nível médio nos novos Câmpus, aprovados pela Resolução nº 24/CS, de 19 de Julho de 2010, que como fora dito acima, foram estruturados após consulta a população residente na área de influência do Câmpus. Abaixo, apresentamos os cursos:

Campus Maragogi: Considerando as belezas naturais únicas na cidade, está sendo ofertado o curso de Hospedagem, buscando melhorar os serviços ofertados e atrair novos investimentos haja vista a presença de mão de obra qualificada e as características da região. Assim sendo, tendo como meta a sustentabilidade dos recursos naturais e, mormente, sua conservação aliada a uma produção que não agrida o meio ambiente, foi implantado o curso de Agroecologia, sendo os cursos na modalidade de ensino Técnico Integrado.
Campus Penedo: Considerando a presença de diversas indústrias de açúcar e álcool, além da proximidade de polos tecnológicos em desenvolvimento em SE e Tendo em vista o alcance dos objetivos traçados no PDI, o IFAL remodelou sua estratégia de atuação, trabalhando numa perspectiva de Gestão de Projetos, onde foram delimitados 11 (onze) focos de atuação central e 20 (vinte) projetos institucionais. Para tanto, foram consideradas as boas práticas recomendadas pelas diretrizes máximas de planejamento no Brasil e por órgãos internacionais de gerenciamento de projetos. Abaixo, segue uma descrição dos focos de atuação estratégico com suas respectivas descrições, projetos e resultados.

1 – Foco Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão - por objetivo o fortalecimento e maior integração das áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão no IFAL. O foco é de cunho estratégico, devido à grande relevância que tal integração tem no desenvolvimento e alcance da excelência do Instituto como entidade de ensino, agente social, promulgadora da ciência, tecnologia, desenvolvimento e inovação. Este objetivo tem forte relação com o segundo e o terceiro desafios sobre os quais o PDI foi construído, citados na seção 2.1 do presente documento.

1. a – Projeto Ensino, Pesquisa e Extensão - foi uma iniciativa com o intuito de fortalecer as três áreas (Ensino, Pesquisa e Extensão) de modo que fossem desenvolvidas ações de forma integrada e coesa agindo como um mecanismo de consecução da função social do Instituto. Foi conduzido pela Pró-reitoria de Ensino - PROEN, contando interação com das outras áreas relacionadas, além dos câmpus.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se:

A instituição da Comissão para o Ensino, Pesquisa e Extensão; a preparação de procedimentos para eleições para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE; a realização da Mostra de Extensão do IFAL; a realização do I Encontro de Inovação, Tecnologia e Iniciação Científica (I EITIC-IFAL).

2 - Conservação das Instalações - diz respeito a ações no sentido de manter e melhorar a estrutura nos câmpus já existentes do Instituto. Tal objetivo é altamente estratégico devido à necessidade de se manter um ambiente salutar de trabalho e desenvolvimento do ensino e que contribua para o bom funcionamento da instituição. É perceptível o alto nível de correlação estabelecido entre o primeiro e o terceiro desafios sobre os quais o PDI foi construído e que se encontram citados na seção 2.1 do presente documento.

2.a – Projeto Recuperação e Ampliação das Instalações - teve por objetivo a execução de serviços e obras de engenharia destinadas à recuperação e ampliação de estruturas prediais dos Câmpus Satuba, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios. Foi comumente observado que estas obras (aquelas inicialmente pretendidas neste projeto) eram frequentemente interpeladas por outras que não estavam previstas e que num último momento os câmpus as demandavam como prioritárias.

No ano de 2013, este projeto deverá ter continuidade acrescido do estabelecimento de novas demandas identificadas junto aos câmpus.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se:
- Câmpus Satuba: Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e publicação de edital para

Ampliação e Modernização da Rede Elétrica; conclusão de Processo Licitatório para Pintura e Recuperação da Fachada do Câmpus.
- Câmpus Marechal Deodoro: Elaboração de Projeto Executivo e de Edital para Implantação de Subestação Elétrica;
- Câmpus Palmeira dos Índios: Elaboração de Projeto Executivo e início de processo licitatórios para Assentamento de Piso Emborrachado na Pista de Atletismo do câmpus; Publicação de Edital para Pintura do Câmpus;

3 – Expansão - diz respeito ao desenvolvimento físico de construção e infraestrutura para a criação de novos câmpus do IFAL, com vistas a aumentar o raio de atuação do referido Instituto e promover a difusão do ensino, condizente com sua prerrogativa social de existência. Este objetivo tem forte relação com o segundo e o terceiro desafios sobre os quais o PDI foi construído, mencionados na seção 2.1 do presente documento.

3.a – Projeto Implantação e Consolidação de Novos Câmpus - previa a promoção e/ou a construção física dos Câmpus presentes no plano de expansão do IFAL. Sendo estes: Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maragogi, Murici, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos e União dos Palmares.

No ano de 2013, este projeto será tomado dos pontos de onde pararam em 2012. Os prazos para este novo projeto serão os mesmo adotados pelo Ministério da Educação. O projeto continuará a cargo da PRDI e no que tange a novas ações relacionadas ao câmpus Piranhas, como este foi concluído, deverá ser tratado pelo Projeto de Reestruturação dos Câmpus na eventualidade de necessitar de alguma obra de melhoria, já que em 2013 assumiu o caráter de Câmpus Existente.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se:
- Câmpus Arapiraca - realização de Estudos Preliminares; formalização da doação do Terreno; elaboração de Projeto Básico; realização de licitação e contratação de empresa para realização de obra de construção do câmpus; nomeação do fiscal de obra; fiscalização da obra.
- Câmpus Batalha - formalização da doação do Terreno.
- Câmpus Coruripe - formalização da doação do Terreno, realização de estudos preliminares; elaboração de Projeto Básico; início de Processo Licitatório para realização da obra de construção do câmpus.
- Câmpus Maragogi - realização de Estudos Preliminares; formalização da doação do Terreno; elaboração de Projeto Básico; realização de licitação e contratação de empresa para realização de obra de construção do câmpus; nomeação do fiscal de obra; fiscalização da obra.
- Câmpus Murici - formalização da doação do Terreno, realização de estudos preliminares; elaboração de Projeto Básico; início de Processo Licitatório para realização da obra de construção do câmpus.
- Câmpus São Miguel dos Campos - realização de Estudos Preliminares; formalização da doação do Terreno; elaboração de Projeto Básico; realização de licitação e contratação de empresa para realização de obra de construção do câmpus; nomeação do fiscal de obra; fiscalização da obra.
- Câmpus Santana do Ipanema - início de Processo Licitatório para realização da obra de construção do câmpus.
- Câmpus Penedo – fiscalização da obra.
- Câmpus Piranhas – câmpus inaugurado.

4 - Gestão Pedagógica - diz respeito ao conjunto de ações estratégicas do IFAL que atuaram diretamente no desenvolvimento das práticas de ensino e no suporte à sua expansão e fortalecimento. Este projeto está fortemente correlacionado aos três desafios sobre os quais foi construído o PDI e que se encontram descritos na seção 2.1 deste documento.

4.a – Projeto Atualização da Normatização do Ensino - atuou na avaliação e/ou elaboração de documentos para normatização dos procedimentos pedagógicos em consonância com a política de ensino institucional do IFAL. Devido ao seu valor estratégico e necessidade de continuação da reformulação das normas de ensino, deverá ser retomado em 2013 com novo desenho.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se: Portaria de Atualização do Regulamento do TCC; Minuta do Regimento Interno Discente; Audiências Públicas para Validação do Regimento Interno Discente; Minuta de Monitoria na Educação Básica; Minuta de Colação de Grau e Registro de Diplomas; Portaria Prática Profissional.

4.b – Projeto Expansão do Ensino - teve por objetivo atuar no estabelecimento de referenciais de ações em consonância com a política de ensino institucional, mediante realização de diversas atividades no âmbito da expansão do ensino, por meio da ampliação da oferta de cursos, cooperação técnica com as outras instituições para promoção do ensino no IFAL, curso de pós-graduação e auxílio no planejamento de novas contratações de servidores para o ensino.
Este projeto deverá continuar no ano de 2013 com novo desenho.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se: Aulas iniciadas nos cursos PARFOR e PRONATEC; Adaptação do Ambiente Virtual de Aprendizagem IFAL; Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Educação; Plano Político Pedagógico - PPC do Curso de Pós-Graduação à Distância em Gestão Pública Municipal aprovado; Identificação da Demanda de Docentes para o IFAL para os anos de 2012 e 2013 levantada e encaminhada à PRDI.

4.c - Projeto Gestão Democrática do Ensino - teve por objetivo possibilitar espaços de discussões coletivas, garantindo a participação dos diversos segmentos da instituição como forma de reorientação de rumos e ações na tomada de decisões, mediante a constituição e consolidação das instâncias colegiadas, fóruns, audiências públicas, comitês. Ou seja, buscou uma maior participação dos diversos segmentos da instituição com vista à construção e à efetivação de uma gestão democrática e participativa.
Assim, foi fortemente influenciado pela greve que, como aconteceu com quase todos os projetos do Plano de Ação 2012 e em especial os que se relacionavam diretamente com atividades pedagógicas e de ensino na instituição, passou por um longo período de atraso que repercutiu até a sua finalização.
Entretanto de seu escopo foram realizados os estudos socioeconômicos para que fossem possíveis de acontecer as audiências públicas para escolhas de cursos dos Câmpus Batalha e Coruripe. Além de garantir como desdobramento para 2013 a Constituição de Conselhos Escolares e Colegiados de Cursos Técnicos que deverá se transformar em projeto.
No que tange à "Elaboração de Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI", este tomou um caminho diferente, e passou a ser parte dos trabalhos da Comissão que está desenvolvendo o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

4.d - Projeto Gestão do Processo Ensino Aprendizagem - em sua concepção almejava o aprimoramento da gestão mediante planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento do ensino com a reestruturação dos projetos de curso, produção de material didático pedagógico, políticas de atualização do acervo bibliográfico, implantação do SIGA-EDU, avaliação da prática docente, acompanhamento e avaliação da aprendizagem e acompanhamento pedagógico.
De seu escopo surgiram como desdobramentos para 2013: a Revisão dos Projetos de Cursos do IFAL, a construção de um diagnóstico sobre as casas da Evasão e Retenção nesta Instituição; uma melhoria nos processos de Atualização do Acervo Bibliográfico do IFAL; além da aproximação na relação Família-Escola.

5 - Governança Corporativa - trata-se do conjunto de ações empreendidas pelo IFAL como o

objetivo estratégico de dotar o Instituto de ferramentas que lhe permitam uma maior integração, além da otimização de processos, agilidade em determinados pontos e fundamentos para fortalecimento da transparência de ações institucionais. Este foco possui alto grau de relação com os desafios 1 e 3 sobre os quais foi estruturado o PDI e que se encontram estabelecidos na seção 2.1 deste documento.

5.a - Projeto Implantação do ERP (SIG) - objetivou a instalação de um sistema do tipo Enterprise Resource Planning – ERP com vistas a integrar os diversos departamentos do IFAL, no que tange à produção e organização da informação, otimizando a execução do trabalho de vários setores, além de evitar duplicação de mesmos esforços.

Como resultados alcançados por este projeto, têm-se: Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de TI; Módulo SIGRH - Férias implantado (em funcionamento com servidores treinados); Módulo SIGRH - Cadastro de Servidores (em funcionamento com servidores treinados); Módulo SIPAC - almoxarifado (em funcionamento com servidores treinados); Módulo SIPAC - Protocolo com Memorandos Eletrônicos (em funcionamento com servidores treinados); Módulo SIPAC - Requisições (em funcionamento com servidores treinados); Módulo SIPAC - Patrimônio (em implantação com servidores treinados).

5.b - O projeto Interligação dos Câmpus - visa criar uma rede única de dados do tipo Multiprotocol Label Switching – MPLS ligando todos os câmpus do IFAL. Espera-se que assim, o Instituto tenha maior segurança e agilidade na transmissão de dados.

Como resultados alcançados por este projeto, têm-se: Documento Oficializador de Demanda; Contratação de Empresa especializada em transmissão de dados; Equipamentos Telefonia VOIP; Equipamentos para Wi-fi institucional; Videoconferência em implantação em todos os câmpus.

5.c - O Projeto Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação (PDTI) - se propôs a construir e acompanhar a aprovação pelas instâncias competentes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação – PDTI instrumento que permite direcionar a atuação do segmento de TI de uma instituição, delimitando estratégias e a forma de como estas devem ser implantadas.

Como resultado alcançado por este projeto, tem-se o PDTI elaborado e aprovado pelo Conselho Superior do IFAL.

6 - Intercâmbio Internacional - teve por objetivo dotar o Instituto de condições de participar de programas internacionais de cooperação acadêmica. Tal desígnio apresenta caráter prioritário em face do alcance da excelência no ensino e na pesquisa, devido às trocas de conhecimento junto a instituições internacionais; aos incentivos promovidos pelo Governo Federal; e ao maior reconhecimento do IFAL como instituição diferenciada frente às comunidades científica, acadêmica e civil. Este foco estratégico apresenta um grau de relação alto com o terceiro desafio sobre o qual o PDI foi construído.

6.a - Projeto Programa de Formação em Língua Estrangeira - realizado pelo IFAL com o objetivo de capacitar alunos e servidores do instituto em uma língua estrangeira, com vistas a aproveitar iniciativas de desenvolvimento de pesquisa e programas internacionais de cooperação acadêmica.

Sua pretensão inicial era contratar empresa para ministrar aulas de língua inglesa no IFAL, atendendo a servidores e alunos. Idioma este definido através de diagnóstico identificando os principais interesses da instituição no que tange a conhecimento em língua estrangeira. Contudo, o processo para aquisição de semelhante serviço passou por uma série de questionamentos e até o presente momento se encontra em trâmite licitatório.

Paralelamente a esta vertente, o IFAL desenvolveu outras iniciativas que vão desde uma maior aproximação ao Conselho Britânico com a obtenção da autorização de promover o IELTS através

do Instituto; a implantação do programa Ing Rede – iniciativa que através de plataforma virtual oferece aulas de língua inglesa a integrantes do IFAL. Assim, todas as ações voltadas a promoção de língua estrangeira no Instituto serão contabilizadas através do Centro de Línguas que no ano de 2013 funcionará como uma iniciativa do projeto "Fortalecimento e Expansão do Ensino". Como resultado inicial deste projeto, tem-se a confecção de Diagnóstico institucional a fim de identificar a demanda do IFAL com relação à língua estrangeira.

6.b - Projeto Programa de Cooperação Acadêmico - consistiu um esforço do IFAL para promoção da Cooperação entre o Instituto e entidades de ensino internacional buscando o desenvolvimento e fortalecimento do ensino e pesquisa através de atividades que facilitem a troca de conhecimentos nas áreas atendidas pelo instituto. Foi também intento deste projeto estabelecer condições para que estas parcerias pudessem de fato acontecer como atitudes institucionais.
Como resultados alcançados por este projeto, têm-se: Diagnóstico para Cooperação Acadêmica; Proposta de Regulamentação da Atividade de Professor Visitante; Termo de Cooperação com IE's Internacionais.

7 - Modelo de Gestão dos Laboratórios - Este foco diz respeito à necessidade do IFAL de manutenção e expansão de seus laboratórios. O apoio às atividades de pesquisa é visto como um diferencial estratégico e fator crucial para o alcance da excelência acadêmica e desenvolvimento da ciência dentro da instituição. Este foco possui uma ligação direta com o terceiro desafio sobre o qual o PDI foi concebido.

7.a - Projeto Implantação do Comitê Gestor de Laboratórios - consistiu na constituição de um Comitê responsável por analisar e diagnosticar os laboratórios do IFAL, identificando suas necessidades quanto à modernização, manutenção e suprimento; e implantação de novos laboratórios no Instituto. Este comitê deveria também zelar pela formulação e acompanhamento de planos de suprimentos, manutenção, modernização e implantação de novos laboratórios.
Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se: Comitê Gestor de Laboratórios constituído por Portaria do Reitor; Formulário para Diagnóstico Situacional dos Laboratórios Elaborado; Regimento Interno do Comitê Gestor de Laboratórios Elaborado e Aprovado.

8 - Permanência do Estudante - diz respeito ao conjunto de ações estratégicas do IFAL, que visa estabelecer e consolidar políticas relacionadas à permanência do aluno. O estudante é o maior bem e o objetivo principal de uma instituição de ensino. Desta forma, sua permanência e a conclusão do curso que se dispôs a fazer significa o alcance do objetivo do Instituto como elemento social de mudança e desenvolvimento. Este foco tem relação direta com o terceiro desafio sobre o qual o PDI foi estruturado.

8.a - Projeto Política de Inclusão - diz respeito a ações promovidas pelo IFAL com o objetivo de consolidar as políticas de inclusão do instituto, visando democratizar o acesso à instituição e garantir a permanência do aluno, promovendo a redução do índice de evasão.
Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se: Elaboração de Proposta de 2 novas Bolsas de Auxílio Estudantil; Equipe Multidisciplinar dos Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE's; Plano de Campanha de Adesão aos NAPNE's; Programa para Acompanhamento do Pagamento de Bolsas e Auxílios dos Programas de Assistência Estudantil.

9 – Pós-graduação - diz respeito à implantação de novos cursos de pós-graduação no IFAL, além de dotar o Instituto com condições para o fortalecimento e consolidação deles. Este foco está diretamente relacionado ao primeiro e terceiro desafios relatados sobre os quais o PDI foi

construído, conforme descrito na seção 2.1 deste documento.

9.a – O Projeto Programas de Pós-Graduação - se destinou à implantação de cursos de pós-graduação no IFAL nas áreas de Letras e Linguística e Química. Além disto, previa-se o incentivo a política de publicação, através do financiamento de publicações no formato de livros, de teses e dissertações dos servidores do instituto.

Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se: Projeto de Curso de Especialização em Letras e Linguística - foco em Linguagens e Práticas Sociais; Projeto de Curso de Especialização em Letras e Linguística - foco em Ensino de Licenciatura; Projeto de Curso de Especialização em Química; Contratação de empresa para Publicação de Trabalhos Acadêmicos; Curso de Especialização em Letras e Linguística - foco em Linguagens e Práticas Sociais implantado no Câmpus Arapiraca.

10 – Pró-IFAL Institucional - diz respeito ao conjunto de ações estratégicas do IFAL que visa instituir uma política de auxílio ao desenvolvimento estudantil de futuros candidatos do IFAL nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Entende-se que tal foco contribui para o alcance de um dos objetivos do IFAL como instrumento social de propagação e consolidação da educação. Este projeto está relacionado com o terceiro desafio no qual o PDI foi construído, conforme descrito na seção 2.1 deste documento.

10.a – O Projeto Estruturação do Pró-IFAL - pretendia consolidar os projetos existentes nos câmpus de fortalecimento de aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática para estudantes de escolas públicas do 9º ano do ensino fundamental que tenham interesse em ingressar no IFAL, estruturando um programa institucional único a partir das experiências atuais. Essa ação de fortalecimento da aprendizagem pretendeu democratizar o acesso ao IFAL permitindo o ingresso de alunos de baixa renda das escolas municipais da região, assim busca-se dotar os respectivos alunos de melhores condições nas áreas de conhecimento aqui relatadas, de forma que os mesmos tenham um diferencial de aprendizagem.

O projeto não chegou ao seu objetivo de constituir um modelo único de reforço escolar para todo o instituto, porém as ações dos câmpus ocorreram conforme o programado.

11 – Valorização das Pessoas - concentrou os esforços do IFAL na recompensa de seus servidores, através da promoção de ações que visaram o seu bem-estar e aperfeiçoamento profissional e pessoal. Deve-se considerar tal perspectiva como sendo estratégica devido à imensa importância que as pessoas têm numa organização, sendo elas responsáveis pelo seu bom funcionamento, e o desempenho delas reflete no alcance dos objetivos organizacionais. Por isso, está relacionado com o terceiro desafio no qual o PDI foi construído, conforme descrito na seção 2.1 deste documento.

11.a - O projeto Capacitação Profissional - objetivou a promoção da qualificação profissional dos servidores do IFAL, garantindo, desta forma, um melhor desempenho profissional de suas funções no dito Instituto.

Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se: Plano Anual de Capacitação 2012; Realização de Curso Presencial de Capacitação em Planejamento, Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia na Administração Pública; Realização de Curso Presencial de Capacitação em Apuração de Desaparecimento ou Furtos de Bens; Reserva de Curso Presencial para Formação e Documentação Presencial; Realização de 18 Cursos de Capacitação EAD; Elaboração de Critérios para Solicitação de Capacitação.

11.b - O projeto Qualificação - pretendia à contratação de duas turmas de mestrado nas áreas de Administração e de Pedagogia com vistas a melhor capacitar os servidores do IFAL, contribuindo, desta maneira, para os desenvolvimentos pessoal e profissional de cada um, bem

como da instituição.
Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se os contatos feitos pela PRPI com instituições superiores de ensino.

11.c - O projeto Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – pretende consolidar as práticas de atenção à saúde do servidor, por meio do diagnóstico da situação de saúde e segurança no trabalho dos servidores do IFAL e promover o desenvolvimento de uma política institucional de atenção à saúde e qualidade de vida no trabalho que oportunize ao servidor melhores condições de saúde e de vida dentro da Instituição, no exercício de suas funções, por meio de ações de promoção, vigilância e assistência à saúde.

Como resultados alcançados por este projeto até março de 2013, têm-se: Laudos ambientais de todas as unidades do IFAL; Manual para Serviços dos Servidores elaborado e aprovado; Divulgação da Política de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Servidor Público Federal; Pré-projeto do Plano IFAL de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho elaborado.

Ao final do ano de 2012, foi estruturado o Portfólio de Projetos Prioritários para 2013 do IFAL. Este foi executado de forma democrática e participativa, onde integrantes das mais diversas unidades do Instituto foram ouvidos e convidados a dar sua contribuição na busca de uma visão entendida como a que melhor atende aos interesses do IFAL, enquanto entidade responsável pela promulgação da ciência, ensino de qualidade e agente social de desenvolvimento.

No quadro a seguir, tem-se o Portfólio 2013 com suas respectivas descrições de projetos:

Quadro-2: Portfólio 2013.

ESTRATÉGIA	PROJETO	DEFINIÇÃO
Reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos em 15%.	Diagnóstico Sobre as Causas da Evasão e Retenção Escolar	O presente projeto tem por finalidade diagnosticar as causas da evasão e retenção escolar na instituição, através da realização de pesquisa, pretendendo que os dados obtidos subsidiem ações que possibilitem a permanência do estudante com êxito na instituição.
	Suportes de Aprendizagem	O projeto tem por objetivo desenvolver ações de suportes de aprendizagem com vistas a fornecer maiores condições que culminem na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos.
	Integração Família e Escola	Este projeto tem por finalidade desenvolver ações que possibilitem o entrosamento da família com os profissionais dos câmpus do IFAL e o acompanhamento do desenvolvimento da proposta pedagógica, constituindo uma

		rede de apoio, visando a melhoria do desempenho escolar dos alunos matriculados nos cursos da Educação Básica do IFAL.
Desenvolver, pelo menos, dez novas tecnologias em parceria com o setor produtivo.	Rede de Relacionamento Profissional do IFAL	O presente projeto tem por objetivo formar uma rede de relacionamento profissional do IFAL com diversos segmentos do mundo do trabalho, visando oferta de estágio, estudos e pesquisas conjuntas, e investimentos em ensino, pesquisa e extensão.
	Adoção e Desenvolvimento de Tecnologias	O projeto tem como objetivo principal identificar entre os projetos de pesquisa vigentes no IFAL aqueles com maior potencial em gerar tecnologias e estabelecer parceria com o setor privado para aperfeiçoar e colocar em práticas os resultados das pesquisas. Adicionalmente, serão adotados sistemas informatizados que possibilitem a melhoria na gestão dos processos da PRPI.
Aumentar em 36,84% os investimentos em ensino, pesquisa e extensão.	Fortalecimento e Expansão do Ensino	Este projeto integra o Portfólio IFAL 2013 e tem por finalidade promover o fortalecimento e a expansão do Ensino no IFAL nas suas diversas modalidades, através da criação de novos cursos nos programas existentes (E-tec, PRONATEC, PROEJA), além da implantação do Centro de Línguas do IFAL e elaboração dos projetos de curso dos câmpus da expansão que entrarão em funcionamento no ano de 2014, objetivando, assim, oportunizar o ingresso de um maior número de alunos matriculados na instituição e fortalecer o ensino no IFAL.

	Fortalecimento da Pesquisa e Inovação no IFAL	O projeto em questão tem como objetivo promover e consolidar ações que contribuam para o desenvolvimento das práticas de pesquisa e inovação no IFAL.
	Fortalecimento das Ações de Pós Graduação	O projeto visa fortalecer o sistema de Pós-Graduação no IFAL por meio da implantação de 5 (cinco) novas especializações lato sensu; e instituir programa de qualificação em nível de mestrado e de doutorado para servidores e deverá resultar em parceria para formação de pelo menos duas turmas de mestrado e duas de doutorado.
	Fortalecimento das Ações de Extensão	Este projeto objetiva proporcionar o enriquecimento acadêmico de servidores e alunos através do aumento da integração e interação do IFAL com a sociedade.
	Desenvolvimento de Ações de Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	O projeto descrito tem por finalidade articular ações de ensino, pesquisa e extensão, de modo a enriquecer a formação acadêmica dos estudantes.
	Consolidação do Comitê Gestor de Laboratórios	O projeto visa consolidar o comitê gestor de laboratórios instituído em 2012 a fim de atuar na elaboração e acompanhamento de planos de suprimentos, manutenção, modernização e implantação de novos laboratórios, garantindo uma efetiva utilização destes ambientes como elementos essenciais para o alcance do objetivo do IFAL enquanto entidade que fornece ensino de qualidade e promove o desenvolvimento da ciência.
PS04 - Ampliar em 62,96% os investimentos em programas para permanência e êxito dos alunos.	Educação, Inclusão e Cidadania	O projeto tem como objetivo ampliar o atendimento da política de assistência estudantil aos alunos promovendo ações socioeducativas e de inclusão que estimulem a participação e contribuam para sua permanência com êxito como estudantes do IFAL.

		É compreendido no escopo de atuação deste projeto o fortalecimento dos NAPNE's e criação de Núcleos de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas – NEABI's no IFAL.
PS05 – Implantar 5 ações para melhorar o processo ensino-aprendizagem.	Reestruturação dos Projetos de Cursos	Tem por finalidade atuar na adequação dos projetos de cursos do IFAL, atendendo às exigências legais que regem a educação a nível federal e local e à realidade socioeconômica do estado de Alagoas.
	Avaliação de Práticas Docentes	O projeto pretende diagnosticar os avanços e as dificuldades do processo de ensino e aprendizagem, buscando redimensionar e ressignificar as práticas pedagógicas dos docentes no IFAL, possibilitando, assim, a elevação do índice de permanência e êxito dos seus educandos.
	Normatização do Ensino	Este projeto tem como finalidade atualizar os normativos do IFAL relacionados ao ensino, continuando projeto já iniciado no ano de 2012.
	Avaliação de Cursos	O projeto tem por finalidade avaliar 50% dos cursos básicos e 100% dos cursos superiores do IFAL para indicar quais ações devem ser realizadas pelos gestores da instituição no sentido de minimizar os pontos frágeis dos cursos melhorando o processo ensino-aprendizagem.
	Atualização do Acervo Bibliográfico	O projeto visa criar mecanismos que otimizem o processo de atualização do acervo bibliográfico como revisar a política de atualização do acervo bibliográfico, elaborar a relação a ser adquirida, otimizar os processos de tombamento e catalogação dos livros.

	Conselhos Escolares e Colegiados dos Cursos Técnicos	O projeto aqui explicitado tem por objetivo criar Conselhos Escolares e Colegiados dos Cursos Técnicos como instâncias consultivas, deliberativas, fiscalizadoras, mobilizadoras e executoras para reflexão das questões institucionais nos âmbitos administrativo, financeiro e pedagógico, assegurando a participação dos diversos segmentos da instituição como forma de reorientação de rumos e ações na tomada de decisões.
PP06 - Implementar política de comunicação interna e externa.	IFAL em Números	Este projeto pretende fazer a coleta e a consolidação dos dados institucionais do IFAL resultando na edição do "Anuário IFAL em números: dados estatísticos do ano base 2012".
PP06 - Implementar política de comunicação interna e externa.	Fortalecimento da Comunicação IFAL	O projeto tem como finalidade principal, definir um plano de comunicação social adaptado às atuais configurações do Instituto Federal de Alagoas, e que contemple todas as suas unidades por meio do estabelecimento de uma padronização da imagem e de divulgação da instituição perante o público interno e externo.
	IFAL de Portas Abertas	Promover o desenvolvimento de programas comunitários, educacionais, de responsabilidade ambiental, suporte e práticas e a outras dimensões de cidadania corporativa para proporcionar retorno para o IFAL em termo de fixação de uma boa imagem junto a comunidade e sociedade de sua área de influência
	Rádio e TV Educativa do IFAL	Implantação de um sistema de Rádio e Televisão Educativa no âmbito do IFAL para transmitir informações jornalística, de entretenimento e de educação.

PP07 - Revisar 100% dos processos administrativos da Reitoria	Mapeamento de Processos	O projeto visa à construção e identificação dos documentos e informações necessárias para que os trâmites processuais no sistema estejam aderentes as exigências da legislação, bem como forneçam os resultados esperados pelos diversos interessados do IFAL, dando prosseguimento a trabalho já iniciado no ano de 2012.
PP08 - Implementar 100% dos módulos SIPAC e SIGRH, e 40% do módulo SIGAA do Sistema Integrado de Gestão.	Implantação e Implementação dos Sistemas de Gestão	O projeto trata da implantação do ERP SIG – Sistema Integrado de Gestão – com módulos nas áreas: Acadêmica – SIGAA, Gestão de Pessoas – SIGRH e Administração – SIPAC. A implantação iniciou-se em 2012 com previsão para atingir 80% dos módulos do SIPAC e SIGRH e 40% dos módulos do SIGAA em 2013
	Implementação do PDTI e Atualização para o Período 2013-14;	Este projeto tem como através do Comitê de Tecnologia da Informação – CTI realizando um levantamento para obter a realidade atual da instituição em relação a TI para o biênio 2013-2014. Após conhecer essa realidade o Comitê elabora o PDTI e submete para aprovação das instâncias superiores do IFAL.
PM09 - Implementar política de formação continuada de servidores em consonância com os objetivos estratégicos do IFAL.	Definir a Política Institucional de Formação Continuada	Este projeto objetiva elaborar uma Política Institucional de Capacitação para o Instituto, visto que até o presente momento, esta ainda inexiste.
	Plano de Capacitação	Elaborar e aprovar um Plano Institucional de Capacitação para IFAL, observando seus interesses organizacionais e demandas de suas unidades. É responsabilidade deste projeto atuar também na execução do referido Plano com vistas a qualificar o corpo funcional do IFAL para a crescente demanda oriunda de sua consolidação, valorizando as

		carreiras técnico-administrativo e docente, trazendo melhorias para a instituição e a sociedade geral.
PM10 - Implementar, pelo menos, duas políticas que visem a valorização e a qualidade de vida dos servidores.	Projeto QUALI VIDA IFAL	O projeto descrito pretende atuar na promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos servidores do Instituto, por meio do desenvolvimento de ações nas áreas de saúde, segurança no trabalho e integração social, bem como com a aprovação de uma Política Institucional de QVT no IFAL.
PM12 - Concluir a construção dos câmpus da Fase 2 e os projetos de reestruturação dos câmpus preexistentes; e iniciar a construção dos câmpus da fase 3.	Implantação dos Novos Câmpus	Projeto solicitado para fornecimento de infraestrutura para os novos Câmpus do IFAL que se dará através de licitação para contratação de empresa de engenharia para construção dos novos Institutos localizados nas seguintes cidades: Arapiraca, São Miguel dos Campos, Maragogi, Santana do Ipanema, Murici, Coruripe, Batalha e União dos Palmares.
PM12 - Concluir a construção dos câmpus da Fase 2 e os projetos de reestruturação dos câmpus preexistentes; e iniciar a construção dos câmpus da fase 3.	Reestruturação dos Câmpus Existentes	Seu objetivo é atender a demanda de projetos das unidades do IFAL para o ano de 2013 e iniciar as obras de infraestrutura (rede elétrica e prevenção e combate a incêndio e pânico). Isso envolve ainda a contratação de empresa especializada para elaborar projetos de engenharia, elaboração de projetos próprios, contratação e acompanhamento de obras.

Fonte: FGV

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Uma gama maior e mais sólida de ações em 2012 foram possíveis graças ao planejamento e articulação vigente em 2011. Contudo, este crescimento interno, por meio do amadurecimento do conceito de extensão e a assimilação e disseminação deste no IFAL, possibilitará ainda mais uma

melhora performance do órgão.

Oportunamente destacamos os principais objetivos do IFAL para os próximos anos no tocante a expansão:

- Conjuntamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica fomentar a criação de empresas juniores, bem como reativar a incubadora de empresas.
- Lançamento do Edital PROJET 2011, com participação dos 11 Câmpus, os quais tem como finalidade atuar nas comunidades presentes no entorno dos Câmpus e contribuir com o desenvolvimento local.

As ações do Ensino orientadas e embasadas pelo PDI, são apresentadas a seguir:

- Oferta de 2 novos cursos presenciais de Licenciatura em Matemática e Química. Desta forma, a Instituição avançou no alcance do percentual de 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de nº 11.892/08 e no PDI.

Contudo, algumas ações propostas no PDI para o Ensino não puderam ser plenamente atingidas. Questões ligadas às condições de infraestrutura e necessidade de materiais específicos. Ao mesmo tempo, a expansão do corpo docente no IFAL não foi suficiente para atender a demanda dos novos cursos a serem ofertados.

No o ano de 2012 foram prioridades as atividades ligadas ao Ensino:

Implantação de novos laboratórios de ensino, visando consolidar o aprendizado em sala de aula com a prática de mercado;

- Início do curso técnico de Segurança do Trabalho, no Campus Maceió.
- Articular com o Estado e os municípios condições de infraestrutura para a expansão dos cursos à distância, visualizando assim ser possível a implantação do curso de Licenciatura em Matemática. Além disso, caso as condições de infraestrutura sejam favoráveis oferecer os cursos de Especialização em Gestão Pública Municipal, previsto no PDI para 2012, e em Diversidade Étnico Racial, ambos os cursos encontram-se sobrestado.
- No tocante aos índices de permanência e de conclusão nos cursos da instituição estipulados no Acordo de Metas, não pode ser observado melhoras. Sendo este o princípio norteador houve no ano de 2012, ações melhoradas junto a Pesquisa e Extensão otimizando indicadores.
- A relação quantitativa aluno/professor não ocorreu elevação, devido ao acréscimo modesto no oferta de vagas nos Câmpus antigos. Além disso, o início dos cursos nos novos Câmpus, os quais apresentam uma baixa relação aluno/professor.

2.3.1. Análise crítica das atividades de extensão: ações previstas no PDI (com análise comparativa 2009 – 2012)

a) Fazer a divulgação dos serviços oferecidos pela Pró-Reitoria de Extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Através de reuniões realizadas em cada um dos 11 campi do IFAL, nos meses de setembro e outubro de 2010, foi possível esclarecer à comunidade as finalidades, objetivos, dimensões e a política de extensão do IFAL. Também foi utilizada a página eletrônica do IFAL, além do encaminhamento de e-mails aos servidores esclarecendo as dimensões da extensão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)

Foram realizadas 4 reuniões com os representantes de extensão dos campi, durante o ano de 2011. Continuamos utilizando a página eletrônica do IFAL. O uso de e-mails predominou em encaminhamento aos representantes de extensão e Diretores Gerais dos campi, sendo estes os mais frequentes interlocutores com os servidores de cada campus.
Também foi realizada uma visita a cada campus para divulgar o edital da Modalidade Estudante de projetos de extensão.
Além disto, houve participação nas reuniões da Reitoria Itinerante, uma em cada campus, momento em que se tratou de assuntos inerentes à extensão, de interesse da comunidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)

Foram realizadas 4 reuniões com os representantes de extensão dos campi, durante o ano de 2012. Continuamos utilizando a página eletrônica do IFAL. O uso de e-mails predominou em encaminhamento aos representantes de extensão e Diretores Gerais dos campi, sendo estes os mais frequentes interlocutores com os servidores de cada campus.
Também foram realizadas visitas aos 11 campi para tratar de assuntos relativos à extensão.
Além disto, houve participação nas reuniões da Reitoria Itinerante em todos os campus, momento em que se tratou de assuntos inerentes à extensão, de interesse da comunidade.

b) Formatar cursos em sintonia com o mercado de trabalho.
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
No ano de 2010 não foram oferecidos novos cursos à comunidade. Houve somente a continuidade de um Curso de Formação Inicial e Continuada, integrante de um Programa parceria entre Brasil e Canadá, integrante do PROJETO MULHERES MIL, através do Subprojeto O DOCE SABOR DE SER, no município de Marechal Deodoro-AL.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
No ano de 2011 a PROEX lançou Edital de Fluxo Contínuo para a oferta de Cursos de extensão pelos campi. Também foram produzidos formulários e demais documentos padrão para o registro desta atividade. Foram ofertados 2 cursos de extensão, um no campus Maceió e outro no campus de São Miguel dos Campos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
No ano de 2012 a PROEX manteve a política de lançamento do lançamento de Edital de Fluxo Contínuo para a oferta de Cursos de extensão pelos campi.. Foram realizados 18 cursos de extensão nos campus do IFAL, além dos cursos FIC do PRONATEC e do Mulheres Mil.

c) Reativar a incubadora de empresas
Ação que passou para o âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, através do NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica)

d) Possibilitar a implantação de empresas júnior
CRONOGRAMA: 2010 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Não foi realizado nenhum trabalho a este respeito no ano, estando previsto para 2011.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Em dezembro de 2011 foi formada Comissão para elaboração de proposta de regulamentação para esta atividade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Esta não prosperou em 2012.

e) Participar de programas governamentais que propiciem a parceria junto ao setor público.
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Participação no Programa interinstitucional na parceria entre Brasil e Canadá, PROJETO MULHERES MIL, com intermediação do MEC-SETEC.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Em 2011 o IFAL realizou dois Cursos FIC com elevação de escolaridade dentro do PROGRAMA MULHERES MIL, agora como Programa Governamental do MEC nos campus Penedo e Piranhas. Em parceria dos governos municipais locais.
Também foi desenvolvido em 2012 um Projeto de extensão interinstitucional dentro do Programa Novos Talentos, Edital da CAPES, no campus Maceió.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Em 2011 o IFAL aprovou dois Projetos de Extensão dentro do PROGRAMA MULHERES MIL, agora como Programa Governamental do MEC. As atividades serão iniciadas em 2012. Os projetos serão desenvolvidos nos campi Penedo e Piranhas, e contam com a parceria dos governos municipais locais.
Também foi aprovado e desenvolvido em 2011 um Projeto de extensão interinstitucional dentro do Programa Novos Talentos, Edital da CAPES, no campus Maceió, em parceria com a rede estadual de ensino.
Foram realizados cursos FIC dentro do Programa Bolsa Formação PRONATEC .

f) Disseminar a inclusão digital.
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
1. Realizado Projeto denominado PRODIGI, no campus Maceió.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
1. Realizado Projeto PRODIGI, no campus Maceió.
2. Realizado Projeto Tec-Livre no campus Arapiraca.
3. Realizado Projeto Básico de Informática no campus São Miguel dos Campos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Foram realizados projetos e cursos de extensão conforme relação abaixo:
1. PRODIGI - campus Maceió.
2. Inclusão digital na Aldeia Indígena Karapotó Plakiô - campus Arapiraca
3. Pro Info-Livre - campus Arapiraca
4. Seminários: Tecnologia da Informação (TI) e as diferentes áreas de atuação - campus Arapiraca
5. Inclusão digital na terceira idade - campus Marechal Deodoro
6. CIDM: Centro de Inclusão digital e multiplicação do conhecimento – campus Palmeira dos Índios
7. Ensino de Matemática com o Programa Geogebra - campus Palmeira dos Índios
8. Inclusão digital na escola – campus Palmeira dos Índios
9. Inclusão digital para todos em uma prática educativa - campus Palmeira dos Índios
10. Leitura e interpretação de projetos e autocad 2D - campus Palmeira dos Índios
11. Possibilidades educativas na prática computacional - campus Palmeira dos Índios
12. Robótica como ferramenta educativa e inclusiva para comunidade de Palmeira de Fora - campus Palmeira dos Índios
13. Informática sem Mistério – campus Penedo
14. Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) direcionada a jovens do campo – campus Piranhas
15. Curso de Informática Básica – campus São Miguel dos Campos

g) Demonstrar através dos eventos as potencialidades da extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Realizados 7 eventos de extensão no IFAL.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Realizados 13 eventos de extensão no no IFAL (ver planilha)

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Foram realizados 5 eventos de extensão. Destaque para a I Mostra de Extensão do IFAL, onde foram apresentados na forma de pôster e oral, 126 trabalhos de extensão (projetos/cursos) desenvolvidos em 2012.

h) Promover oficinas de cultura para as comunidades interna e externa
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)

Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Realizadas atividades artísticas e culturais dentro de um Projeto no campus Maragogi.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Realizadas as seguintes atividades artísticas e culturais:
- 01 Projeto de Extensão no campus Maragogi,
- 01 Projeto de Extensão no campus Satuba,
- 01 Projeto de Extensão no campus Palmeira dos Índios,
- 02 eventos de extensão do campus Marechal Deodoro.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Realizadas as seguintes atividades artísticas e culturais:
- 01 Projeto de Extensão no campus Maceió
- 01 Projeto de Extensão no campus Murici
- 02 Projetos de Extensão no campus Arapiraca
- 02 Projetos de Extensão no campus Piranhas
- 02 Projetos de Extensão no campus Palmeira dos Índios
- 03 Projetos de Extensão no campus Satuba
- 04 Projetos de Extensão no campus Marechal Deodoro
- 04 Cursos de Extensão no campus Maceió

i) Indicação, pelo Diretor Geral de cada campus,de um servidor para a coordenação de extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Nos 04 campi em que o organograma contém esta função, houve indicação de servidor. Nos 07 campi novos, ainda sem esta função, a PROEX solicitou a indicação de um docente representante, sendo atendida pelos diretores gerais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Continua a mesma situação do ano 2010, a saber: os 04 campi em que o organograma contém esta função, houve indicação de servidor. Nos 07 campi novos, ainda sem esta função, a PROEX solicitou a indicação de um docente representante, sendo atendida pelos diretores gerais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Os 11 campus do IFAL possuem na sua estrutura organizacional, Funções Gratificadas para a extensão, estando nomeados todos os coordenadores. O Campus Maceió possui uma Diretoria de Pesquisa e Extensão.

j) Disponibilização, pelo Diretor Geral de cada campus, de espaço físico para a Coordenação de Extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Houve disponibilização de espaço físico nos 04 campi que possuem esta função em seu organograma.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Os 4 campi que possuem a função no organograma continuam com as salas de extensão.
Nos demais campi, ainda em construção, não há uma sala específica para a extensão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Há 6 campus com sede própria e em todos há espaço físico para a extensão. Nos outros 5 campus funcionando em sedes provisórias, a coordenação de extensão ocupa espaço físico compartilhado.

k) Treinamento oferecido pala PROEX aos servidores indicados para função
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Através de reuniões coletivas e individuais, telefonemas e troca de e-mails,com os membros efetivos e indicados, a PROEX capacitou os responsáveis nomeados nas funções e indicados como representantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Continuação da estratégia de 2010, ou seja: Através de reuniões coletivas e individuais, telefonemas e troca de e-mails,com os membros efetivos e indicados, a PROEX capacitou os responsáveis nomeados nas funções e indicados como representantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Através de reuniões coletivas e individuais, telefonemas e troca de e-mails, a PROEX capacitou os novos coordenadores nomeados.

l) Elaboração de minuta de regulamento para a concessão de bolsas de extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Elaborada proposta para regulamentação da extensão no IFAL, a ser encaminhada para o Conselho Superior em 2011. Também foi definido no Edital PROJET 2010 a concessão de bolsas para extensão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Foi encaminhada ao Conselho Superior a proposta de regulamentação da extensão no IFAL, e foi

aprovada como Resolução do Conselho Superior, número 10/2011.
Foram concedidas 89 bolsas de extensão para estudantes participantes dos projetos de extensão desenvolvidos em 2011.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Com base na Resolução do Conselho Superior, número 10/2011.

m) Confecção de modelo de edital para a concessão de bolsas de extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Lançado Edital PROJET 2010, no mês de novembro, contemplando 47 Projetos de extensão nos 11 campi, podendo ser acrescido de outros projetos no interesse da administração.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Os 47 Projetos de extensão selecionados forma acrescidos de outros, totalizando a execução de 57 projetos em 2011, sendo 56 com recursos institucionais e 01 proveniente de edital externo. Foram concedidas 86 bolsas de extensão a estudantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Produzidos 2 editais para seleção de projetos de extensão (servidor e estudante), e um edital de fluxo contínuo para oferta de cursos de extensão no IFAL, bem como produção de um modelo sugestão de edital para oferta local de cursos de extensão em cada campus.

n) Negociar com a Pró-reitoria de Administração e Planejamento a destinação de recursos orçamentários para ações de extensão
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Definido em 2010 com a PRAP, Reitoria e Conselho de Dirigentes, o destino de recursos orçamentários exclusivamente para a extensão, na ordem de 2,5 % do orçamento de custeio de cada campus.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Os recursos pactuados forma empregados, totalizando um investimento de R$ 295.000,00, dentre o pagamento de bolsas de extensão a estudantes, bem como a aquisição de insumos destinados ao desenvolvimento dos projetos de extensão.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Os recursos pactuados forma empregados, totalizando um investimento de aproximadamente R$ 950.000,00, dentre o pagamento de bolsas de extensão a estudantes, bem como a aquisição de insumos destinados ao desenvolvimento dos projetos de extensão. Destes, somente 500.000,00

estavam na LOA, o restante foi investimento com recursos próprios do IFAL.

o) Selecionar os projetos de extensão através de edital
CRONOGRAMA: 2009 a 2013

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Selecionados em 17 de dezembro de 2010, 47 projetos de extensão constantes do Edital PROJET 2010

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Em 2011 a PROEX classificou os Projetos oriundos de servidores como PROJETOS MODALIDADE SERVIDOR, e criou outra categoria, PROJETOS MODALIDADE ESTUDANTE.
Foram selecionados em editais específicos: 55 PROJETOS MODALIDADE SERVIDOR e 62 PROJETOS MODALIDADE ESTUDANTE, para desenvolvimento em 2012

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
Foram selecionados em editais específicos os PROJETOS MODALIDADE SERVIDOR e PROJETOS MODALIDADE ESTUDANTE.

p) Discutir a regulamentação de cada uma das dimensões.
CRONOGRAMA: 2009

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2009)
Sem registro de dados

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2010)
Foi elaborada proposta de regulamentação da extensão no IFAL, no segundo semestre de 2010, visto que não havia nenhuma regulamentação até então. A partir da aprovação da regulamentação, pelo Conselho Superior do IFAL, em 2011, será possível elaborar regulamentos para as dimensões definidas na regulamentação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2011)
Aprovada pelo Conselho Superior a regulamentação da extensão no IFAL, através da Resolução CS 10/2011.
Não foram regulamentadas dimensões específicas. Porém em 2011 foi elaborada Proposta de regulamentação do estágio, que segue para regulamentação pelo Conselho Superior no ano de 2012. O mesmo se verificou em relação às atividades de empresas Júnior, constantes da dimensão empreendedorismo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO (Relatório de 2012)
A regulamentação da prática profissional, sobretudo estágio obrigatório, contou com trabalho conjunto da PROEN e PROEX, tendo sido elaborada e encaminhada para aprovação do Conselho Superior.

Além das ações previstas no PDI, em 2011 a Pró-Reitoria de Extensão também realizou as seguintes ações:

a) Composição dos indicadores institucionais de extensão.

b) Pesquisa e divulgação de editais interinstitucionais e governamentais de fomento à extensão

c) Visitas aos campi para divulgação da extensão e participação nas reuniões da Reitoria Itinerante

d) Realização convênios para estágio em empresas diversas, totalizando 69 novas operações de assinatura e renovação de convênios.

e) Participação em reuniões externas: Fórum de Pró-reitores de Extensão do CONIF (Brasília e Curitiba), Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas Brasileiras (Manaus e Aracaju), Congresso Nordestino de Extensão Universitária (Feira de Santana-BA), Feira de Estágio e Emprego (CEFET-RJ), Universidade Petrobras (Rio de Janeiro).

f) Elaboração de 14 Termos de Referência para aquisição de insumos para ações de extensão;

g) Participação nas reuniões do Colégio de Dirigentes;

h) Representação do IFAL em eventos externos;

i) Indicação de representantes institucionais perante órgãos e congêneres.

j) Licitação de revista científica e revista informativa para veiculação no início de 2013.

l) Empenho de 100% dos materiais para projetos de extensão a realizar no ano seguinte.

Quadro-3: Número de alunos em estágio e empresas conveniadas

CAMPUS	Numero de alunos que realizaram estágio				Número de Empresas Conveniadas para Oferta de estágios			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Arapiraca								
Maceió		264	260	376	56	93	224	231
Maragogi								1
Marechal Deodoro	67	49	81	31	5	6	25	26
Murici			5					
Palmeira dos Índios	162	40	123	71	10	6	31	25
Penedo								0
Piranhas								2
Santana do Ipanema								8
São Miguel dos Campos			7	33				4
Satuba	152	141		180	154	156	39	37
Reitoria - DEPEAD								6
TOTAL	**381**	**494**	**476**	691	**225**	**261**	**319**	340

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-4: Eventos de Extensão e Número de Participantes

CAMPUS	Eventos de Extensão Realizados				Número de Participantes nos Eventos de Extensão Realizados			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Arapiraca		1	1			160	30	
Maceió				1				300
Maragogi		1				30		
Marechal Deodoro	1	2	4	1	357	494	2.106	420
Murici			2				224	
Palmeira dos Índios	4	4	3		287	290	430	
Penedo								
Piranhas								
Santana do Ipanema		1				70		
São Miguel dos Campos				1				400
Satuba	4	3	3	1	805	808	1.400	1200
Reitoria - DEPEAD				1				1171
TOTAL	**9**	**12**	**13**	5	**1.449**	**1.852**	**4.190**	**3.491**

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-5: Projetos de Extensão e Número de Docentes Envolvidos em Projetos de Extensão

CAMPUS	Projetos de Extensão realizados				Número de Servidores Docentes envolvidos com Projetos de Extensão			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Arapiraca			2	13			4	10
Maceió	2	2	12	17	11	13	22	22
Maragogi			6	13		1	7	10
Marechal Deodoro			7	25			7	15
Murici			3	13			3	8
Palmeira dos Índios			5	19			14	16
Penedo			3	11			4	10
Piranhas			1	11			1	11
Santana do Ipanema			3	4			4	4
São Miguel dos Campos			2	6			1	4
Satuba			13	20			14	12
Reitoria - DEPEAD								
TOTAL	**2**	**2**	**57**	**152**	**11**	**14**	**81**	**122**

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-6: Número de Técnicos Administrativos e alunos envolvidos em Projetos

CAMPUS	Número de Servidores Técnicos Administrativos envolvidos em Projetos de Extensão				Número de alunos envolvidos em Projetos de Extensão			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Arapiraca			1				4	31
Maceió	9	7		3	7	7	34	49
Maragogi				2			49	26
Marechal Deodoro			1	3			29	79
Murici							8	36
Palmeira dos Índios				1			12	52
Penedo							9	31
Piranhas				6			2	34
Santana do Ipanema							9	13
São Miguel dos Campos				1			8	16
Satuba			9	5			46	46
Reitoria - DEPEAD								
TOTAL	**9**	**7**	**11**	21	**7**	**7**	**210**	413

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-7: Cursos de Extensão Realizados e Público Atendido

CAMPUS	Publico atendido nos projetos de extensão realizados	Cursos de extensão realizados				Publico atendido nos cursos de extensão realizados			
	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Arapiraca	1.376				1				9
Maceió	285			1	11			31	525
Maragogi	236								
Marechal Deodoro	4.408				2				53
Murici	2.686								
Palmeira dos Índios	715								
Penedo	1.509				1				20
Piranhas	879				2				70
Santana do Ipanema	299								
São Miguel dos Campos	702			1	1			45	30
Satuba	1.118								
Reitoria - DEPEAD									
TOTAL	**14.213**	**0**	**0**	**2**	18	**0**	**0**	**76**	**707**

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-8: Relação de Eventos de Extensão Realizados

RELAÇÃO DE EVENTOS DE EXTENSÃO REALIZADOS					
Nº	**CÂMPUS**	**TIPO DE EVENTO**	**TÍTULO OU TEMA**	**CARGA HORÁRIA (horas)**	**NÚMERO DE PARTICIPANTES**
1	Maceió	Concerto Didático	2ª AUDIÇÃO DOS ALUNOS DO NÚCLEO DE CULTURA DO CAMPUS MACEIÓ	4	300
2	Marechal Deodoro	WORKSHOP	I WORKSHOP DE GASTRONOMIA - Maechal Deodoro	15	420
3	São Miguel dos Campos	Ciclos de palestras e mini-cursos	ERESST – ENCONTRO REGIONAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	30	400
4	Satuba	Semana	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:EXIGÊNCIA DO MERCADO DE TRABALHO	40	1200
5	Satuba	Mostra	I MOSTRA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL)	16	1171

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro-9: Relação de Cursos de Extensão Realizados

Nº	CAMPUS	Título ou Tema	CARGA HORÁRIA (Horas)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	Arapiraca	Ensino de Física pela Metodologia HFC	80	9
2	Penedo	Curso de aprimoramento profissional na área da indústria do açúcar e do álcool com ênfase na produção de açúcar.	20	20
3	Piranhas	Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) direcionada a jovens do campo	32	40
4	Piranhas	A produção textual e a redação oficial	60	30
5	São Miguel dos Campos	Curso de Informática Básica	48	30
6	Maceió	Musicalização através de instrumentos de cordas friccionadas	80	80
7	Maceió	Organização de Eventos	40	45
8	Maceió	Como falar bem em público – Oratória	30	74
9	Maceió	Nivelamento em Matemática do 2° grau	40	69
10	Maceió	Técnica vocal /canto	60	56
11	Maceió	Instalação de oficinas de reciclagem de óleo comestível para produção de material de limpeza.	60	24
12	Maceió	Musicalização através de Flauta Doce	60	40
13	Maceió	Intervenção Urbana	60	20
14	Maceió	PRODIGI- Projeto de Inclusão Digital	60	60
15	Maceió	Musicalização Através de Instrumentos de Cordas Friccionadas VIOLINO I (Nível Básico)	32	12
16	Maceió	Técnica de Atendimento e Recepção em Empresa	40	45
17	Marechal Deodoro	Inglês para Hotelaria e Turismo	40	16
18	Marechal Deodoro	Atendimento ao cliente	20	37
			TOTAL:	707

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro 10 – Público Atendido Pelos Projetos de Extensão

Nº	CAMPUS	PROJETO	PÚBLICO ATENDIDO	
			QUANT.	DESCRIÇÃO
1	Arapiraca	BCES (Bullying no Cotidiano Escolar e na Sociedade)	81	81 alunos de 4º e 5º ano da Escola Municipal Prof. Rui Barbosa
2	Arapiraca	Ciência Interativa	65	35 Alunos do 7° ano do ensino fundamental; 30 Alunos do 5° ano do ensino fundamental
3	Arapiraca	Cinema na comunidade: a exposição cinematográfica como proposta educativa para os jovens do bairro Batingas em Arapiraca – AL	360	Homens e mulheres
4	Arapiraca	Comunidade Sustentável	294	294 discentes de 4º e 5º anos das Escolas Municipais Zélia Barbosa Rocha e Pontes de Miranda
5	Arapiraca	Conscientização dos direitos do consumidor com o uso da eletricidade	80	População do Bairro Jardim Esperança, Arapiraca/AL
6	Arapiraca	HQLIC – História em Quadrinhos, Laser, Informação e Conhecimento	20	20 alunos do 9º ano da Escola de Ensino Fundamental José de Sena Filho
7	Arapiraca	Inclusão digital na aldeia indígena Karapotó Plaki-ô	12	12 membros da aldeia indígena Karapotó Plaki-ô
8	Arapiraca	Montagem de Experiências Mostrando os Riscos do Uso Inadequado da Eletricidade em Instalações Elétricas Residenciais	100	Comunidade do Capim
9	Arapiraca	Pro Info-Livre	30	26 alunos oriundos de escolas públicas de Arapiraca; 4 profissionais terceirizados do IFAL
10	Arapiraca	Riscos de automedicação	280	275 alunos da Escola Estadual Manoel Lúcio da Silva, Arapiraca/AL; 5 professores e gestores
11	Arapiraca	Seja um cientista	25	20 alunos oriundos de escola pública estadual, cursando 8º Ano do Ensino Fundamental; 5 alunos também de escola pública (entre 7º a 9º ano)
12	Arapiraca	Seminários: Tecnologia da Informação (TI) e as diferentes áreas de atuação	60	participantes dos seminários
13	Arapiraca	Siber-étnica e Vídeo identidade	29	29 jovens e adultos de uma comunidade indígena

14	Maceió	A coleta de resíduos sólidos no centro de Maceió: reciclagem como sustentabilidade e sobrevivência	30	30 catadores e familiares no Centro de Maceió
15	Maceió	A descoberta da química através de experimentos práticos	105	70 alunos do 1º e 35 alunos do 2º do Ensino Médio da Escola Estadual Moreira e Silva
16	Maceió	A poesia na ponta dos dedos: a inclusão do texto poético na educação de surdos	20	20 surdos
17	Maceió	Capacitação, através de oficinas, de professores de anos iniciais, do ensino fundamental, da escola pública, quanto à utilização dos jogos e dinâmicas em sala de aula		
18	Maceió	Controle Social da Gestão Pública: mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública		
19	Maceió	Educação ambiental e artesanato criativo (reciclagem de lixo)		
20	Maceió	Educação para a reciclagem de papel	6	14 alunos da Escola Tavares Bastos (Jacintinho)
21	Maceió	Inserção social e técnicas artesanais	20	pessoas da comunidade
22	Maceió	Novo Protécnico	80	80 alunos. 40 por turma
23	Maceió	Orientação de inclusão social para os guias de turismo em Alagoas		
24	Maceió	Pesquisa, ciência e educação na identificação de Professores e estudantes do ensino novos talentos em química no estado de Alagoas	60	20 professores da rede pública de ensino de Alagoas; 20 alunos do ensino médio da rede pública de Alagoas; 20 alunos do ensino fundamental da rede pública de Alagoas
25	Maceió	Pontal da Barra e a nova perspectiva para o turismo internacional	70	20 Estudantes, Coordenadores e Professores no Congresso em João Pessoa; 50 artesãos
26	Maceió	Preparatório ao processo	18	18 alunos surdos

		seletivo do IFAL para alunos surdos		
27	Maceió	Programa de qualificação voltado ao turismo para taxistas		
28	Maceió	Programa independente de matemática integrada	40	40 alunos
29	Maceió	Reciclagem de garrafa PET	14	14 alunos da Escola Tavares Bastos (Jacintinho)
30	Maceió	Superando os desafios da matemática		
31	Maragogi	A percepção dos moradores e turistas acerca da destinação dos resíduos sólidos urbanos nas cidades de Maragogi e Japaratinga	0	Público interno
32	Maragogi	Assistência à Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais		
33	Maragogi	Capacitação turística e mapeamento da Trilha do Visgueiro: uma alternativa socioeconômica e ambiental para o Assentamento Água fria em Maragogi	0	Moradores do Assentamento Água Fria
34	Maragogi	Educação ambiental como proposta para redução do impacto ambiental de resíduos sólidos	-	
35	Maragogi	Escrita com luz	16	16 estudantes do Colégio Batista Acioli, Maragogi
36	Maragogi	Jogos Cooperativos na Escola Municipal de Ensino Fundamental Domingos Fernandes Calabar	120	Crianças de 4 a 14 anos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Domingos Fernandes Calabar, Porto Calvo/AL
37	Maragogi	Mapeamento dos fatores de risco de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos de idade do município de Maragogi	100	100 alunos da Escola Municipal Batista Acioli
38	Maragogi	Norteartes		
39	Maragogi	Pensando sobre valores		
40	Maragogi	Percursos geográficos como ferramenta educativa		

41	Maragogi	Prevenção de Doenças no Assentamento Deda Paes		Cerca de 100 famílias do Assentamento Deda Paes
42	Maragogi	Projeto de Educação Ambiental		
43	Maragogi	Tecnologia alternativa de tanque evaporimétrico para agricultura familiar irrigada.		
44	Marechal Deodoro	A educação ambiental como ferramenta de desenvolvimento sustentável: o caso da Escola Edval Lemos Santos	17	17 alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Governador Luiz Cavalcante
45	Marechal Deodoro	A reutilização de papel como forma de fabricação de novos produtos	19	19 alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Governador Luiz Cavalcante
46	Marechal Deodoro	Alimento seguro, escola saudável	1.515	1500 alunos e 15 manipuladores de alimentos
47	Marechal Deodoro	Aplicação de tecnologias limpas integradas ao instrumento de Educação Ambiental na comunidade Sítio Arraial e Fazenda Riachão de Cima do entorno da Reserva Biológica Federal de Pedra Talhada no Município de Quebrangulo – AL	100	Comunidade do Sítio Arraial e da fazenda Riachão de Cima, Quebrangulo/AL
48	Marechal Deodoro	Captura dos alunos das escolas municipais de Marechal Deodoro para o IFAL.	100	100 alunos das Escolas Municipais Eleuza Magalhães, Edval Lemos e Escola Estadual Rosa da Fonseca
49	Marechal Deodoro	Cine IFAL	40	40 pessoas do município de Marechal Deodoro
50	Marechal Deodoro	Compostagem em pequena escala: uma proposta de valorização de resíduos sólidos orgânicos da comunidade Beco da Anastácia – Marechal Deodoro	70	70 moradores da comunidade Beco da Anastácia
51	Marechal Deodoro	Compostagem; reaproveitamento de matéria orgânica na comunidade do Bairro da Poeira em Marechal Deodoro	30	30 moradores do bairro da Poeira, Marechal Deodoro
52	Marechal Deodoro	Construção de Horta Orgânica Escolar: um elo entre a escola e a família na perspectiva de	30	30 jovens dependentes químicos em processo de reabilitação da Comunidade Nova Jericó

		proteção ambiental		
53	Marechal Deodoro	Coro Sinfônico	1.600	Público
54	Marechal Deodoro	Diagnóstico e sensibilização socioambiental da comunidade Riacho velho – Marechal Deodoro	50	50 pessoas da comunidade do Riacho Velho, em especial alunos e professores da escola municipal Jonas de Oliveira Pinto.
55	Marechal Deodoro	Educação Ambiental: Desenvolvendo a consciência sustentável na infância	40	40 alunos do 4º ano da Escola Municipal Hamilton Gouveia Lemos, Marechal Deodoro/AL
56	Marechal Deodoro	Educar com responsabilidade socioambiental	30	30 crianças e adolescentes entre 07 a 15 anos que residem na comunidade Beco da Anastácia, localizado no Bairro da Poeira.
57	Marechal Deodoro	Inclusão digital na terceira idade	37	Adultos que não tinham conhecimento em Informática
58	Marechal Deodoro	Inserção dos alunos das Escolas Estaduais de Marechal Deodoro em olimpíadas de química.	100	100 alunos do Ensino Médio de escolas da rede estadual de Marechal Deodoro
59	Marechal Deodoro	Nivelamento teórico para os alunos do 9º ano das escolas municipais de Marechal Deodoro para exame de seleção do IFAL	61	Alunos de escolas públicas de Marechal Deodoro
60	Marechal Deodoro	Percepções da realidade alagoana através da fotografia	30	Alunos dos 8º e 9º da Escola Municipal Prefeito Edival Lemos Santos residentes do município de Marechal Deodoro
61	Marechal Deodoro	Projeto Reciclando Sabores e Saberes	100	100 pessoas
62	Marechal Deodoro	Reciclagem de pilhas e baterias no município de Marechal Deodoro	200	Escola Estadual Rosa da Fonseca, Escola Municipal Eleuza Magalhães, Escola Municipal Edval Lemos do Município de Marechal Deodoro; Supermercado Extra
63	Marechal Deodoro	Reutilização de caixas tetra pak	72	72 alunos do 2º ano do Ensino Médio do Colégio Rosa da Fonseca em Marechal Deodoro
64	Marechal Deodoro	Reutilização de garrafas PET para confecção de vassouras e artigos decorativos	10	10 funcionários terceirizados que prestam serviços de limpeza e manutenção no campus Marechal Deodoro

65	Marechal Deodoro	Reutilização de palitos de picolé de madeira na confecção de artigos de decoração	13	13 crianças que frequentam o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)
66	Marechal Deodoro	Sensibilizando para o Turismo	300	300 alunos de escolas públicas de Marechal Deodoro
67	Marechal Deodoro	Sobra de móveis vira arte	9	9 colaboradores da Marcenaria Marinho no bairro Petrópolis em Maceió
68	Marechal Deodoro	TRIFAL	35	35 atletas incluindo público interno e externo
69	Murici	Avaliação e implantação das Boas Práticas em um serviço de alimentação da cidade de Murici (AL)		
70	Murici	Comunidade Sustentável	250	250 alunos da Escola Artur Lopes
71	Murici	Conscientização ambiental no Programa Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	100	Crianças de 6 a 12 anos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos(antigo PETI).
72	Murici	Conscientização da preservação das florestas	250	alunos do ensino fundamental da cidade de Branquinha.
73	Murici	Educação em nutrição e saúde para os excluídos sociais de Branquinha e São José da Lage remanescentes das enchentes de 2010	240	Homens e mulheres,das cidades de Branquinha e São José da Lage, acima de 15 anos de idade.
74	Murici	Educação em nutrição e saúde para os excluídos sociais de Murici e União dos Palmares remanescentes das enchentes de 2010	240	Homens e mulheres,das cidades de Murici e União dos Palmares, acima de 15 anos de idade.
75	Murici	Implementação da coleta seletiva de lixo na área do IFAL – Campus Murici e divulgação da iniciativa em escolas e residências próximas	600	Alunos de turmas do 5º ao 9º ano da rede pública de ensino.
76	Murici	Núcleo de desenvolvimento cultural		
77	Murici	Oficina: A utilização de materiais de baixo custo e de fácil aquisição para realização de experimentos de Química para alunos das séries iniciais (6º e 9º anos) - Uma	1.121	1121 alunos de Ensinos Fundamental e Médio das Escolas Juvenal Lopes Ferreira de Omena, Nossa Senhora das Graças (Cenecista), Escola Estadual de Ensino Dr. Aurinio Maciel e Escola Estadual Professor

		ferramenta como descoberta da Química		Loureiro
78	Murici	Sexualidade: tabus e mitos	73	73 alunos da Escola Municipal Juvenal Lopes
79	Murici	Show de Química – Atividades experimentais de química para comunidade	-	Mesmo público atendido do projeto: "Oficina: A utilização de materiais de baixo custo e de fácil aquisição para realização de experimentos de Química para alunos das séries iniciais (6º e 9º anos) - Uma ferramenta como descoberta da Química"
80	Murici	Treinamento em higiene e manipulação de alimentos em alunos de escolas públicas da cidade de São José da Lage	37	37 alunos da rede pública de ensino do Programa Pró-jovem
81	Murici	Treinamento em higiene e manipulação de alimentos em alunos de escolas públicas da cidade de União dos Palmares	25	25 alunos da rede pública de ensino: 9º ano e do Programa Pró-jovem
82	Palmeira dos Índios	A Caminho da Educação Ambiental: É na Escola que se aprende		
83	Palmeira dos Índios	CIDM- Centro de Inclusão digital e multiplicação do conhecimento	40	40 alunos das escolas: Almeira Cavalcante, Graciliano Ramos, Humberto Mendes e Victorino da Rocha
84	Palmeira dos Índios	Conexão social - educando com tecnologia		
85	Palmeira dos Índios	Conscientização ao desenvolvimento sustentável em escolas do município de Palmeira dos Índios	635	635 participantes das palestras realizadas ao longo do projeto
86	Palmeira dos Índios	Correndo para o futuro: da iniciação à formação para a cidadania		
87	Palmeira dos Índios	Ensino de Matemática com o Programa Geogebra	40	Professores da comunidade.
88	Palmeira dos Índios	Histórias na praça		

89	Palmeira dos Índios	Inclusão digital na escola	600	alunos da Escola Estadual Prof. Douglas Apratto Tenório
90	Palmeira dos Índios	Inclusão digital para todos em uma prática educativa	-	crianças da escola de ensino fundamental João Batista, da comunidade Planalto-Igaci, cursando entre o 6º e 9° ano
91	Palmeira dos Índios	Inglês, uma passagem para um futuro melhor	20	Adolescentes entre 13 e 14 anos
92	Palmeira dos Índios	Leitura e interpretação de projetos e autocad 2D	20	20 pessoas da comunidade
93	Palmeira dos Índios	Minha história virou filme		
94	Palmeira dos Índios	Planejamento dos espaços arquitetônicos do centro comercial de Palmeira dos Índios: Um novo desenho da paisagem urbana	-	População atuante de Palmeira dos Índios, que esteja integrado ou não a associações de classe, sindicatos ou de comércio
95	Palmeira dos Índios	Possibilidades educativas na prática computacional	30	30 alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Prof. Douglas Apratto Tenório
96	Palmeira dos Índios	Projeto Capacitação	20	Profissionais liberais e formais que atuam no seguimento da construção civil nas empresas construtoras atuantes na cidade de Palmeira dos Índios
97	Palmeira dos Índios	Robótica como ferramenta educativa e inclusiva para comunidade de Palmeira de Fora	-	Estudantes do ensino fundamental da rede pública foram selecionados para o curso alunos do nono ano (antiga 8ª série), de toda Palmeira dos Índios, em especial os alunos do bairro Palmeira de Fora
98	Palmeira dos Índios	Software livre para informatização de biblioteca escolar	-	Escola Estadual Graciliano Ramos, localizada na cidade de Palmeira dos Índios
99	Palmeira dos Índios	Software para gestão de extensão e pesquisa no IFAL	-	Docentes e técnicos administrativos associados à coordenações de pesquisa e extensão do Instituto Federal de Alagoas
100	Palmeira dos Índios	Suporte de Matemática para alunos do Ensino Fundamental oriundos de Escola Estadual	-	Alunos dos 8ºs e 9ºs anos
101	Penedo	A matéria orgânica na mesa do IFAL	40	40 moradoras do bairro COHAB e adjacências

102	Penedo	Água – “fonte de vida”	450	380 alunos de escolas de Penedo; 70 cidadãos penedenses
103	Penedo	Combate à mortalidade infantil	200	Mães, adolescentes gestantes e idosos
104	Penedo	Desenvolvimento sustentável e famílias ribeirinhas: Uma experiência no bairro Santo Antônio	50	50 moradores locais
105	Penedo	Educar é preciso	35	35 alunos entre 25 e 60 anos
106	Penedo	Filhinhos mil	12	Crianças de 3 a 12 anos, filhos das mulheres matriculadas no Programa Mulheres Mil – Curso Saúde e Sabores Mil
107	Penedo	Informática sem Mistério	260	260 alunos de 6º a 9º da Escola Municipal de Educação Básica Paulo VI
108	Penedo	Meninas na biblioteca	12	12 meninas com idade de 7 a 18 anos do Lar Nazaré
109	Penedo	Práticas sustentáveis a partir do óleo de cozinha	300	senhoras donas de casa, empregadas domésticas, jovens e empresários
110	Penedo	Recuperando e estruturando em prol da Ciência	150	150 alunos do 9º do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Comendador José da Silva Peixoto
111	Penedo	Visando o Futuro	0	Nenhuma
112	Piranhas	Aplicação simplificada do Programa BPF	9	9 feirantes
113	Piranhas	Aulas de Inglês para a comunidade: possibilitando o acesso, conhecimento e o aprimoramento de outra língua aos moradores da cidade de Piranhas histórica	0	Comunidade
114	Piranhas	Comunidade cênica	24	24 jovens estudantes de escolas públicas e privadas de Piranhas (Níveis Fundamentais e Médio)
115	Piranhas	Esporte e lazer	67	39 alunos 5º ano (21 meninas e 18 meninos) 28 alunos 4º ano (12 meninas e 16 meninos) - idades de 5 a 12 anos
116	Piranhas	Horta Comunitária	-	25 famílias da Comunidade Nossa Senhora das Graças

117	Piranhas	Ludocine: cinema, ação e conhecimento	94	90 crianças do programa Mais Educação e 4 profissionais de ensino
118	Piranhas	O Velho Chico em ação	-	Comunidade carente, estudantes e artistas locais
119	Piranhas	Pró-IFAL	200	200 alunos da rede municipal de ensino e rede estadual de ensino do Município de Piranhas
120	Piranhas	Radiação solar e Câncer de pele	170	Estudantes, agricultores e pescadores da região.
121	Piranhas	Recreação Solidária	25	16 meninos e 9 meninas (idades 5 a 12 anos)
122	Piranhas	Saúde, alimentação, reaproveitamento e reciclagem	290	15 Gestantes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); 45 Comunidade do bairro Nossa Senhora das Graças; 230 Escola Centro Municipal de Educação Infantil Antônio Rodrigues Pereira, alunos da rede pública do munícipio de Piranhas
123	Santana do Ipanema	Apicultura: fonte alternativa de renda no Médio Sertão de Alagoas	15	15 jovens da comunidade
124	Santana do Ipanema	Difusão de práticas orgânicas na produção de hortaliças na Associação de Quilombolas de Cacimbinhas, município de Cacimbinhas-AL	40	15 famílias quilombolas
125	Santana do Ipanema	Implantação de uma horta educativa no Programa Integração AABB na Comunidade: difusão da importância das hortaliças na complementação alimentar das crianças	100	100 crianças e adolescentes de família de baixa renda do Programa Integração AABB Comunidade
126	Santana do Ipanema	Importância da higiene na ordenha para a obtenção de leite de boa qualidade na região de Santana do Ipanema-AL: conscientização e orientação de pequenos pecuaristas	144	144 produtores de leite das associações de São Félix e Água Branca
127	São Miguel dos	Avaliação da situação vacinal dos coletadores de lixo do município de São Miguel dos	0	Coletores de lixo do município do São Miguel dos Campos

	Campos	Campos		
128	São Miguel dos Campos	Circuito de palestra técnicas sobre qualidade de vida no trabalho	50	30 professores da rede pública e privada do município; 20 pessoas do Projeto Mova Brasil (Instituição de Ensino não governamental)
129	São Miguel dos Campos	Curso básico de xadrez	12	12 alunos da Escola Municipal Mário Soares Palmeira
130	São Miguel dos Campos	Educação ambiental	260	Cerca de 120 alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Miguel Matias e 80 pessoas da comunidade
131	São Miguel dos Campos	Escola livre de riscos: ambiente seguro no exercício da cidadania	300	300 professores, alunos, técnico-administrativos, serviços gerais e comunidades das seguintes escolas da rede municipal de São Miguel dos Campos: Maria Abgail Correia de Sá, Professora Ineide Nogueira Rocha, Professor Iramilton Leite, Desembargador J.F.L. Souza
132	São Miguel dos Campos	Métodos de higiene e impactos no meio ambiente urbano	80	60 internos da casa de restituição Shalom; 20 moradores das proximidades da casa
133	Satuba	A Importância das políticas públicas para a promoção e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares do município de Anadia -AL, povoado Tabuleiro Grande	32	32 agricultores e familiares do Povoado Tabuleiro Grande Anadia-AL
134	Satuba	Agricultura Familiar e desenvolvimento rural sustentável pensando na qualidade de vida no meio rural dos pequenos agricultores da Associação Brilho do Sol II do município de Flexeiras – AL.	60	20 famílias dos pequenos Agricultores do Município de Flexeiras – AL
135	Satuba	Avaliação Nutricional da merenda escolar e os métodos de conservação dos alimentos das escolas municipais da cidade de Satuba	25	25 merendeiras, auxiliares de cozinha e técnicas em alimentação escolar

136	Satuba	Boas práticas para contensão e vias de aplicação, injeção em grandes animais	40	40 Jovens e adultos agropecuaristas (quatro turmas de 10 pessoas), nas cidades de Satuba e Joaquim Gomes/AL
137	Satuba	Capacitação de Pequenos Produtores na cultura do alho e sua manipulação em agroindústria familiar na Associação dos Pequenos da Serra Preta/União dos Palmares	25	25 produtores da Associação dos Pequenos Produtores da Serra Preta
138	Satuba	Construindo saberes em língua materna: uma articulação necessária entre teoria-prática e suas implicações no processo de leitura, interpretação e produção de textos	35	35 Alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Manuel Gentil, localizada em Satuba
139	Satuba	Diagnóstico da produção rural do município de Satuba – AL.	-	
140	Satuba	Diagnóstico do mercado consumidor de peixes produzidos na área de abrangência do APL Piscicultura Delta do São Francisco, Alagoas	220	100 piscicultores, comerciantes e consumidores de Porto Real do Colégio e 120 de Penedo
141	Satuba	Horta Comunitária como Agente de desenvolvimento e Integração Social- Fazenda Para Acolhimento de Dependentes Químicos Divina Misericórdia. Palmeira dos Índios	32	32 dependentes químicos – Fazenda acolhedora Divina Misericórdia em Palmeira dos Índios
142	Satuba	Horta Comunitária como alternativa para a agricultura familiar em Satuba	-	Crianças de aproximadamente 50 famílias do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) de Satuba
143	Satuba	Horta comunitária para benefício socioambiental de alunos e funcionários da Escola Estadual Rosalva Pereira Viana e comunidade da Santa Lúcia/Maceió	90	80 alunos, 6 professores e 4 funcionários da Escola Estadual Rosalva Pereira Viana
144	Satuba	Horta Comunitária para dependentes químicos na cidade de Pilar-AL.	28	28 jovens do Centro de Apoio Renascer de Pilar
145	Satuba	Inclusão Social através do	120	120 pessoas de 12 a 20 anos do

		Esporte e Jogos de Salão		Município de Satuba
146	Satuba	Música Comunitária	22	18 Alunos da Escola Estadual Prof. Manoel Gentil e 4 Alunos do IF Campus Satuba
147	Satuba	Nutrição na escola	70	Crianças do Ensino Fundamental Deputado Rubens Canuto situada no município de Satuba-AL
148	Satuba	Oficina e Produção de Jornais Educativos Expressos	27	15 candidatos do IFAL - Campus Satuba e 12 da escola Estadual Professor Arthur Ramos situada no município de Pilar- Alagoas
149	Satuba	Práticas teatrais e protagonismo juvenil no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	27	22 estudante do PETI-Satuba e 5 estudante do IF-Satuba
150	Satuba	Preservação das nascentes, tratamento e cuidados com água que bebemos e as que utilizamos para as demais atividades e descarte apropriado do lixo	360	360 adultos e idosos
151	Satuba	Qualificação de manipuladores em Instituições	30	Merendeiras e auxiliares de cozinha
152	Satuba	Uso correto de produtos agrotóxicos na Agricultura familiar no município de Igreja Nova - Alagoas	25	10 agricultores jovens e 15 agricultores adultos

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

Quadro 11 – Variáveis de Extensão

CAMPUS		Arapiraca	Maceió	Maragogi	Marechal Deodoro	Murici	Palmeira dos Índios	Penedo	Piranhas	Santana do Ipanema	São Miguel dos Campos	Satuba	Reitoria – DEPEAD	**TOTAL**
Número de alunos que realizaram estágio	2009				67		162					152		**381**
	2010		264		49		40					141		**494**
	2011		260		81	5	123				7			**476**
	2012		376		31		71				33	180		**691**
Número de Empresas Conveniadas para Oferta de estágios	2009		56		5		10					154		**225**
	2010		93		6		6					156		**261**
	2011		224		25		31					39		**319**
	2012		231	1	26		25	0	2	8	4	37	6	**340**
Eventos de Extensão Realizados	2009				1		4					4		**9**
	2010	1		1	2		4			1		3		**12**
	2011	1			4	2	3					3		**13**
	2012		1		1						1	1	1	**5**
Número de Participantes nos Eventos de Extensão Realizados	2009				357		287					805		**1.449**
	2010	160		30	494		290			70		808		**1.852**
	2011	30			2.106	224	430					1.400		**4.190**
	2012		300		420						400	1.200	1.171	**3.491**
Projetos de Extensão realizados	2009		2											**2**
	2010		2											**2**
	2011	2	12	6	7	3	5	3	1	3	2	13		**57**
	2012	13	17	13	25	13	19	11	11	4	6	20		**152**
Número de Servidores Docentes envolvidos com Projetos e Cursos de Extensão	2009		11											**11**
	2010		13	1										**14**
	2011	4	22	7	7	3	14	4	1	4	1	14		**81**
	2012	10	22	10	15	8	16	12	12	4	4	12		**125**
Número de Servidores Técnicos Administrativos envolvidos em Projetos e Cursos de Extensão	2009		9											**9**
	2010		7											**7**
	2011	1			1							9		**11**
	2012	0	3	2	3	0	1	4	7	0	1	5		**26**
Número de alunos envolvidos em Projetos e Cursos de Extensão	2009		7											**7**
	2010		7											**7**
	2011	4	34	49	29	8	12	9	2	9	8	46		**210**
	2012	33	70	26	79	36	52	31	35	13	17	46		**438**
Público atendido nos projetos de extensão realizados	2009													**0**
	2010													**0**
	2011													**0**
	2012	1.436	463	236	4.608	2.936	1.405	1.509	879	299	702	1.268		**15.741**
Cursos de extensão realizados	2009													**0**
	2010													**0**
	2011		1								1			**2**
	2012	1	11		2			1	2		1			**18**
Público atendido nos cursos de extensão realizados	2009													**0**
	2010													**0**
	2011		31								45			**76**
	2012	9	525		53			20	70		30			**707**

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

2.3.1.1. Acordo de Metas e Compromissos

Meta 8. Programa de Formação Inicial e Continuada
Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada

ANÁLISE 2011: Em 2011 o IFAL ofertou 02 cursos de extensão.

ANÁLISE 2012**:** Em 2011 o IFAL ofertou 18 cursos de extensão, conforme tabela anexa, com carga horária variável. Foram desenvolvidos Cursos do Guia FIC no âmbito do PRONATEC e Mulheres Mil.

Meta 15. Projetos de Ação Social
Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Campus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão;
ANÁLISE 2011: Dos 57 projetos realizados em 2012, 22 são considerados projetos sociais, identificados na tabela anexa pelos números: 1, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 20, 23, 24, 33, 36, 37, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54.
Considerando a existência de 11 campi, foi atingida a meta em 2011.

ANÁLISE 2012: Dos 152 projetos realizados em 2012, 28 são considerados projetos sociais.
Meta 17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais
Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;

ANÁLISE 2011: Foi desenvolvido o PROJET - Programa de Apoio a Projetos de Extensão, de caráter institucional e multicampi.
No nível interinstitucional, o IFAL participou e teve um Projeto selecionado no Edital da CAPES, Programa Novos Talentos.
Ainda em nível interinstitucional, o IFAL participou da chamada Pública do Programa ministerial Mulheres Mil, tendo dois projetos aprovados (Penedo e Piranhas).

ANÁLISE 2012: Foi desenvolvido o PROJET - Programa de Apoio a Projetos de Extensão, de caráter institucional e multicampi.
No nível interinstitucional, o IFAL desenvolveu um Projeto selecionado no Edital da CAPES, Programa Novos Talentos.
Ainda em nível interinstitucional, o IFAL desenvolveu o Programa ministerial Mulheres Mil, nos campus Penedo e Piranhas.

2.3.2. Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IFAL, regulamentada pela Resolução nº 22/CS, de 8 de agoto de 2011, foi composta por 15 programas que envolvem profissionais das áreas de Serviço Social, Nutrição, Psicologia, Biblioteconomia, Pedagia, Enfermagem, Odontologia e Medicina.

A referida política vem sendo implementada pela Diretoria de Políticas Estudantis na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

Nesse sentido, o investimento financeiro para a execução dos programas de assistência estudantil teve um crescimento significativo de 2010 para 2011, pois elevou-se de R$ 1.574.565,00 para R$ 3.929.523,18. Esse aumento da verba está relacionado a regulamentação do Programa

Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, de 19 de julho de 2010, que define o direcionamento da verba para as seguintes áreas: *moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.*

Cabe salientar que o orçamento destinado para a Assistência Estudantil em 2012 foi de R$ 3.924.694,00, o qual foi integralmente executado nas ações geridas pela Diretoria de Políticas Estudantis.

Vejamos os dados referentes a execução dos programas de Assistência Estudantil nos anos de 2011 e 2012 nas tabelas a seguir.

Tabela 1 - Alunos beneficiados com bolsa no Programa de Iniciação Profissional	
Ano 2011	Ano 2012
382	174

O Programa de Iniciação Profissional teve uma redução de 208 alunos atendidos de 2011 para 2012, conforme demonstra a tabela 1, pois o referido programa estava em processo de extinção por não estar de acordo com as diretrizes do Decreto 7.234, de 19.07.10, o qual não contempla contrapartida laboral dos alunos para terem acesso aos recursos da Assistência Estudantil. Dessa forma, após solicitação do grupo de assistentes sociais do IFAL que apresentou a proposta de extinção desse programa, este foi extinto mediante a aprovação da proposta pelo Conselho Superior do IFAL, revogado pela resolução nº 29/CS, de 18 de junho de 2012.

Tabela 2 - Alunos beneficiados no Programa Bolsa de Estudo	
Ano 2011	Ano 2012
258	702

O Programa Bolsa de Estudo foi implementado a partir de 2011 tendo como foco principal o ensino. De acordo com tabela 2, percebe-se que do ano de sua implantação para o ano seguinte registrou-se um aumento de 444 alunos atendidos com esse benefício. Em 2011 ele foi implantado apenas nos Câmpus de Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba, os quais contavam com o assistente social para executar o programa. Em 2012 foi implantado também nos Câmpus de Maragogi, Murici, Penedo e Piranhas, com a criação do Setor de Serviço Social em tais câmpus.

Tabela 3 - Alunos beneficiados no Programa de Auxílio Alimentação	
Ano 2011	Ano 2012
918	1.256

O Programa de Auxílio Alimentação constitui-se numa alternativa para os câmpus que não possuem refeitório ou que estão com seus refeitórios sem funcionamento, pois para garantir o acesso de fato a alimentação, somente disponibilizando-a no refeitório do próprio câmpus. Até 2012 só existiam refeitórios nos Câmpus de Maceió, Marechal Deodoro e Satuba, mas só neste último câmpus houve funcionamento durante todo os anos de 2011 e 2012, o de Marechal Deodoro só funcionou parcialmente no início de 2012 e o de Maceió esteve fechado nos três últimos anos com

pendências de reforma.

Tabela 4 - Alunos beneficiados no Programa de Alimentação e Nutrição Escolar	
Ano 2011	Ano 2012
855	589

Como foi salientado acima, apenas o refeitório do Câmpus Satuba está em pleno funcionamento, portanto é o único câmpus que vem executando o Programa de Alimentação e Nutrição Escolar. Comparando os números apresentados na tabela 3 com os da tabela 4 pode-se observar que o refeitório abrangeria uma quantidade muito maior de alunos, pois enquanto os dados da tabela 3 expressam a quantidade de alunos atendidos em dez câmpus, os dados da tabela 4 expressam a quantidade de alunos atendidos em apenas um câmpus.

Tabela 5 - Alunos beneficiados no Programa de Auxílio Transporte	
Ano 2011	Ano 2012
907	1.532

O Programa de Auxílio Transporte teve um aumento significativo na quantidade de alunos atendidos, como mostra a tabela 5, mais 625 alunos foram contemplados, pois esta se constitui a maior demanda dos alunos que procuram a Assistência Estudantil nos câmpus, tendo em vista a falta da oferta de ônibus escolar gratuito nos municípios alagoanos.

Tabela 6 - Alunos beneficiados com fardamento	
Ano 2011	Ano 2012
5.331	5.777

Desde de 2011 tem sido garantido o fornecimento de fardamento para todos os alunos matriculados nos cursos do IFAL.

Tabela 7 - Alunos beneficiados com óculos corretivo	
Ano 2011	Ano 2012
181	81

Os óculos corretivos disponibilizados para os alunos é uma demanda pouco executada nos câmpus, como podemos ver na tabela 7, porque os alunos encontram dificuldades para ter acesso as consultas oftalmológicas no serviço público de saúde.

Tabela 8 - Alunos beneficiados no Programa Auxílio Moradia	
Ano 2011	Ano 2012
2	142

O Programa Auxílio Moradia foi criado devido a demanda de alunos oriundos de municípios

e estados distantes do câmpus oferecendo-lhes condições de permanência mais próxima dos câmpus para os quais foram matriculados. Este programa foi implementado no Câmpus Palmeira dos Índios em 2011 e em 2012 se estendeu aos Câmpus de Maceió, Marechal Deodoro e Satuba.

Tabela 9 - Alunos beneficiados no Programa Bolsa Proeja	
Ano 2011	Ano 2012
112	455

O Programa Bolsa Proeja foi incorporado à Política de Assistência Estudantil do IFAL e é implementado pelos Câmpus de Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba.

Tabela 10 – Número de atendimentos psicológicos	
Ano 2011	Ano 2012
1.018	1.082

Os atendimentos psicológicos estão ocorrendo apenas nos Câmpus de Maceió, Marechal Deodoro, Satuba e Penedo, sendo um serviço muito requisitado pelos alunos nos demais câmpus onde ainda não há esse atendimento por falta de profissionais da área.

Tabela 11 – Número de atendimentos médicos	
Ano 2011	Ano 2012
21.215	14.942

Os atendimentos médicos e odontolológicos estão presentes apenas nos Câmpus de Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba.
Obs: O atendimento do Câmpus Maceió foi comprometido por uma reforma no setor.

Tabela 12 – Número de atendimentos odontológicos	
Ano 2011	Ano 2012
1.457	708

A partir dos dados apresentados compreende-se que as ações da Assistência Estudantil do IFAL atende uma demanda significativa dos alunos público-alvo da Política de Assistência Estudantil. Entretanto, esta é uma demanda crescente e alguns programas regulamentados não são executados em todos os câmpus, devido a falta de recursos humanos e/ou estrutura física adequada.

Deve-se salientar que a criação do Fórum Permanente de Assistência Estudantil contribuiu para que as ações nessa área pudessem ser executadas com mais eficiência e de forma mais democrática junto às equipes ligadas à Assistência Estudantil dos Câmpus.

2.3.3. Ações voltadas para o acesso e permanência do aluno na instituição

Quadro 12 – Número de alunos beneficiados com bolsas e auxílio alimentação

Unidade	Número de Alunos beneficiados com Bolsas de Iniciação Profissional			Número de Alunos beneficiados com Bolsas de Estudo			Número de Alunos beneficiados com Auxílio Alimentação		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Campus Maceió	130	158	89	0	116	240	130	158	232
Campus Satuba	84	132	30	0	48	107	0	0	0
Campus Marechal Deodoro	25	21	21	0	50	126	0	304	234
Campus Palmeira dos Índios	62	43	18	0	34	95	57	110	215
Campus Maragogi	0	4	2	0	0	25	0	10	37
Campus Piranhas	0	8	7	0	0	45	0	70	193
Campus Penedo	0	2	0	0	0	22	0	74	131
Campus Arapiraca	0	2	0	0	10	12	0	36	44
Campus Avançado Murici	0	4	3	0	0	30	0	90	97
Campus A Santª Ipanema	0	5	0	0	0	0	0	25	19
Campus A São M. Campos	0	3	4	0	0	0	0	41	54

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

Quadro 13 – Número de Atendimentos Odontológicos, Auxílio Moradia e Bolsa Proeja

Unidade	Número de atendimentos odontológicos			Número de Alunos beneficiados com Auxílio Moradia			Número de Alunos beneficiados com bolsa Proeja		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Campus Maceió	0	0	0	0	0	100			
Campus Satuba	574	540	489	0	0	23			155
Campus Marechal Deodoro	370	703	146	0	0	2			203
Campus Palmeira dos Índios	302	214	73	0	2	17	70	58	60
Campus Maragogi	0	0		0	0				
Campus Piranhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus Penedo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus Avançado Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus A Santª Ipanema	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus A São M. Campos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.246	1.457	708	0	2	142	70	58	418

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

Quadro 14 – Número de Óculos Corretivo, Atendimentos Psicológicos e Médicos

Unidade	Número de Alunos beneficiados com óculos corretivo			Número de atendimentos psicológicos			Número de atendimentos médicos		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Campus Maceió	27	39	25	61	185	18	15.370	14.856	9.795
Campus Satuba	0	8	10	317	605	305	2.998	3.614	3.533
Campus Marechal Deodoro	10	50	11	299	172	189	1.981	2.567	1.237
Campus Palmeira dos Índios	8	15	5	94	56	261	342	178	377
Campus Maragogi	0	1		0	0		0	0	
Campus Piranhas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus Penedo	0	10	21	0	0	309	0	0	0
Campus Arapiraca	0	12	9	0	0	0	0	0	0
Campus Avançado Murici	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campus A Santª Ipanema	0	11	0	0	0	0	0	0	0
Campus A São M. Campos	0	35	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	45	181	81	771	1.018	1.082	20.691	21.215	14.942

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

Quadro 15 – Número de Auxílio Transporte, Fardamento e Refeições Servidas

Unidade	Número de Alunos beneficiados com Refeições servidas			Número de Alunos beneficiados com Auxílio Transporte			Número de Alunos beneficiados com fardamento		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Campus Maceió	0	0	0	150	274	290	900	1.045	8
Campus Satuba	444	725		0	82	127	658	653	1.223
Campus Marechal Deodoro	80	130	36	70	70	176	480	546	676
Campus Palmeira dos Índios	0	0	0	108	252	345	700	935	515
Campus Maragogi	0	0	0	0	48	34	160	229	
Campus Piranhas	0	0	0	0	12	179	160	558	477
Campus Penedo	0	0	0	0	20	47	160	392	263
Campus Arapiraca	0	0	0	0	83	117	160	480	486
Campus Avançado Murici	0	0	0	0	20	79	160	320	396
Campus A Santª Ipanema	0	0	0	0	25	84	80	139	221
Campus A São M. Campos	0	0	0	0	21	54	160	265	103
TOTAL	524	855	36	328	907	1.532	3.778	5.562	4.368

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – PROEN.

2.3.4. Análise crítica das atividades de Ensino: ações previstas no PDI 2009-2013 e no acordo de metas e compromissos

Em relação às metas relacionadas ao Ensino, pode-se dizer que grande parte delas foi alcançada.

De forma sintética, relaciono a seguir comentários sobre metas alcançadas/superadas e metas que não foram atingidas:

O IFAL ainda se encontra em pleno processo de expansão e continua implantando a infraestrutura nas novas unidades de Ensino, cujo funcionamento iniciou no ano de 2010. Assim, a instituição continua oferecendo vagas para ingresso nos cursos técnicos nessas novas unidades. Paulatinamente, o Governo Federal tem autorizado a contratação de novos docentes para esses campus. Os governos municipais, nas localidades onde o campus do IFAL está funcionando provisoriamente em espaços cedidos pelas prefeituras, continua dando apoio em infraestrutura física.

Dessa forma, e considerando que a maioria dos novos campus ainda não formaram turmas, o número de alunos na Instituição continua crescendo. Houve acréscimo no número de ingressos superior a 12% em relação a 2011 e 22%, em relação a 2010. Em relação ao total de alunos matriculados, o acréscimo em relação ao ano de 2011 foi de aproximadamente 30%.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, pode-se afirmar que o quantitativo de alunos nos cursos técnicos do IFAL continua sendo ampliado, dando continuidade a interiorização da educação profissional no Estado.

Foi consolidada a participação do IFAL no Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR, com a ampliação das vagas nos cursos superiores a distancia de Licenciatura em Letras/Português e Ciências Biológicas, cujo início das aulas das novas turmas nos novos polos UAB de Arapiraca, Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo e Santana do Ipanema, ocorreram no primeiro semestre de 2012. Desta forma, a Instituição continua avançando progressivamente no alcance do percentual de 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de no 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.

Conforme diretrizes do PARFOR e seguindo sua política institucional, o IFAL adota o procedimento de priorizar vagas para professores das redes públicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade, em que se destaca a adesão à Plataforma FREIRE e a adoção de cotas para professores da rede pública nas licenciaturas presenciais.

Houve a implantação de novos laboratórios de ensino, contemplando os novos cursos, bem como foram adquiridos diversos equipamentos e materiais para os laboratórios já existentes, promovendo a modernização desses.

A expansão do corpo docente continua em andamento, mas não da forma prevista no PDI, pois a liberação pelo Governo Federal de novas vagas para nomeação de professores está se dando em um ritmo abaixo do esperado.

Considerando o disposto nas novas diretrizes nacionais para educação profissional técnica de nível médio, a Pro-Reitoria de Ensino está elaborando projeto de curso de complementação pedagógica para os docentes que não possuem a formação pedagógica.

Não foi observada evolução na oferta de vagas para alunos dentro do PROEJA, o que reforça a necessidade de se tomar providências mais efetivas para a ampliação de vagas nessa

modalidade.

Ainda não foi possível oferecer o Curso de Engenharia de Alimentos e o Curso de Tecnologia em Gestão Pública, por falta de infraestrutura no Campus Maceió (quadro docente, espaço físico, acervo bibliográfico). Foi iniciada uma discussão em 2012, cuja culminância somente se dará em 2013, com a conclusão do novo PDI 2013-2017, onde se está avaliando a oferta desses cursos, considerando, dentre outros aspectos, o perfil dos mesmos e a identificação com a instituição.

Foi concluído o projeto do Curso de Engenharia Civil para o Campus Palmeira dos Índios, tendo inclusive sido aprovado pelo Conselho Superior da Instituição, com o início da primeira turma em 2013.

No ano de 2012, O IFAL passou a integrar a Rede e-Tec BRASIL, tendo iniciado as atividades como os Cursos Técnicos a Distancia em Infraestrutura Escolar e Secretaria Escolar, dentro do Programa PROFUNCIONÁRIO, com turmas em polos e-Tec situados em diversos municípios do Estado de Alagoas.

Apesar de a CAPES ter aprovado a oferta do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal para o ano de 2012, esse curso não foi iniciado ainda, em função da necessidade de realização de melhorias na infraestrutura do Polo Penedo. No entanto, está previsto o início da primeira turma para o ano de 2013.

Ficou adiado para 2013 a criação do observatório do mundo do trabalho, o qual deverá tratar principalmente de realizar estudos de viabilidade da manutenção dos cursos existentes e da demanda de novos cursos. Para isso, o IFAL contratou uma empresa especializada em gestão, que está prestando consultoria e recebeu um profissional da área de economia no final de 2012.
Também encontra-se em fase final de elaboração o programa de monitorias e irá criar programa institucional de suporte de aprendizagem no ano de 2013, apesar de já terem sido implantados em diversos campus do IFAL, sob orientação da PROEN, ações com finalidade de prover aos alunos apoio para melhoria do aprendizado.

Após realização de concurso público, a Instituição já nomeou professor para ministrar a disciplina LIBRAS, como também inserirá esse componente curricular na oferta de educação a distância, como forma de atender parte da demanda para alunos portadores de deficiências.

No que se refere, aos índices de permanência e de conclusão de alunos nos cursos da instituição, estabelecidos no Acordo de Metas, em função da greve de servidores que paralisou a maioria dos campus por um período superior a 90 dias, não foi possível determiná-los, uma vez que, por ocasião da apuração dos dados para este relatório, a maioria dos campus ainda não tinha concluído o ano letivo de 2012. Ressalta-se, porém, que diversas ações de suporte de aprendizagem já foram implantadas em alguns campus, como também um programa de preparação para possíveis candidatos aos processos seletivos de novos alunos.

Também não se observou elevação na relação quantitativa aluno/professor, principalmente devido ao baixo acréscimo na oferta de novas vagas nos campus antigos, que precisam ampliar suas instalações, como também ao início de cursos nos novos campus, os quais apresentam uma baixíssima relação aluno/professor, devido às características peculiaridades de um processo de

implantação de novas unidades de ensino.

O IFAL avançou na formação continuada, considerando ter proporcionado, mediante convênios, a participação de docentes e administrativos em cursos de pós-graduação, bem como ter promovido e enviado servidores para diversos eventos de formação de curta duração, tais como cursos, seminários, colóquios, entre outros.

Foi realizada inscrição para o processo seletivo de escolha dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e está no Plano de Ação de 2013, a criação dos conselhos escolares nos campus e dos colegiados de cursos técnicos em todos os campus.

O IFAL continua utilizando o ENEM como único processo seletivo para ingresso nos cursos superiores presenciais, como também para realizar a certificação do ensino médio para maiores de 18 anos de idade.

Em cumprimento ao disposto no Acordo de Metas e Compromissos, o IFAL iniciou a implantação do sistema acadêmico SIGA-EDU, em todos os campus, porém, em função do cancelamento do projeto SIGA-EDU em nível nacional, o IFAL interrompeu o processo e adquiriu o sistema SIGA da UFRN, cuja implantação do módulo acadêmico acontecerá durante o ano de 2013.

Vale destacar ainda o início das atividades do programa PRONATEC no âmbito do IFAL, ofertando 75 vagas no Curso Técnico Concomitante de Segurança do Trabalho, nos campus Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos, e 2885 vagas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).
(Obs.: Os dados do PRONATEC não foram considerados no cálculo dos indicadores educacionais)

2.4. Indicadores Acadêmicos

Em atendimento ao Acórdão nº 2.267/2005-TCU, que determina a inclusão dos indicadores de gestão no presente Relatório, acompanhados dos dados primários relativos aos componentes necessários ao seu cálculo, apresentamos a seguir estes indicadores, que demonstraram o esforço do IFAL em atingir os melhores índices de eficiência, eficácia e efetividade.

RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA

Tipo:
Indicador de Eficiência

Objetivo:
Quantificar a relação entre o número de candidatos inscritos e o número de vagas ofertadas, em determinado período.

Definições:
Inscrições =número de candidatos inscritos nos processos seletivos e em outras formas de acesso para novos alunos.
Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de processos

seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:
Relação = Inscrições / Número de Vagas Ofertadas

RELAÇÃO CANDIDATO/ VAGA

VARIAVEIS	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
TOTAL DE INSCRIÇÕES	12828	21623	32135	29082
TOTAL DE VAGAS OFERTADAS	2058	3318	3724	4223
RELAÇÃO	6,23	6,52	8,63	6,89

OBS.: Relação calculada pelo SISTEC: 4,14

Análise do Indicador:

Apesar de nova elevação na oferta de vagas no ano de 2012, o número de candidatos inscritos diminuiu em relação ao ano de 2011, devido principalmente a adaptação da sociedade ao processo de seleção de ingressos para cursos superiores ENEM/SISU.

RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNO

Tipo:
Indicador de Eficiência

Objetivo:
Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos matriculados

Definições:
Aluno = número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano
Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso

Fórmula de Cálculo:
Relação = Número de Ingressos x 100 / Alunos matriculados

RELAÇÃO INGRESSOS/ALUNO

VARIAVEIS	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
ALUNOS INGRESSOS	2148	3304	3641	4104

TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	4756	6773	8377	10937
RELAÇÃO	45,2 %	48,8 %	43,5 %	37,5 %

OBS.: Relação calculada pelo SISTEC: 32,2 %

Análise do Indicador:

A elevação na oferta de vagas e no número de ingressos, a falta de saída de concluintes nos campus novos e ainda o fato de perdurar um número elevado de retenções, foram fatores que contribuíram para o grande aumento no número de alunos matriculados de 2011 para 2012. Já era esperada uma elevação na relação, uma vez que continuam entrando muitas alunos nos novos campus, que ainda não formam turmas, como também foram iniciadas 12 turmas novas de cursos técnicos a distancia nos polos e-Tec do IFAL.

Ainda em relação aos cursos técnicos a distancia, foi verificada dificuldade em preenchimento das turmas, devida as peculiaridades do processo de seleção desses alunos, através do PROGRAMA PROFUNCIONÁRIO, cujo público-alvo são servidores municipais da educação, que apresentam diversas dificuldades para acesso aos cursos oferecidos, apesar do Estado de Alagoas apresentar uma demanda elevada de formação de servidores nas áreas de Secretaria Escolar e Infraestrutura Escolar, que foram contempladas pelo programa.

RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNO

Tipo:
Indicador de Eficiência

Objetivo:
Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados.

Definições:
O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.
Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes x 100}}{\text{Alunos matriculados}}$$

RELAÇÃO CONCLUINTES/ALUNO

VARIAVEIS	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
ALUNOS CONCLUINTES	597	761	830	697
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	4756	6773	8377	10937

RELAÇÃO	12,5 %	11,2 %	9,9 %	6,4 %

OBS.: Relação calculada pelo SISTEC: 6,1 %

Análise do Indicador:

A diminuição acentuada da relação em relação aos anos de 2009 a 2011 deveu-se, a diversos fatores, tais como:
- o ingresso de elevado número de alunos em 5 dos novos campus, nos cursos técnicos integrados, ainda sem saída de concluintes, pois as primeiras turmas iniciaram suas atividades nessas unidades de ensino em setembro de 2010 e somente devem apresentar concluintes no ano de 2014;
- o processo de greve que paralisou as atividades em 9 dos 11 campus da Instituição, por uma período superior a 90 dias, o que fez com que a maioria dos campus não terminasse o ano letivo de 2012 dentro do ano civil de 2012, prejudicando sobremaneira no cálculo deste indicador, de modo que o resultado aqui apurado não representa a realidade da Instituição.

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA DE CONCLUINTES

Tipo:
Indicador de Eficiência

Objetivo:
Quantificar a eficiência da Instituição

Definições:
Para o numerador é realizado o somatório de todas as matriculas com situação “concluído” e soma também “integralizado fase escolar” nos ciclos de matrículas do SISTEC, com situação ativa ("em curso"), a cada mês, nos meses de ocorrência. Já para o denominador deve-se realizar o somatório do numero de matrículas em situação ativa ("em curso"), no ultimo mês de referência, , mais todos que tenham situação final ao logo do período considerado.

EQUAÇÃO BÁSICA:

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Índice de Eficiência Acadêmica} = \sum \frac{\text{Número de Concluintes}}{\sum \text{Número de Todas Situações Finais}}$$

Índice de Eficiência Acadêmica = 36,4 % (Valor calculado pelo SISTEC)

Análise do Indicador:

De modo similar a análise do indicador anterior, a apuração deste índice foi prejudicada pela greve que paralisou as atividades em 9 dos 11 campus da Instituição, por uma período superior a 90 dias, fazendo com que a maioria dos campus não terminasse o ano letivo de 2012 dentro do ano civil de 2012, o que prejudicou o cálculo deste indicador, de modo que o resultado aqui apurado não representa a realidade da Instituição.

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Tipo:
Indicador de Eficiência

Objetivo:
Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar e em relação ao total de alunos.

Definições:
Retenção Escolar refere-se aos alunos reprovados e com trancamento de matrículas.
O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos x 100}}{\text{Número de Alunos Matriculados}}$$

ÍNDICE DE RETENÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

VARIAVEIS	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
ALUNOS RETIDOS	877	1401	1432	3262
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	4756	6773	8377	10937
RELAÇÃO	18,4 %	20,6 %	17,1 %	29,8 %

OBS.: Relação calculada pelo SISTEC: 35,6 %

Análise do Indicador:

De modo similar a análise do indicador anterior, a apuração deste índice foi prejudicada pela greve que paralisou as atividades em 9 dos 11 campus da Instituição, por uma período superior a 90 dias, fazendo com que a maioria dos campus não terminasse o ano letivo de 2012 dentro do ano civil de 2012, o que prejudicou o cálculo deste indicador, de modo que o resultado aqui apurado não representa a realidade da Instituição.

RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Objetivo: Quantificar o Número de Alunos por Docente em tempo Integral.

Definições: o número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano.

O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas

semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação = Número de Alunos Matriculados / Número de Docentes = $\frac{10.937}{691,50}$ = 15,82

ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Objetivo: quantificar o índice de titulação do corpo docente – efetivo e substitutos

Definições: a titulação do corpo docente é dividida em 5 sub-grupos: graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Índice = $\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D} = \frac{2.186}{689} = 3,17$

Onde: G=qtde de docentes Graduados; A=qtde de docentes Aperfeiçoados; E= qtde de docentes Especialistas; M=qtde de docentes Mestres; D= qtde de docentes Doutores.

Quadro 16 – Atendimento ao ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Curso	Área	Modalidade de Ensino	Nº de Candidatos			Nº de Vagas Ofertadas			Nº de Alunos Ingressos			Nº de Alunos Matriculados			Nº de Alunos Concluintes			Nº de Alunos Retidos		
			2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Câmpus:	SANTANA DO IPANEMA																			
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico Subsequente	408	158	203	80	160	80	80	80	80	80	151	80	0	19	0	4	28	0
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico Integrado	0	0	210	0	0	160	0	0	120	0	0	120	0	0	0	0	0	0
Câmpus:	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS																			
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Subsequente	1101	700	1281	80	160	160	80	160		80	149	158	0	0	3	4	29	108
Câmpus:	ARAPIRACA																			
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	1058	680	829	80	80	72	80	80	80	80	148	215	0	0	0	21	8	0
Eletroeletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	431	299	418	80	80	72	80	80	89	80	144	217	0	0	0	21	23	0
Câmpus:	MARAGOGI																			
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	182	190	328	80	80	80	67	80	70	67	146	147	0	0	0	24	38	0
Hospedagem	Hospitalidade e Lazer	Técnico Integrado	363	332	442	80	80	80	73	80	76	73	152	152	0	0	0	19	31	0
Câmpus:	MURICI																			
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	110	109	134	80	80	80	80	80	95	80	159	156	0	0	0	5	22	0
Agroindústria	Produção Alimentícia	Técnico Integrado	237	219	263	80	80	80	80	80	96	80	166	179	0	0	0	17	24	0
Câmpus:	PENEDO																			
Açúcar e Álcool	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	756	270	358	80	80	80	80	80	80	80	80	213	0	0	0	26	17	0
Meio Ambiente	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Integrado	619	215	266	80	80	80	80	80	80	80	80	208	0	0	0	29	16	0
Câmpus:	PIRANHAS																			
Agroecologia	Recursos Naturais	Técnico Integrado	143	83	168	80	80	72	80	80	90	80	134	124	0	0	0	14	25	0
Agroindústria	Produção Alimentícia	Técnico Integrado	160	107	154	80	80	72	80	80	71	80	122	113	0	0	0	13	17	0
Câmpus:	MARECHAL DEODORO																			
Guia de Turismo	Hospitalidade e Lazer	Técnico Integrado	380	0	0	80	0	0	80	0	4	311	278	185	24	65	4	78	119	134
Meio Ambiente	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Integrado	353	549	280	80	120	32	80	120	38	174	259	246	0	0	0	43	133	65
Hospedagem	Hospitalidade e Lazer	Téc. Integrado-PROEJA			82	110	30	30	110	31	41	171	147	156	0	49	0	2	1	126
Gestão Ambiental	Ambiente e Saúde	Tecnologia	423	1418	1445	80	80	80	80	72	86	164	231	184	0	23	56	4	2	144
Cozinha	Hospitalidade e Lazer	Téc. Integrado-PROEJA	0		83	0	30	30	0	29	32	0	20	46	0	0	0	0	0	0
Câmpus:	SATUBA																			
Agricultura Familiar		PROEJA-FIC			0	20		0	12		0	22	11	0	9		7	4	3	0
Processamento de Alimentos		PROEJA-FIC		52	28	50	70	35	46	70	36	61	99	30	13	0	40	6	2	0
Informática		PROEJA-FIC		48	63	30	70	35	28	70	74	28	90	46	0		33	2	15	0
Agropecuária	Recursos Naturais	Técnico Integrado	340	521	516	160	160	160	160	174	215	385	424	257	68	84	187	66	72	4

Continuação do Quadro 16

Câmpus:	PALMEIRA DOS INDIOS																			
Edificações	Infraestrutura	Técnico Integrado	396	486	461	72	72	72	72	72	76	264	272	265	57	45	47	36	44	65
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	286	263	263	72	72	72	72	72	67	244	250	246	46	31	32	53	84	63
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	473	357	374	72	72	72	72	72	74	195	244	253	13	22	22	64	63	53
Redes de Computadores	Informação e Comunicação	Técnico Subsequente	276	302	312	35	70	70	82	70	70	20	147	129	0	15	14	35	6	59
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Téc. Integrado-PROEJA			72	30	30	35	30	35	33	139	151	73	20	19	13	8	21	29
Construção de Edifícios	Infraestrutura	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	61	39	12	10	15	2	0	39
Sistemas Elétricos	Controle e Processos Industriais	Tecnologia		971	519	35	35	35	35	35	40	88	96	126	17	17	18	3	1	61
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Subsequente	0	601	296	0	80	40	0	80	41	0	80	105	0	0	0	0	0	32
Câmpus:	MACEIÓ																			
Edificações	Infraestrutura	Técnico Integrado	868	851	911	70	70	60	73	70	70	235	287	301	0	47	4	67	90	164
Eletrônica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	584	793	454	70	108	70	70	108	70	290	304	387	70	29	16	128	85	214
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	655	523	514	70	70	70	72	70	67	294	280	432	74	38	12	143	77	225
Informática	Informação e Comunicação	Técnico Integrado	568	649	593	36	48	34	39	48	34	111	134	160	16	16	2	42	34	75
Estradas	Infraestrutura	Técnico Integrado	0	144	227	0	40	36	0	40	36	0	40	70	0	0	0	0	14	0
Infraestrutura Urbana	Infraestrutura	Técnico Integrado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44	18	42	30	10	1	10	6	42
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	670	575	530	70	70	70	71	70	66	278	289	417	53	35	5	119	75	208
Química	Controle e Processos Industriais	Técnico Integrado	711	751	675	70	70	70	76	70	68	285	277	420	61	53	17	100	32	207
Artesanato	Produção Cultural e Design	Téc. Integrado-PROEJA	0			0	30	30	0	30	30	79	45	97			0	2	4	50
Eletrotécnica	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	543	635	228	40	40	40	42	40	45	134	69	156	17	11	2	41	20	101
Mecânica	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	519	696	445	50	50	50	48	50	62	108	83	200	26	8	0	32	25	101
Química	Controle e Processos Industriais	Técnico Subsequente	604	548	431	40	40	40	40	40	36	109	55	113	18	14	1	47	11	113
Desenhos e Projetos	Infraestrutura	Técnico Subsequente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	3	0	0	0	0	0
Segurança do Trabalho	Ambiente, Saúde e Segurança	Técnico Subsequente	0	1371	370	0	40	40	0	40	41	0	38	41	0	0	0	0	0	0
Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	Bacharelado	1720	2749	1015	76	72	72	80	72	72	128	194	234	0	0	0	9	6	16
Construção de Edifícios	Infraestrutura	Tecnologia	645	1332	674	60	60	60	57	60	60	127	127	272	2	6	2	10	5	158
Matemática	Formação de Professores	Licenciatura	177	253	546	40	80	40	40	80	40	30	100	121	0	0	0	0	5	0
Química	Formação de Professores	Licenciatura	80	128	1300	40	40	40	40	40	40	40	70	103	0	0	0	0	1	0
Ciências Biológicas	Formação de Professores	Licenciatura	0	298	600	0	40	40	0	40	40	0	40	79	0	0	0	0	0	0
Letras/Português	Formação de Professores	Licenciatura	0	239	245	0	40	40	0	40	40	0	38	62	0	0	0		0	0
Gestão de Turismo	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	986	2851	1906	80	80	80	79	80	80	88	126	271	0	0	0	6	6	195
Hotelaria	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia	945	2630	2104	80	80	80	78	80	80	84	141	267	0	0	0	2	5	173
Design de Interiores	Produção Cultural e Design	Tecnologia	647	1971	749	40	40	40	40	40	40	34	75	169	0		4	3	6	136
Sistemas de Informação	Informação e Comunicação	Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	17	17	8	3	5	8	0	12
Alimentos	Produção Alimentícia	Tecnologia	750	1299	574	30	30	30	28	30	30	100	49	88	19	46	5	3	6	36
Cursos à Distância																				
Hotelaria	Hospitalidade e Lazer	Tecnologia (A DISTÂNCIA)	262	186	0	100	100	0	80	83	0	265	348	266	0	52	34	0	4	0
Administração Pública		Bacharelado (A DISTÂNCIA)	439	241	1433	100	50	200	100	50	200	100	150	314	0	0	0	0	6	0
Letras/Português	Formação de Professores	Licenciatura (A DISTÂNCIA)	259	215	879	100	50	50	100	50	46	190	240	443	0	0	0	0	19	11
Infraestrutura Escolar	Desenv. Educacional e Social	Técnico Subsequente	0	0	0	0	0	250	0	0	173	0	0	173	0	0	0	0	0	0
Secretaria Escolar	Desenv. Educacional e Social	Técnico Subsequente	0	0	0	0	0	350	0	0	303	0	0	303	0	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas	Formação de Professores	Licenciatura (A DISTÂNCIA)	263	144	580	70	35	135	70	35	135	98	133	304	0	0	0	0	5	0

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

Apresentados os departamentos e seções das áreas que compõem os níveis estratégicos e táticos da estrutura organizacional.

1. REITORIA – CD-01
1.1. Gabinete – CD-04
1.1.1. Secretaria de Gabinete – FG-01
1.2. Secretaria dos Colegiados – FG-02
1.3. Procuradoria Federal – CD-04
1.4. Assessoria Executiva – CD-04
1.5. Ouvidoria – FG-02
1.6. Coordenação de Relações Internacionais – FG-02
1.7. Departamento de Comunicação e Eventos – CD-04
1.7.1. Coordenação de Comunicação e Marketing Social – FG-02
1.7.2. Coordenação de Cerimonial e Eventos – FG-02
2. AUDITORIA INTERNA – CD-04
3. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO – CD-02
3.1. Departamento de Pesquisa e Inovação – CD-04
3.1.1. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica – FG-01
3.2. Coordenação de Pós-Graduação – FG-01
3.2.1. Coordenação de Planejamento de Pós-Graduação – FG-02
3.2.2. Coordenação de Qualificação Acadêmica – FG-02
4. PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – CD-02
4.1. Assessoria de Desenvolvimento Institucional – FG-01
4.2. Departamento de Infraestrutura e Expansão – CD-04
4.2.1. Coordenação de Apoio à Expansão – FG-01
4.2.2. Coordenação de Projetos e Obras – FG-02
4.2.3. Coordenação de Projetos de expansão – FG-02
4.2.4. Coordenadoria de Fiscalização de Obras – FG-04
4.3. Diretoria de Tecnologia da Informação – CD-03
4.3.1. Coordenação de Operações de Rede – FG-02
4.3.2. Coordenação de Suporte ao Usuário – FG-02
4.3.3. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas de Informação – FG-01
4.3.4. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas Acadêmicos – FG-02
4.4. Departamento de Planejamento Institucional – CD-04
4.5. Departamento de Seleção de Ingressos – CD-04
4.6. Diretoria de Gestão de Pessoas – CD-03
4.6.1. Assessoria da Diretoria de Gestão de Pessoas – FG-02
4.6.2. Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal – CD-04
4.6.2.1. Coordenação de Aposentadoria e Pensão – FG-02
4.6.2.2. Coordenação de Cadastro e Lotação de Pessoal – FG-01
4.6.2.3. Coordenação de Saúde do Servidor – FG-02
4.6.3. Coordenação de Contrato e Admissão de Pessoal – FG-02
4.6.4. Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal – FG-02
4.6.4.1. Coordenadoria de Estágios - FG-04
5. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – CD-02
5.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
5.1.1. Coordenação de Transporte – FG-02
5.1.2. Coordenação de Protocolo e Arquivo FG-02

5.1.3. Coordenadoria de Manutenção – FG-04
5.2. Diretoria de Orçamento e Finanças – CD-03
5.2.1. Coordenação de Gestão do Orçamento – FG-01
5.2.2. Departamento de Contabilidade e Finanças – CD-04
5.2.2.1. Coordenação de Finanças – FG-02
5.3. Diretoria de Suprimentos – CD-03
5.3.1. Coordenação de Contratos – FG-01
5.3.2. Coordenação de Patrimônio – FG-02
5.3.3. Coordenação de Almoxarifado – FG-01
5.3.4. Departamento de Compras – CD-04
5.3.4.1. Coordenação de Licitações – FG-02
6. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – CD-02
6.1. Assessoria de Extensão – FG-02
6.2. Coordenação de Projetos – FG-02
6.3. Coordenação de Cursos e Eventos – FG-02
6.4. Coordenação de Relações Institucionais – FG-02
6.5. Coordenação de Ações Comunitárias – FG-02
7. PRÓ-REITORIA DE ENSINO – CD-02
7.1. Coordenação de Registro de Diplomas – FG-01
7.2. Diretoria de Políticas Estudantis – CD-03
7.2.1. Assessoria de Ações Inclusivas – FG-02
7.2.2. Coordenação de Assistência Estudantil – FG-01
7.3. Departamento de Educação à Distância – CD-04
7.4. Departamento de Educação Básica – CD-04
7.4.1. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos – FG-02
7.5. Departamento de Articulação Pedagógica – CD-04
7.6. Departamento de Graduação – CD-04
7.6.1. Coordenação de Cursos de Licenciatura – FG-02
7.6.2. Coordenação de Cursos Tecnológicos e de Bacharelado – FG-02
7.7. Pesquisador Institucional – FG-01
8. DIRECÃO-GERAL DO CAMPUS MACEIÓ – CD-2
8.1. Gabinete – FG-1
8.2. Assessoria de Comunicação e Eventos – FG-02
8.3. Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – CD-3
8.3.1. Coordenação de Extensão – FG-01
8.3.1.1. Coordenação de Integração Escola-Empresa – FG-02
8.3.2. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação – FG-02
8.4. Diretoria de Ensino – CD-3
8.4.1. Coordenação Pedagógica – FG-04
8.4.2. Coordenação de Licenciatura – FG-02
8.4.2.1. Coordenação de Licenciatura em Matemática – FG-02
8.4.2.2. Coordenação de Licenciatura em Química – FG-02
8.4.3. Coordenação de Turismo e Hotelaria – FG-02
8.4.5. Departamento Acadêmico de Formação Geral – CD-04
8.4.5.1. Coordenação de Educação Física e Esportes – FG-02
8.4.5.2. Coordenação de Ciências da Natureza – FG-02
8.4.5.3. Coordenação de Linguagens e Códigos – FG-02
8.4.5.5. Coordenação de Ciências Humanas – FG-02

8.4.6. Departamento Acadêmico de Tecnologia e Processos – CD-04
8.4.6.1. Coordenação de Eletrônica – FG-01
8.4.6.2. Coordenação de Eletrotécnica – FG-01
8.4.6.3. Coordenação de Mecânica – FG-01
8.4.6.4. Coordenação de Química – FG-01
8.4.6.5. Coordenação de Informática – FG-01
8.4.7. Departamento Acadêmico de Infraestrutura e Design – CD-04
8.4.7.1. Coordenação de Edificações – FG-01
8.4.7.2. Coordenação de Urbanização – FG-01
8.4.7.3. Coordenação de Design – FG-01
8.5. Diretoria de Administração e Planejamento – CD-03
8.5.1. Coordenação de Protocolo e Arquivo – FG-2
8.5.2. Coordenação de Patrimônio – FG-01
8.5.3. Coordenação de Transporte – FG-02
8.5.4. Coordenadoria de Planejamento e Orçamento – FG-04
8.5.5. Coordenação de Compras e Licitações – FG-02
8.5.6. Coordenadoria de Gestão de Contratos – FG-04
8.5.7. Coordenação de Almoxarifado – FG-02
8.5.8. Coordenação de Tecnologia da Informação – FG-01
8.5.9. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-02
8.5.10. Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – FG-04
8.5.11. Coordenadoria de Administração – FG-04
8.5.12. Coordenação de Infraestrutura e Obras – FG -01
8.5.12.1. Coordenação de Manutenção – FG-02
8.5.12.1.1 Coordenadoria de Segurança e Limpeza – FG -04
8.5.12.1.2 Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos – FG -04
8.6. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04
8.6.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-01
8.6.2. Coordenadoria de Multimeios – FG-04
8.6.3. Coordenadoria de Serviços Gráficos – FG-04
8.6.4. Coordenadoria do Turno Matutino – FG-04
8.6.5. Coordenadoria do Turno Vespertino – FG-04
8.6.6. Coordenadoria do Turno Noturno – FG-04
8.6.7. Coordenadoria de Biblioteca – FG-04
8.6.8. Coordenadoria de Saúde – FG-04
8.6.9. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição – FG-04
8.6.10. Coordenadoria de Serviço Social – FG-04
09. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS – CD-2
9.1. Gabinete – FG-02
9.2. Diretoria de Administração e Planejamento – CD-03
9.2.1. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
9.2.1.1. Coordenadoria de Cadastro e Lotação – FG-04
9.2.2. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
9.2.2.1. Coordenadoria de Tecnologia da Informação – FG-04
9.2.3. Coordenação de Almoxarifado – FG-02
9.2.4. Coordenadoria de Patrimônio – FG-04
9.2.5. Coordenadoria de Transportes – FG-04
9.2.6. Coordenadoria de Protocolo e Arquivo – FG-04

9.2.7. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG-04
9.3. Diretoria de Ensino – CD-3
9.3.1. Assessoria de Diretoria de Ensino – FG-04
9.3.2. Coordenadoria Pedagógica – FG-04
9.3.3. Coordenação Acadêmica de Formação Geral – FG-02
9.3.3.1. Coordenadoria de Ciências Humanas, Linguagens e Códigos – FG-04
9.3.3.2. Coordenadoria de Ciências da Natureza e Matemática – FG-04
9.3.4. Coordenação Acadêmica de Infraestrutura – FG-01
9.3.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Infraestrutura – FG-04
9.3.5. Coordenação Acadêmica de Processos industriais – FG-01
9.3.5.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Processos industriais – FG -04
9.3.6. Coordenação Acadêmica de Informática – FG-01
9.3.7. Coordenadoria de PROEJA – FG-04
9.4. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04
9.4.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
9.4.2. Coordenadoria de Biblioteca – FG-04
9.4.3. Coordenação de Pesquisa e Inovação – FG-02
9.4.4. Coordenação de Extensão – FG-01
9.4.5. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-02
9.4.5.1. Coordenadoria de Turno Matutino – FG -04
9.4.5.2. Coordenadoria de Turno Vespertino – FG -04
10. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARECHAL DEODORO – CD-2
10.1. Gabinete – FG-2
10.2. Assessoria de Comunicação e Eventos – FG-4
10.3. Diretoria de Ensino – CD-3
10.3.1. Coordenadoria Pedagógica – FG-04
10.3.2. Coordenação Acadêmica de Saúde e Meio Ambiente – FG-01
10.3.2.1. Coordenadoria de Laboratório de Meio Ambiente – FG-04
10.3.3. Coordenação de Meio Ambiente – FG-01
10.3.4. Coordenação de Guia de Turismo – FG-01
10.3.5. Coordenação de Hospedagem – FG-01
10.3.6. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-01
10.3.7. Coordenadoria de Informações Institucionais – FG-04
10.4. Diretoria de Administração e Planejamento – CD-03
10.4.1. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-02
10.4.2. Coordenadoria de Tecnologia da Informação – FG-04
10.4.3. Coordenadoria de Multimeios – FG-04
10.4.4. Coordenação de Compras e Licitações – FG-02
10.4.5. Coordenadoria de Planejamento e Orçamento – FG-04
10.4.6. Coordenadoria de Patrimônio – FG-04
10.4.7. Coordenadoria de Finanças – FG-04
10.4.8 .Coordenação de Contabilidade – FG-02
10.4.9. Coordenadoria de Gestão de Contratos – FG-04
10.4.10. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG-04
10.4.11. Coordenadoria de Almoxarifado – FG-04
10.4.12. Coordenadoria de Manutenção e Transportes – FG-04
10.5. Departamento de Apoio Acadêmico – CD-04
10.5.1. Coordenação de Pesquisa e Inovação - FG-02

10.5.2. Coordenadoria de Biblioteca – FG -04
10.5.3. Coordenação de Extensão – FG-01
10.5.4. Coordenadoria de Apoio ao Ensino – FG-04
11. DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SATUBA – CD 02
11.1. Assessoria – FG 01
11.2. Chefia de Gabinete – FG 04
11.3. Coordenadoria de Pesquisa Institucional – FG 05
11.4. Diretoria de Ensino – CD 03
11.4.1. Coordenação de Cursos Superiores – FG 01
11.4.2. Coordenadoria de Pesquisa – FG 04
11.4.3. Coordenadoria de Pós-Graduação – FG 04
11.4.4. Coordenadoria de Extensão – FG 03
11.4.5. Coordenadoria Pedagógica – FG 05
11.4.6. Departamento de Empreendedorismo e Produção – CD 04
11.4.6.1. Coordenadoria de Apoio Logístico – FG 05
11.4.6.2. Coordenadoria de Projetos Alternativos FG 05
11.4.6.3. Coordenadoria de Produção Agropecuária – FG 03
11.4.6.4. Coordenadoria de Empreendedorismo – FG 05
11.4.6.5. Coordenação de Agroindústria – FG 01
11.4.7. Departamento de Ensino e Apoio Acadêmico – CD 04
11.4.7.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG 02
11.4.7.2. Coordenação de Estágios e Egressos – FG 02
11.4.7.3. Coordenadoria do Curso Subsequente de Agropecuária – FG 05
11.4.7.4. Coordenadoria de Cursos Integrados – FG 05
11.4.7.5. Coordenadoria do PROEJA – FG 04
11.4.7.6. Coordenadoria de Inclusão e Diversidade – FG 04
11.4.7.7. Coordenadoria de Recursos Audiovisuais – FG 04
11.4.7.8. Coordenadoria de Acervo Bibliográfico – FG 05
11.4.8. Departamento de Assistência ao Educando – CD 04
11.4.8.1. Coordenadoria de Residência Estudantil – FG 03
11.4.8.2. Coordenação de Acompanhamento ao Educando – FG 02
11.4.8.3. Coordenadoria de Esporte e Lazer – FG 05
11.4.8.7. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição – FG 05
11.5. Diretoria de Administração e Planejamento – CD 03
11.5.1. Secretaria – FG 05
11.5.2. Coordenação de Compras e Licitações – FG 01
11.5.3. Coordenação de Tecnologia da Informação – FG 02
11.5.4. Coordenação de Planejamento e Orçamento – FG 02
11.5.5. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG 02
11.5.6. Departamento de Infraestrutura e Materiais – CD 04
11.5.6.1. Coordenação de Manutenção e Conservação – FG 02
11.5.6.2. Coordenadoria de Projetos e Obras – FG 03
11.5.6.3. Coordenação de Almoxarifado – FG 02
11.5.6.4. Coordenação de Patrimônio – FG 02
11.5.6.5. Coordenadoria de Transporte, Máquinas e Implementos – FG 04
11.5.7. Departamento de Gestão de Pessoas e Comunicação – CD 04
11.5.7.1. Coordenação de Comunicação e Relações Institucionais – FG 01
11.5.7.2. Coordenadoria de Eventos – FG 05

11.5.7.3. Coordenadoria de Administração de Pessoal – FG 05
11.5.7.4. Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor – FG 05
11.5.7.5. Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – FG 04
12. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS ARAPIRACA – CD-02
12.1. Gabinete – FG-04
12.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
12.3. Departamento Acadêmico – CD-04
12.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
12.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
12.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
12.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
12.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
12.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
12.4. Departamento de Administração – CD-04
12.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
12.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
12.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
12.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
13. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PENEDO – CD-02
13.1. Gabinete – FG-04
13.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
13.3. Departamento Acadêmico – CD-04
13.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
13.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
13.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
13.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
13.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
13.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
13.4. Departamento de Administração – CD-04
13.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
13.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
13.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
13.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
14. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARAGOGI – CD-02
14.1. Gabinete – FG-04
14.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
14.3. Departamento Acadêmico – CD-04
14.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
14.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
14.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
14.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
14.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
14.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
14.4. Departamento de Administração – CD-04
14.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
14.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
14.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
14.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

15. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PIRANHAS – CD-02
15.1. Gabinete – FG-04
15.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
15.3. Departamento Acadêmico – CD-04
15.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
15.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
15.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
15.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
15.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
15.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
15.4. Departamento de Administração – CD-04
15.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
15.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
15.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
15.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
16. DIREÇÃO DO CAMPUS MURICI – CD-02
16.1. Gabinete – FG-04
16.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
16.3. Departamento Acadêmico – CD-04
16.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
16.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
16.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
16.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
16.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
16.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
16.4. Departamento de Administração – CD-04
16.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
16.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
16.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
16.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
17. DIREÇÃO DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS – CD-02
17.1. Gabinete – FG-04
17.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01
17.3. Departamento Acadêmico – CD-04
17.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
17.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
17.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
17.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
17.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
17.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
17.4. Departamento de Administração – CD-04
17.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
17.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
17.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
17.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02
18. DIREÇÃO DO CAMPUS SANTANA DE IPANEMA – CD-02
18.1. Gabinete – FG-04
18.2. Coordenação de Gestão de Pessoas – FG-01

18.3. Departamento Acadêmico – CD-04
18.3.1. Coordenação de Ensino – FG-01
18.3.1.1. Coordenação de Registro Acadêmico – FG-02
18.3.1.2. Coordenação Pedagógica – FG-02
18.3.2. Coordenação de Apoio ao Ensino – FG-01
18.3.3. Coordenação de Pesquisa – FG-02
18.3.4. Coordenação de Extensão – FG-02
18.4. Departamento de Administração – CD-04
18.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção – FG-01
18.4.2. Coordenação de Suprimentos – FG-02
18.4.2.1. Coordenadoria de Materiais – FG-04
18.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças – FG-02

3.2. Funcionamento dos Controles Internos

ÓRGÃOS COLEGIADOS DO IFAL

Conselho Superior

Competências:
I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e zelar pela execução de sua política educacional;
II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à Comunidade Escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas;
IX. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas;
X. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
XI. deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

Composição:
O Conselho Superior tem a seguinte composição:
I. o Reitor, como presidente;
II. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes, sendo o

mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
III. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
IV. representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental;
V. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;
VI. 06 (seis) representantes da sociedade civil e igual número de suplentes, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.
VII. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
VIII. representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de Campi, sendo no mínimo de 02 (dois) e o máximo de 05 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental.

É importante complementar que:

* Os membros do Conselho Superior (titulares e suplentes), de que tratam os incisos II, III, IV, V e VIII serão designados por ato do Reitor.
* Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e VIII.
* Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada Campus que compõe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria.
* Serão membros vitalícios do Conselho Superior todos os ex-Reitores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, sem direito a voto.
* Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido, realizando-se nova eleição para escolha de suplentes.
* O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Colégio de Dirigentes

Órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, de caráter consultivo, e possui a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; e os Diretores-Gerais dos Campi.
Competências:

aprovar a distribuição interna de recursos;
aprovar normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
apresentar ao Conselho Superior proposta de criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal;
aprovar o calendário de referência anual;
aprovar normas de aperfeiçoamento da gestão; e

apreciar outros assuntos de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídos na competência do Conselho Superior.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Órgão com funções deliberativas sobre matéria acadêmica e didático-pedagógica, possuindo a seguinte composição, de caráter consultivo e é composto dos seguintes membros: o Reitor, como seu presidente; o Pró-Reitor de Ensino; o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; o Pró-Reitor de; 01 (um) representante dos coordenadores dos cursos de pós-graduação, indicado por seus pares; 01 (um) representante dos coordenadores dos cursos de graduação, indicado por seus pares; 01 (um) representante dos coordenadores dos cursos técnicos de nível médio, indicado por seus pares; 01 (um) representante da equipe pedagógica, indicado por seus pares; 01 (um) representante do corpo técnico-administrativo, indicado por seus pares; 01 (um) representante do corpo docente por Campus, indicado por seus pares; 02 (dois) representantes do corpo discente, indicado por seus pares; 02 (dois) representantes da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento a pesquisa e/ou extensão.

Competência:

- propor ao Conselho Superior diretrizes para o ensino, a pesquisa e a extensão do Instituto Federal;
- propor ao Conselho Superior alterações na organização didática;
- apreciar propostas de criação, adequação e extinção de cursos, bem como de suspensão de oferta de vagas;
- estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões;
- criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- apreciar matérias relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão de interesse da administração do Instituto Federal, desde que não estejam incluídas na competência do Conselho Superior.

3.3. Sistema de Correição

Segue algumas ações sobre o sistema no IFAL.

1.

Número de processo:	**23041.101917/2012-91**							
Tipo de processo:		Sindicância			☐	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:		Portaria	☐	Ordem de Serviços	☐	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1927/GR				Data: 21/11/2012			
Irregularidade/ilegalidade	☐	Fraude	☐	Ato de Corrupçã	☐	Dano ao erário	■	Outros

				o				
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Requer providência e investigação - assédio moral no Campus Palmeira dos Índios.**							
Situação do processo:	■	Em andamento – fase					☐	Concluído
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:		MPF			■	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado(R$):						

2.

Número de processo:	**23041.004076/2011-94**							
■ Tipo de processo:		Sindicância				Processo Administrativo Disciplinar		
■ Ato instaurador:		Portaria	☐	Ordem de Serviços	☐	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: **1159/GR**				Data**: 10/08/2011**			
Irregularidade/ilegalidade	☐	Fraude	☐	Ato de Corrupção	☐	Dano ao erário	■	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de comportamento de professor do Campus Marechal Deodoro, durante viagem para aula de campo.**							
Situação do processo:	■	Em andamento – fase					☐	Concluído
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	■	Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	☐	MPF			■	AGU		
	☐							

Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado(R$):

3.

Número de processo:	**23041003910/2011-24**							
Tipo de processo:		Sindicância				Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:		Portaria		Ordem de Serviços		Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1200/**GR**				Data**: 16/08/2011**			
Irregularidade/ilegalidade		Fraude		Ato de Corrupção		Dano ao erário		Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de comportamento de professora do Campus Maceió em relação aos servidores do setor médico.**							
Situação do processo:		Em andamento – fase						Concluído
Julgamento:		Absolvição		Apenação		Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:		MPF				AGU		
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado(R$):						

4.

Número de processo:	**23041.004802/2010-98**							
Tipo de processo:		Sindicância				Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:		Portaria		Ordem de Serviços		Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: **1928/GR**				Data**: 21/11/12**			

Irregularidade/ilegalidade		Fraude		Ato de Corrupção		Dano ao erário		Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Apuração de ausência de notas em cadernetas de professor. Campus Marechal Deodoro**							
Situação do processo:	■	Em andamento – fase					☐	Concluído
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	☐	MPF			☐	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado(R$):						

5.

Número de processo:	**23041.005446/2011-19**							
Tipo de processo:	■	Sindicância			☐	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	☐	Portaria		Ordem de Serviços	■	Outros (especificar) Processo administrativo (Recomendação da CGU).		
Número e data do Ato:	Nº: **23041.005446/2011-19**				Data**: 11-10-11**			
Irregularidade/ilegalidade		Fraude		Ato de Corrupção		Dano ao erário		Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Acumulação irregular de carga horaria de professores com dedicação exclusiva, já analisado por levantamento da Auditoria Interna, encaminhado para Diretoria de Gestão de Pessoas para notificar os citados e calcular ressarcimento, concedendo direito de defesa.**							
Situação do processo:	☐	Em andamento – fase					■	Concluído
Julgamento:	■	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								

Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado(R$):		

6.

Número de processo:	**23041.001004/2010**							
Tipo de processo:	■	Sindicância			☐	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	■	Portaria	☐	Ordem de Serviços	☐	Outros (especificar) Processo administrativo (Recomendação da CGU).		
Número e data do Ato:	Nº: **1387**				Data**: 30/08/2012**			
Irregularidade/ilegalidade	☐	Fraude	☐	Ato de Corrupção	☐	Dano ao erário	■	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	**Devolução de valores financeiros por professores com dedicação exclusiva, que ministraram aulas na FAPEC, processo decorrente de recomendação da CGU.**							
Situação do processo:	☐	Em andamento – fase					■	Concluído
Julgamento:	■	Absolvição	☐	Apenação	☐	Instauração de PDA(na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
☐messa dos autos:		MPF			☐	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado(R$):						

3.4. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O IFAL já se encontra executando as normas contidas no sistema de gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal conforme a portaria supracitada.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

Os Programas Temáticos de Governo constantes do PPA expressão e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

Neste item estão relacionadas as Ações de Programas Temáticos constantes da Lei Orçamentária Anual, no Exercício de 2012, que foram de responsabilidade do IFAL. Esta Ações estão vinculadas aos Programas de Governo inscritos na Lei nº 12.593/2012 (PPA 2012/2015).

Quadro 17 – Ação 20RG

Identificação da Ação	
Código	20RG
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.200.000,00	23.507.256,00	15.721.391,26	3.545.494,22	0,00	12.175.897,04	3.545.494,22

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei. Nº 11.892/2008 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.	Vaga disponibilizada	2.149	3.018	R$ 17.698.368,00	R$ 15.721.391,26

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 18 – Ação 20RL

Identificação da Ação	
Código	20RL
Descrição	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a

	otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
42.168.739,00	50.051.509,00	42.238.223,97	19.038.359,65	0,00	23.199.864,32	17.760.810,86

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	Aluno matriculado	10.802	12.229	R$ 45.827.573,00	R$ 42.238.223,97

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 19 – Ação 2994

Identificação da Ação	
Código	2994
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.924.694,00	3.924.694,00	3.775.879,64	3.363.204,41	0,00	412.675,23	3.320.666,05

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.	Aluno assistido	5.359	5.963	R$ 3.924.694,00	R$ 3.775.879,64

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 20 – Ação 6358

Identificação da Ação	
Código	6358
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.155.000,00	2.055.000,00	1.790.599,48	1.302.055,68	0,00	488.543,80	1.290.905,43

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.	Pessoa capacitada	372	705	R$ 2.283.178,00	R$ 1.790.599,48

Fonte: PPA 2012-2015

Neste item estão relacionadas as Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços constantes da Lei Orçamentária Anual, no Exercício de 2012, que foram de responsabilidade do IFAL. Esta Ações estão vinculadas aos Programas de Governo inscritos na Lei nº 12.593/2012 (PPA 2012/2015).

Quadro 21 – Ação 2004

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas					
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.560.000,00	1.790.000,00	1.789.071,19	1.779.071,19	0,00	10.000,00	1.779.071,19

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado. A concessão do benefício é exclusiva para a contratação dos serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Pessoa beneficiada	1.368	1.635	R$ 1.560.000,00	R$ 1.789.071,19

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 22 – Ação 2010

Identificação da Ação						
Código	2010					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas					
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
120.000,00	139.000,00	135.755,68	135.755,68	0,00	0,00	135.755,68

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir do requerimento, aos servidores e empregados públicos,	Criança atendida	152	176	R$ 120.000,00	R$ 135.755,68

	inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745/1993) a, que tenha filhos em idade pré-escolar.					

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 23 – Ação 2011

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados					
Iniciativa	-					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas					
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
180.000,00	180.000,00	173.671,61	173.671,61	0,00	0,00	173.671,61

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Efetivar o pagamento de auxílio transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.	Servidor beneficiado	97	165	R$ 180.000,00	R$ 173.671,61

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 24 – Ação 2012

Identificação da Ação			
Código	2012		
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		
Iniciativa	-		
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas		
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.480.000,00	4.330.000,00	4.306.963,37	4.306.963,37	0,00	0,00	4.306.963,37

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeados com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou tíquete-alimentação ou refeição ou manutenção do refeitório (Lei nº 8.745/1993).	Servidor beneficiado	954	1.243	R$ 3.480.000,00	R$ 4.306.963,37

Fonte: PPA 2012-2015

Quadro 25 – Ação 20CW

Identificação da Ação	
Código	20CW
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Iniciativa	-
Unidade Responsável	Instituto Federal de Alagoas
Unidade Orçamentária	26402 – Instituto Federal de Alagoas

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
81.843,00	81.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realizar exames periódicos dos servidores, mediante contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Servidor beneficiado	455	0	R$ 81.843,00	R$ 0,00

Fonte: PPA 2012-2015

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 26 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	26402	158147

4.2.2. Programação de Despesas
4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

Valores em R$ 1,00

Quadro 27 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		106.075.379,00	83.587.267,00			37.495.643,00	31.738.820,00
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares		18.929.225,00	23.716.677,00			3.237.207,00	4.974.282,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			600.000,00				
Outras Operações								
Total			125.004.604,00	106.703.944,00			40.732.850,00	36.713.102,00

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

Quadro 28 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		32.430.738,00	26.182.853,00				
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares		7.511.312,00	800.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	9.884.646,00					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			49.826.696,00	26.982.853,00				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 29 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		143.571.022,00	115.326.087,00	32.430.738,00	26.182.853,00		
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares		22.166.432,00	28.690.659,00	7.511.312,00	800.000,00		
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			9.884.646,00			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			600.000,00				
Outras Operações								
Total			165.737.454,00	143.416.746,00	49.826.696,00	26.982.853,00		

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3. Execução Orçamentária da Despesa
4.2.3.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

Quadro 30 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158147	152800	12363203120RL0027			100.823,20
			152801				71.702,03
			152802				221.885,55
			152803				61.644,02
			152804				50.765,28
			152805				123.056,12
			152815				40.727,99
			158380				821.336,49
			158381				1.730.240,92
			158382				2.157.570,49
			158383				1.186.704,10
			158380	12363203129940027			25.355,40
			158382				457.865,00
			152802	12363203163580027			1.890,00
			158380				93.780,00
			158381				157.530,00
			158382				109.325,00
			158383				112.997,50
			152802	12363203163800001			46.210,86
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	26201	158147	12122210920RH0001			11.942,10
		26201		12301210920040053			6.654,84
		26201		12363203163800001			256.050,86
		26231		12364203220RK0027			917,20
		26291		12368203020RJ0001			406.747,21
		26298		12363203120RW0001			2.774.463,90
		26298		12363203182520001			27.494,00

Quadro 30a, continuação – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158147	152801	12363203120RG0027	46.000,00		
			158380		426.368,17		
			158381		492.765,51		
			158382		1.561.457,58		
			158383		245.000,00		
			152800	12363203120RL0027	65.800,57		
			152801		182.155,36		
			152802		575.596,84		
			152803		188.934,63		
			152804		111.404,40		
			152805		289.095,29		
			152815		61.219,93		
			158380		2.309.481,76		
			158381		3.973.929,11		
			158382		1.757.594,58		
			158383		1.682.561,25		
			152800	12363203120RG0001	171.706,82		
			152805		57.420,00		
			158380		1.360.000,00		
			158383		1.332.919,99		
			152802	12363203163800001	7.710,82		
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	26101	158147	12363203120RG0001	12.216.953,52		
		26101		12363203163800001	7.710,82		
		26298		12363203182520001	3.486,00		

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3.1.1. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 31 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**18.066.693,57**	**11.591.323,09**	**16.895.840,04**	**9.901.644,94**
a) Convite				
b) Tomada de Preços		143.692,59		139.606,36
c) Concorrência	4.196.914,01	1.233.248,98	4.196.914,01	1.202.044,15
d) Pregão	13.869.779,56	10.214.381,52	12.698.926,03	8.559.994,43
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**2.029.962,94**	**7.732.407,80**	**1.967.248,06**	**7.556.911,60**
g) Dispensa	1.264.184,39	7.010.196,81	1.243.200,43	6.879.769,93
h) Inexigibilidade	765.778,55	722.210,99	724.047,63	677.141,67
3. Regime de Execução Especial	**151.598,85**	**194.999,06**	**151.598,85**	**194.999,06**
i) Suprimento de Fundos	151.598,85	194.999,06	151.598,85	194.999,06
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**130.196.862,88**	**112.569.337,48**	**130.187.839,73**	**112.565.719,98**
j) Pagamento em Folha	129.026.369,86	111.653.256,35	129.026.369,86	111.653.256,35
k) Diárias	1.170.493,02	916.081,13	1.161.469,87	912.463,63
5. Outros	**5.803.465,54**	**3.935.930,10**	**5.658.715,70**	**3.655.883,36**
6. Total (1+2+3+4+5)	**156.248.583,78**	**136.023.997,53**	**154.861.242,38**	**133.875.158,94**

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 32 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
319011	72.501.748,54	61.569.564,82	72.501.748,54	61.569.564,82		72.492.054,29		61.565.101,26
319001	19.706.698,75	17.268.707,78	19.706.698,75	17.268.707,78		19.706.698,75		17.268.406,36
319013	15.122.999,63	13.023.924,56	15.122.999,63	13.023.924,56		15.086.401,23		13.023.768,33
Demais elementos do grupo	15.284.456,09	14.457.633,96	15.284.456,09	14.457.633,96		15.262.749,70		14.457.634,36
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339039	8.406.004,70	11.033.456,85	4.562.382,56	6.986.800,85	3.843.622,14	4.046.656,00	4.371.283,92	6.610.583,30
39037	7.295.275,05		6.186.044,70		1.109.230,35		6.033.984,23	
339018	5.689.236,77	3.857.321,46	5.317.945,48	3.488.339,87	371.291,29	368.981,59	5.231.377,48	3.236.776,27
339046		3.497.162,55		3.497.162,55				3.497.162,55
Demais elementos do grupo	13.041.054,81	13.710.348,86	10.588.188,34	8.637.548,34	2.452.866,47		10.459.290,05	8.314.063,99
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
449051	21.820.746,22		4.452.890,16		17.367.856,06		4.452.890,16	
449052	13.735.343,65	18.284.951,07	2.593.228,57	5.635.556,79	11.142.115,08	12.649.394,28	1.764.512,57	4.473.274,66
449051		5.536.939,67		1.457.189,92		4.079.749,75		1.421.898,86
449039		7.300,00				7.300,00		
Demais elementos do grupo		6.489,00		6.489,00				6.489,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
4.2.4.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 33 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	**1.340.630,31**	**1.189,24**	**1.336.647,36**	**1.189,24**
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.340.630,31	1.189,24	1.336.647,36	1.189,24
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	**75,62**	**-**	**75,62**	**-**
g) Dispensa				
h) Inexigibilidade	75,62		75,62	
3. Regime de Execução Especial	**6.899,77**	**-**	**6.899,77**	**-**
i) Suprimento de Fundos	6.899,77		6.899,77	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	**153.818,06**	**14.828,32**	**141.309,15**	**12.730,91**
j) Pagamento em Folha	6.654,84	8.739,22	6.654,84	8.739,22
k) Diárias	147.163,22	6.089,10	134.654,31	3.991,69
5. Outros	**2.350.639,55**	**115.692,00**	**2.313.026,55**	**96.092,00**
6. Total (1+2+3+4+5)	**3.852.063,31**	**131.709,56**	**3.797.958,45**	**110.012,15**

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.4.1.1. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 34 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	***Empenhada***		***Liquidada***		***RP não processados***		***Valores Pagos***	
1 – Despesas de Pessoal	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
339048	*1.364.072,00*		*1.360.072,00*		*4.000,00*		*1.360.072,00*	
339018	*853.036,90*	*87.200,00*	*826.088,30*	*50.700,00*	*26.948,60*	*27.500,00*	*788.475,30*	*45.700,00*
339039	*251.782,98*	*54.676,00*	*33.784,67*		*217.998,31*	*54.676,00*	*32.355,62*	
339020		*61.600,00*		*55.600,00*		*6.000,00*		*50.000,00*
Demais elementos do grupo	*682.681,95*	*80.022,30*	*391.168,36*	*25.409,66*	*291.513,61*	*63.612,64*	*376.105,53*	*14.312,25*
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4 – Investimentos	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***	***2012***	***2011***
449051	*8.054.106,71*				*8.054.106,71*			
449052	*4.174.043,63*	*348.895,67*	*1.240.950,00*		*2.933.093,63*	*348.895,67*	*2.240.950,00*	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

Quadro 35 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
26402	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGAOS				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2011**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2012**
Razões e Justificativas: Não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos em nenhuma					
Fonte: SIAFI					

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 36 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 2.170.536,10	R$ 487,30	R$ 2.090.104,78	R$ 79.944,02
2010	R$ 230.050,93	R$ 3.212,22	R$ 35.677,56	R$ 191.161,15
2009	R$ 235.037,23			R$ 235.037,23
2008	R$ 70.579,16			R$ 70.579,16
2007	R$ 17.059,24			R$ 17.059,24
2006	R$ 61.501,82			R$ 61.501,82
2005	R$ 68.579,35			R$ 68.579,35
2004	R$ 471.823,95			R$ 471.823,95
2003	R$ 8.421,97	R$ 1.740,06		R$ 6.681,91
2002	R$ 33.543,60	R$ 14.497,79		R$ 19.045,81
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	R$ 26.725.566,06	R$ 99.021,98	R$ 20.754.942,06	R$ 5.871.602,02
2010	R$ 2.125.354,35	R$ 304.155,59	R$ 902.531,21	R$ 918.667,55
2009	R$ 72.236,98			R$ 72.236,98

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3. Análise Crítica

De acordo com o art. 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, ou seja, as empenhadas e liquidadas, porem não pagas ate 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente ao orçamento, e as empenhadas, porem não liquidadas e, consequentemente, também não pagas ate 31 de dezembro do orçamento correspondente, respectivamente.

A inscrição dos restos a pagar advém, a principio, da execução orçamentária definida na LOA sem a igual contrapartida correspondente a execução financeira no exercício correspondente a execução orçamentária; no entanto, algumas inscrições de restos a pagar tem ultrapassado o prazo previsto na legislação correlata, sendo prorrogados por decretos presidencial, como e o caso do Decreto 7.318/2010, que prorroga os restos a pagar não processados relativos aos exercícios 2007, 2008 e 2009.

Em junho de 2011 a STN cancelou todos os Restos a Pagar relativos aos exercícios 2007 a 2009 com base no Decreto nº 7.468/2011.

Em dezembro de 2011 o governo emitiu o Decreto nº 7.654/2011 prorrogando os Restos a Pagar relativos ao exercício de 2010 até 30 de junho de 2012. Em 30 de junho de 2012 a STN bloqueou os Restos a Pagar relativos ao exercício de 2010, cancelando-os em 31 de dezembro de 2012.

Em dezembro de 2012 o governo emitiu decreto prorrogando os Restos a Pagar relativos ao exercício de 2011 até 30 de junho de 2013. Já no que diz respeito aos restos a pagar processados, foi feita uma análise depurada tendo sido verificado que os valores correspondem a saldos remanescentes, que estão sendo baixados em 2013.

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Quadro 37 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
158147	Instituto Federal de Alagoas - Reitoria			96.347,11	96.347,11
158380	Instituto Federal de Alagoas - Campus Marechal Deodoro			29.000,00	29.000,00
158381	Instituto Federal de Alagoas - Campus Maceió			13.000,00	13.000,00
158382	Instituto Federal de Alagoas - Campus Satuba		273,00	48.417,84	48.690,84
158383	Instituto Federal de Alagoas - Campus Palmeira dos Índios			16.000,00	16.000,00
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	**-**	**273,00**	**202.764,95**	203.037,95

Fonte: SIAFI

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"
5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 38 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	158147	**Limite de Utilização da UG**		R$ 600.000,00	
Portador	**CPF**	**Valor do Limite Individual**	**Valor**		**Total**
			Saque	**Fatura**	
José Harlinsson de Araújo Ferro	072.281.764-99	24.000,00		16.000,00	16.000,00
José Adilson Correia	454.102.754-20	47.670,00		19.381,62	19.381,62
José Lins de Oliveira	129.472.294-87	24.000,00		7.500,00	7.500,00
Adalberto da Silva Santos	729.432.624-04	23.589,00		16.000,00	16.000,00
Valdomiro Odilon Pereira	140.111.404-82	8.000,00		2.753,24	2.753,24
Andréia Maria Sangreman Moura	483.325.854-49	20.000,00		6.948,77	6.948,77
Manoel Carlos da Silva	099.224.404.82	24.000,00		8.000,00	8.000,00
Valmir Santana Barros	605.043.824-20	30.500,00		9.120,00	9.120,00
Eduardo Fabrício de Oliveira Costa	021.122.034-52	16.000,00		1.355,55	1.355,55
Charles Nodier Cavalcanti	434.287.034-72	16.000,00		1.287,93	1.287,93
Mauricio Caldas Vasconcelos	514.897.244-00	24.000,00		8.000,00	8.000,00
					-
Total Utilizado pela UG			R$ 0,00	R$ 96.347,11	R$ 96.347,11
Código da UG 2	158380	**Limite de Utilização da UG**		R$ 600.000,00	
Pedro Manoel Prestrelo Valadares	894.376.164-34	25.200,00		20.000,00	20.000,00
Sérgio Ciriáco de Freitas	223.139.824-91	30.566,00		9.000,00	9.000,00
					-
Total Utilizado pela UG			R$ 0,00	R$ 29.000,00	R$ 29.000,00
Código da UG 3	158381	**Limite de Utilização da UG**		R$ 600.000,00	
Miquéias Ferreira dos Santos	454.006.524-68	23.225,00		10.000,00	10.000,00
Ivaldo dos Reis Vieira	679.617.704-53	20.000,00		3.000,00	3.000,00
					-
Total Utilizado pela UG			R$ 0,00	R$ 13.000,00	R$ 13.000,00
Código da UG 4	158382	**Limite de Utilização da UG**		R$ 150.000,00	
Ivani dos Santos	700.955.314-91	42.200,00		19.779,29	19.779,29
Ademilson Galdino dos Santos	381.396.424-87	31.387,00	273,00	27.275,54	27.548,54
Marcos da Silva Gomes	872.088.654-34	13.280,00		280,00	280,00
Ademar da Silva Paulino	053.233.584-83	8.000,00		1.083,01	1.083,01
					-
Total Utilizado pela UG			R$ 273,00	R$ 48.417,84	R$ 48.690,84
Código da UG 5	158383	**Limite de Utilização da UG**		R$ 600.000,00	
Carlos Alberto Solto Silva	635.864.874-87	53.101,00		16.000,00	16.000,00
					-
Total Utilizado pela UG			-	16.000,00	16.000,00
Total Utilizado pela UJ			R$ 273,00	R$ 202.764,95	R$ 203.037,95

Fonte: SIAFI/Auto Atendimento Setor Público BB S/A

5.4.1.3. Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 39 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos							
	Conta Tipo "B"		Saque		Fatura		Total (R$)
Exercícios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012			4	273,00	126	190.295,26	190.568,26
2011			8	1.920,00	136	193.936,24	195.856,24
2010			7	1.980,00	60	133.108,07	135.088,07

Fonte: SIAFI/Auto Atendimento Setor Público BB S/A

5.4.1.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 40 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
Situação	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							39	203.037,95	56	195.856,24	51	135.088,07
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							39	203.037,95	56	195.856,24	51	135.088,07

Fonte: SIAFI/DCF-IF/AL

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 41 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		Autorizada		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		1.204	253	53
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1.204	253	53
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1.202	253	53
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		02	0	
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	
2. Servidores com Contratos Temporários		40	25	30
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	
4. Total de Servidores (1+2+3)		1244	278	83

Fonte: SIAPE

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 42 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**09**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	09
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**37**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	36
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	**0**
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	**1**
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	**2**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	**05**

6.1 Exercício Provisório	03
6.2 Cooperação Técnica	02
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	**54**

Fonte: SIAPE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 43 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
		Autorizada		
1. Cargos em Comissão		**57**	**07**	**09**
1.1. Cargos Natureza Especial		0	**0**	**0**
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		57	07	09
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		01	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas		**173**	**73**	**89**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		173	73	89
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		**230**	**80**	**98**

Fonte: SIAPE

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 44 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	**351**	**321**	**346**	**186**	**38**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	329	310	343	184	36
1.3. Servidores com Contratos Temporários	22	11	03	02	02
2. Provimento de Cargo em Comissão	**44**	**58**	**79**	**44**	**05**
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	09	33	13	01
2.3. Funções Gratificadas	43	49	46	31	04
3. Totais (1+2)	**395**	**379**	**425**	**230**	**43**

Fonte: SIAPE

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 45 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
1. Provimento de Cargo Efetivo	**0**	**06**	**05**	**10**	**172**	**364**	**316**	**308**	**52**	**09**
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos										
1.2 Servidores de Carreira		06	05	10	172	324	316	308	52	09
1.3 Servidores com Contratos Temporários						40				
2. Provimento de Cargo em Comissão	**0**	**0**	**02**	**02**	**30**	**55**	**67**	**56**	**18**	**0**
2.1 Cargos de Natureza Especial										
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior					02	07	17	25	06	
2.3 Funções Gratificadas			02	02	28	48	50	31	12	
3. Totais (1+2)		**06**	**07**	**12**	**202**	**419**	**383**	**364**	**70**	**09**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 46 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores Valores em R$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	**2012**	0									
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	**2012**	35.728.585,19	0,00	4.044.979,06	12.401.214,33	3.192.059,91	1.535.272,11	447.596,78	86.560,59	1.462.849,90	58.899.117,87
	2011	**49.777.514,53**									
	2010										
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	**2012**	1.017.042,46	0,00	71.840,62	37.716,75	150.671,95	35.735,75	28.159,86	1.096,40	0,00	1.342.263,79
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	**2012**	1.281.378,12	13.543,92	122.140,59	329.715,46	95.540,00	49.347,63	759.188,44	4.279,43	58.716,54	2.713.850,13
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	**2012**										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	**2012**	3.124.600,10	2.314.235,38	580.007,50	1.513.650,30	219.488,00	172.008,38	63.076,90	13.508,83	269.317,44	8.269.892.83
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	**2012**	7.936.292,27	1.117.119,59	998.869,15	3.003.128,60	730.595,99	425.674,67	249.641,32	37.921,35	383.263,25	14.882.506,19
	2011										
	2010										

Fonte: SIAPE

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 47 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	Servidores Aposentados no Exercício 2012	Servidores Aposentados até 31/12
1. Integral	**21**	**268**
1.1 Voluntária	20	247
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	01	20
1.4 Outras	0	1
2. Proporcional	**02**	**49**
2.1 Voluntária	0	35
2.2 Compulsória	01	7
2.3 Invalidez Permanente	01	7
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	**23**	**317**

Fonte: SIAPE

6.1.5. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação
6.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro 48 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
		Exercícios		Exercícios
	2012	2011	2012	2011
Admissão	302	118	413	7
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

Quadro 49 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
		Exercício de 2012		
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	49	71	52	130
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				

Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Quadro 50 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
		1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	
1. Nível superior	0	0	0	0	0,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	0	0	0	0	0,00

Fonte: SIAPE

6.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 51 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas														
UG/Gestão: 158147 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0001-55**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	**L**	**O**	**14/2011**	**08.328.682/0001-78**	**04/08/2011**	**04/08/2013**	**149**	**149**					**P**
2011	**V**	**O**	**17/2011**	**01.771.692/0001-34**	**06/10/2011**	**06/10/2013**	**116**	**116**					**P**
Observações:													
LEGENDA **Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

6.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 52 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas														
UG/Gestão: 158147 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0001-55**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2008	**5**	**O**	**01/2008**	**10.651.081/0001-43**	**07/01/2008**	**04/12/2012**	**32**	**32**					**E**
2012	**2**	**O**	**23/2012**	**40.911.117/0001-41**	**25/09/2012**	**25/09/2013**			**2**	**2**			**A**
2012	**5**	**O**	**24/2012**	**02.166.196.0001-14**	**26/09/2012**	**26/09/2013**			**24**	**24**			**A**
2012	**4**	**O**	**24/2012**	**02.166.196.0001-14**	**26/09/2012**	**26/09/2013**	**3**	**3**					**A**
2012	**12**	**O**	**24/2012**	**02.166.196.0001-14**	**26/09/2012**	**26/09/2013**	**3**	**3**	**7**	**7**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

4. Segurança;
5. Transportes;
6. Informática;
7. Copeiragem;
8. Recepção;
9. Reprografia;
10. Telecomunicações;
11. Manutenção de bens móveis
12. Manutenção de bens imóveis
13. Brigadistas
14. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
15. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 53 – Campus Satuba

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Satuba														
UG/Gestão: 158382 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0004-06**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2009	**16**	**O**	**02/2009**	**01.182.827/0001-26**	**01/06/2009**	**01/06/2013**	**8**	**8**					**P**
2009	**21**	**O**	**02/2009**	**01.182.827/0001-26**	**01/06/2009**	**01/06/2013**	**8**	**8**					**P**
2009	**24**	**O**	**02/2009**	**01.182.827/0001-26**	**01/06/2009**	**01/06/2013**	**24**	**24**					**P**
2012	**17**	**O**	**04/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**			**10**	**10**			**A**
2012	**16**	**O**	**04/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**2**	**2**					**A**
2012	**24**	**O**	**04/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**2**	**2**	**6**	**6**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

16. Segurança;
17. Transportes;
18. Informática;
19. Copeiragem;
20. Recepção;
21. Reprografia;
22. Telecomunicações;
23. Manutenção de bens móveis
24. Manutenção de bens imóveis
25. Brigadistas
26. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
27. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 54 – Campus Maceió

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió														
UG/Gestão: 158381 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0003-17**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**29**	**O**	**06/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**			**24**	**24**			**A**
2012	**28**	**O**	**06/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**36**	**O**	**06/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**3**	**3**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

28. Segurança;
29. Transportes;
30. Informática;
31. Copeiragem;
32. Recepção;
33. Reprografia;
34. Telecomunicações;
35. Manutenção de bens móveis
36. Manutenção de bens imóveis
37. Brigadistas
38. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
39. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 55 – Campus Marechal Deodoro

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Marechal Deodoro														
UG/Gestão: 158380 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0002-36**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**41**	**O**	**03/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**			**12**	**12**			**A**
2012	**48**	**O**	**03/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**1**	**1**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

40. Segurança;
41. Transportes;
42. Informática;
43. Copeiragem;
44. Recepção;
45. Reprografia;
46. Telecomunicações;
47. Manutenção de bens móveis
48. Manutenção de bens imóveis
49. Brigadistas
50. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
51. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 56 – Campus Palmeira dos Índios

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Palmeira dos Índios														
UG/Gestão: 158383 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0005-89**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**53**	**O**	**02/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**			**12**	**12**			**A**
2012	**52**	**O**	**02/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**60**	**O**	**02/2012**	**02.166.196.0001-14**	**27/09/2012**	**27/09/2013**	**1**	**1**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

52. Segurança;
53. Transportes;
54. Informática;
55. Copeiragem;
56. Recepção;
57. Reprografia;
58. Telecomunicações;
59. Manutenção de bens móveis
60. Manutenção de bens imóveis
61. Brigadistas
62. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
63. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 57 – Campus Arapiraca

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Arapiraca														
UG/Gestão: 152805 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0011-27**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**65**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**10**	**10**			**A**
2012	**72**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**2**	**2**	**2**	**2**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

64. Segurança;
65. Transportes;
66. Informática;
67. Copeiragem;
68. Recepção;
69. Reprografia;
70. Telecomunicações;
71. Manutenção de bens móveis
72. Manutenção de bens imóveis
73. Brigadistas
74. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
75. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 58 – Campus Piranhas

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas														
UG/Gestão: 152802 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0008-21**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**77**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**2**	**2**			**A**
2012	**76**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**84**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**					**A**
Observações:													

LEGENDA

Área:

76. Segurança;
77. Transportes;
78. Informática;
79. Copeiragem;
80. Recepção;
81. Reprografia;
82. Telecomunicações;
83. Manutenção de bens móveis
84. Manutenção de bens imóveis
85. Brigadistas
86. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
87. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 59 – Campus Murici

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Murici														
UG/Gestão: 152803 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0009-02**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**89**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**2**	**2**			**A**
2012	**88**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**96**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**2**	**2**					**A**
Observações:													

LEGENDA

Área:

88. Segurança;
89. Transportes;
90. Informática;
91. Copeiragem;
92. Recepção;
93. Reprografia;
94. Telecomunicações;
95. Manutenção de bens móveis
96. Manutenção de bens imóveis
97. Brigadistas
98. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
99. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 60 – Campus Santana do Ipanema

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Santana do Ipanema														
UG/Gestão: 152801 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0007-40**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**101**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**3**	**3**			**A**
2012	**100**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**108**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

100. Segurança;
101. Transportes;
102. Informática;
103. Copeiragem;
104. Recepção;
105. Reprografia;
106. Telecomunicações;
107. Manutenção de bens móveis
108. Manutenção de bens imóveis
109. Brigadistas
110. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
111. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 61 – Campus São Miguel dos Santos

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus São Miguel dos Campos														
UG/Gestão: 152804 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0010-46**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**113**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**2**	**2**			**A**
2012	**112**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**2**	**2**					**A**
2012	**120**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

112. Segurança;
113. Transportes;
114. Informática;
115. Copeiragem;
116. Recepção;
117. Reprografia;
118. Telecomunicações;
119. Manutenção de bens móveis
120. Manutenção de bens imóveis
121. Brigadistas
122. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
123. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 62 – Campus Penedo

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Penedo														
UG/Gestão: 152800 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0006-60**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**125**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**4**	**4**			**A**
2012	**124**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**					**A**
2012	**132**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**	**1**	**1**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

124. Segurança;
125. Transportes;
126. Informática;
127. Copeiragem;
128. Recepção;
129. Reprografia;
130. Telecomunicações;
131. Manutenção de bens móveis
132. Manutenção de bens imóveis
133. Brigadistas
134. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
135. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

Quadro 63 – Campus Maragogi

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Alagoas – Campus Maragogi														
UG/Gestão: 152815 / 26402					**CNPJ: 10.825.373/0012-08**									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas**		**Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2012	**137**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**			**2**	**2**			**A**
2012	**136**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**2**	**2**					**A**
2012	**144**	**O**	**01/2012**	**02.166.196.0001-14**	**17/10/2012**	**17/10/2013**	**1**	**1**	**2**	**2**			**A**
Observações: nível de escolaridade para office boy é ensino médio e para auxiliar de almoxarifado é ensino fundamental.													

LEGENDA

Área:

136. Segurança;
137. Transportes;
138. Informática;
139. Copeiragem;
140. Recepção;
141. Reprografia;
142. Telecomunicações;
143. Manutenção de bens móveis
144. Manutenção de bens imóveis
145. Brigadistas
146. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
147. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenação de Contratos – IFAL

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Quadro 64 - Patrimônio

Câmpus	Quantidade Veículos Oficiais
São Miguel dos Campos	3
Santana do Ipanema	4
Piranhas	3
Murici	4
Penedo	3
Maragogi	3
Arapiraca	3
Reitoria	6
Marechal Deodoro	7
Palmeira dos Índios	9
Satuba	13
Maceió	12
TOTAL DE VEICULOS	**70**
Média de quilometragem da frota	**62.760,85 Km**

O IFAL não dispõe de veículos contratados de terceiros.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 65 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		Exercício 2012	Exercício 2011
BRASIL	**ALAGOAS**	**14**	**12**
	MACEIÓ	**2**	**2**
	SATUBA	**1**	**1**
	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	**1**	**1**
	MARECHAL DEODORO	**1**	**1**
	MURICI	**1**	**1**
	MARAGOGI	**1**	**1**
	PIRANHAS	**1**	**1**
	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	**1**	**1**
	ARAPIRACA	**1**	**1**
	SANTANA DO IPANEMA	**1**	**1**
	PENEDO	**1**	**1**
	BATALHA	**1**	**0**
	CORURIPE	**1**	**0**
Subtotal Brasil		**14**	**12**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
		cidade 1	

	cidade 2		
		cidade "n"	
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
		cidade 1	
	cidade 2		
		cidade "n"	
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**Σ**	**Σ**

Fonte: SIAPE

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 66 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ**	
		Exercício 2012	**Exercício 2011**
BRASIL	**ALAGOAS**	**2**	**1**
	PENEDO	**0**	**1**
	ARAPIRACA	**1**	**0**
	MARAGOGI	**1**	**0**
Subtotal Brasil		**4**	**2**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**Σ**	**Σ**
		cidade 1	
	cidade 2		
		cidade "n"	
	PAÍS "n"	**Σ**	**Σ**
		cidade 1	
	cidade 2		
		cidade "n"	
Subtotal Exterior		**Σ**	**Σ**
Total (Brasil + Exterior)		**Σ**	**Σ**
Fonte: SIAPE			

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 67 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
								Valor Histórico
158147		21	1 – Novo	8.500.000,00				
158380	2793000045000	21	2 – Muito Bom	7.500.000,00				
158381	2785000515005	21	4 - Regular	8.260.470,33				
158382	2877001765000	21	4 - Regular	8.329.255,82				
158283	2825000095009	21	2 - Muito Bom	5.000.000,00				
152800		11 – Em Regularização Entrega	1 - Novo	45.000,00				
152801		12 – Em Regularização Outros	8 – Sem Valor	50.000,00				
152802		11 – Em Regularização Entrega	1 - Novo	900.000,00				
152803		12 – Em Regularização - Outros	8 – Sem Valor	56.540,85				
152804		12 – Em Regularização - Outros	8 – Sem Valor	200.000,00				
152805		12 – Em Regularização - Outros	8 – Sem Valor	583.772,94				
152815		10 – Em Regularização - Cessão	8 – Sem Valor					
		12 – Em Regularização - Outros	8 – Sem Valor	245.000,00				
		12 – Em Regularização - Outros	8 – Sem Valor	27.768,60				
Total							Σ	Σ

Fonte: SIAPE

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Evidenciar a forma de condução da gestão da tecnologia da informação pela UJ, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos relacionados às atividades de TI.

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 68 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

	Quesitos a serem avaliados
	1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
	2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
	3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
	4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
x	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.

	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
x	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

8.2. Análise Crítica

Em 2012 a Diretoria de Tecnologia da Informação visando otimizar os serviços prestados, a segurança da informação, a resposta célere a gestão de riscos de TI, bem como a seminal implementação dos processos de governança de TI – COBIT – e a Biblioteca de serviços de TI – ITIL, capacitou por meio da Escola Superior de Redes – ESR – e a Rede Nacional de Pesquisa – RNP, 18 servidores de todos os câmpus e da Reitoria do IFAL. Esta capacitação proporcionou melhores substanciais na formação e atuação dos servidores, a qual refletiu diretamente nos serviços e entregas da área de TI do IFAL.

Ainda em 2012, a DTI constituiu o Grupo de Segurança da Informação no IFAL para discutir e elaborar as políticas de segurança da informação, a qual inclui aplicação de controles para minimização de riscos, análise de investimento da infraestrutura de TI e conscientização dos

usuários em relação aos processos de segurança da informação.

Importa ressaltar outra atividade da DTI, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento e Reitoria do IFAL, qual fora a aquisição, implantação por módulos e início das atividades de um Sistema Integrado de Informações Gerenciais – SIG. No tocante ao módulo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, já está implantando e em funcionamento o módulo de Protocolo, além disso os módulos de Almoxarifado e Patrimônio estão em fase final de normatização e testes. Além deste, o módulo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH – o qual está em funcionamento o módulo Cadastro.

Visando aproximar os câmpus distantes da Reitoria, participando efetivamente de suas decisões e deliberações, e contribuir, principalmente, contribuir para a diminuição dos custos com diárias e passagens para reuniões, a DTI adquiriu equipamentos para a construção de 12 salas de videoconferência, sendo uma em cada câmpus e duas na Reitoria. Desta forma, além da redução dos gastos, a videoconferência proporcionará uma sensível ampliação das reuniões, bem como a realização de treinamentos e integração de ações entre a Reitoria e os câmpus.

Por fim, o IFAL contratou empresa especializada em transmissão de dados, voz e vídeo, sobre a tecnologia de Multi Protocol Label Switching – MPLS. Desta forma, esta contratação visa garantir a qualidade de serviços das salas de videoconferência, bem como a futura implantação da telefonia VoIp, a qual interligará todos os câmpus do IFAL reduzindo os gastos com telefonia fixa, e, por fim, acessos aos sistemas internos da instituição. Importa ressaltar que as ligações entre a Reitoria e o câmpus Maceió já ocorrem por meio do VoIp.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 69 – Aspectos sobre a Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	**X**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	2.				
3. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	**X**				
4. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	**X**				
5. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	6.				
7. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				**X**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	8.				
9. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	10.				
11. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			**X**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	12.		**Sim ( )**		**Não ( )**
13. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					**X**
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido	14.				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
manifestada nos procedimentos licitatórios?					
15. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
16. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
17. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
18. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	19.				
20. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	21.				
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Conhecer as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) ou da unidade de controle interno, bem como levantar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nºs 8.730/1993 e 12.465/2011.

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 70 – Deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC-011.108/2012-6	nº 3321/2012 – TCU – 2ª Câmara	1.6	DE	OF 51471-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Alagoas – IFAL					**100900**
Descrição da Deliberação					
1.6. Determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas que: 1.6.1. Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constantes do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s); e 1.6.2. Observe o correto preenchimento dos formulários de concessão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS					
Síntese da Providência Adotada					
Em razão do fechamento do sistema SISAC, provavelmente decorrente pelo resultado do acórdão, somente em 21/11/2012 foi cumprida a diligência determinada pelo Tribunal de Contas da União. Assim sendo, foi reencaminhado ato de aposentadoria no SISAC, após correção das falhas apontadas pelo acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
cumprida					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Fonte: Auditoria Interna – AUDIN					

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 71 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
2	Processo TC-015.036/2011-1	Acordão nº 2315/2012 – TCU – Plenário	9.9	DE	OF. 1139/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
IFAL E OUTROS					**100900**
Descrição da Deliberação					
9.9 determinar aos IFAC, **IFAL**, IFAM, IFDF, IFES, IFGO, IFGoiano, IFMT, IFMG, IFNorte de Minas, IFSudeste de Minas, IFSul de Minas, IFTriângulo Mineiro, IFPA, IFPB, IFPE, IFSertão Pernambucano, IFPI, IFRJ, IFFluminense, IFRN, IFRio Grandense, IFFarroupilha, IFRS, IFCatarinense, IFSC), IFSP, Cefet/MG, Cefet/Celso Suckow da Fonseca/RJ, Núcleo Avançado São João da Barra/RJ e Núcleo Avançado Valença/RJ que: 9.9.1 apurem, em relação a seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva; 9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.9.2.1 fundamentem devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada; 9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90; 9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão, as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Comissão de Acumulação de Cargos					
Síntese da Providência Adotada					

9.9.1- O IFAL já determinou a criação de uma Comissão Permanente de Acumulação de Cargos composta por três servidores conforme Portaria nº 2055/RG, de 29 de novembro de 2012, em cumprimento do Acórdão nº 2311/2012 do TCU. 9.9.2- Os trabalhos da Comissão foram iniciados ainda em 2012 onde assim constituiu-se o relatório final conclusivo 9.9.2 e 9.9.3.
Síntese dos Resultados Obtidos
Trabalhos da Comissão já foram concluídos, sendo solicitado o arquivamento do processo administrativo" ...por falta de consistência fática e de razoabilidade na alegação da suposta violação da dedicação exclusiva, para fins de devolução de valores".
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O processo aguarda decisão final do Reitor.

Fonte: Auditoria Interna – AUDIN

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 72 – Deliberações do TCU Pendentes

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS					100900
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1	TC-030.320/2011-9	2548/2012 – TCU – 2ª Câmara	9	DE	OF. 50045-TCU/Sefip
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Instituto Federal de Alagoas – IFAL					**100900**
Descrição da Deliberação					
9.1. considerar legais os atos de pensão civil instituídos pelos senhores José Loureiro de Oliveira Neto, em benefício de Ísis Melo Nascimento de Oliveira, e Sebastião Monteiro Gonçalves, em benefício de Rosângela Teixeira de Vasconcelos, e, em consequência, determinar seu registro; 9.2. considerar ilegais os atos de pensão civil instituídos pelos senhores Carolina Maria Rossiter da Silva, em benefício de João Batista Fonseca da Silva; Jorge Henrique Xavier Barreto, em benefício de Cláudia Christina Rios Cabral Barreto, Felipe Cabral Barreto, Júlia Cabral Barreto; Maria Eliana Gomes, em benefício de Carlos Henrique Gomes de Sousa Lima, Jair Francisco de Souza; e Maria Lúcia Coutinho Cavalcante, em benefício de Ari Cavalcante de Albuquerque, e, em consequência, negar-lhes registro; 9.3. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pelos beneficiários, consoante o disposto no enunciado nº 106 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal; 9.4. informar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas que os atos impugnados poderão prosperar mediante a emissão de novos atos, escoimados das irregularidades apontadas					

nestes autos;

9.5. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas que:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 191 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não-provimento;

9.5.3. no prazo de trinta dias, encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovantes da data em que os interessados tomaram conhecimento da decisão desta Corte; e

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação contida no item 9.4.1., relativa à cessação de pagamentos, representando ao TCU em caso de não atendimento

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
O setor alega que as planilhas de cálculos referentes à absorção da rubrica de decisão judicial, decorrente da URP 48,13%, ainda estão em fase de elaboração pelo Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal, cujos cálculos deverão ser ratificados pelo Núcleo Executivo de Cálculos e Perícias da Advocacia Geral da União. Tão logo sejam concluídos os cálculos, o setor notificará os interessados sobre o valor a ser absorvido, mas tal determinação ainda esta pendente de atendimento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
O setor responsável pela implementação desta recomendação ainda esta adotando as medidas cabíveis. Em que pese o pequeno numero de servidores naquele setor para a grande demanda de trabalho.	

Fonte: Auditoria Interna – AUDIN

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 73 – Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	RELATÓRIO NÃO APRESENTADO PELO OCI		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS			100900
Descrição da Recomendação			
NÃO HOUVE			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS			
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
No período de outubro/novembro de 2012 foi realizado um trabalho de auditoria pela CGU/AL na área de RH nesta instituição de ensino, onde foram solicitados, através de SA, alguns processos de Admissão, Pensão e Aposentadorias referente aos anos de 2010 à 2012. Entretanto após a finalização dos trabalhos, e após o IFAL ter prestado todos os esclarecimentos e as informações solicitadas, NÃO houve apresentação de relatório para o conhecimento deste Instituto.			

Fonte: Auditoria Interna – AUDIN

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:

10.2.1. Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

Quadro 74 – Estrutura da Auditoria da Unidade Jurisdicionada

ITEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO / FUNÇÃO	LOTAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1	Jonilson Simões de Oliveira	Contador/Chef e da Auditoria	Reitoria	Bacharel em Ciências Contábeis
2	Michelly Chrystina da Silva Cavalcanti	Auditora	Reitoria	Bacharel em Direito
3	Silvana Kelly Coimbra Peixoto	Téc. em Assuntos Educacionais	Reitoria	Pedagoga
4	Adriana Lins de	Auditora	Reitoria	Bacharel em Ciências

	Gusmão Vila Nova			Contábeis
5	José Emiliano dos Santos	Auditor	Câmpus Satuba	Bacharel em Ciências Econômicas
6	Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto	Auditora	Câmpus Maceió	Bacharel em Ciências Contábeis
7	Sócrates Mesquita Bomfim	Auditor	Mal. Meodoro	Bacharel em Ciências Contábeis
8	Thiago José Custódio da Silva	Auditor	Câmpus Palmeira dos Índios	Bacharel em Ciências Contábeis

Fonte: Auditoria Interna – AUDIN

VINCULAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA: A Auditoria Interna Interna do IFAL está vinculada ao seu Conselho Superior, conforme disposto na Resolução 16/2010-CS.

10.3 Análise Crítica

1. Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Ação Global nº 02/2012 do PAINT/2012 – Visita às Obras de Expansão do IFAL, foram emitidos os relatórios 01/2012 e 02/2012, referente aos campus penedo e piranhas, com as seguintes recomendações

	Recomendação	Providências/Justificativas dos Gestores
	Recomendamos que a contratada requeira o termo aditivo de prorrogação dos prazos de execução da obra respeitando-se o limite de 30 (trinta dias) anteriores ao término do termo aditivo ainda vigente, para que a mesma realize seus trabalhos respaldada no respectivo contrato.	Não houve manifestação por parte do gestor.
	Recomendamos o preenchimento integral do Relatório Diário de Obras pelo fiscal e engenheiro da obra com suas respectivas assinaturas, visando à comprovação do acompanhamento e ocorrência na execução da obra.	O preenchimento do Relatório Diário de Obras foi atualizado integralmente.
	Recomendamos que para o cumprimento do novo prazo da execução da obra (03/2012), uma melhor adequação do efetivo de pessoal seja realizada.	Não houve manifestação.
	Recomendamos que a Contratada	Recomendação acatada pela contratada.

	solicite do Gestor/Fiscal maior celeridade nos materiais, postes e cabeamentos de fornecimento do IFAL, afim de evitar atraso na conclusão da obra.	
	Recomendamos que o gestor atue com maior celeridade no sentido de formalização do termo aditivo, para que a Contratada realize seus trabalhos respaldada no respectivo contrato.	Recomendação acatada pelo gestor.
	Recomendamos que o Gestor/Fiscal atue de forma mais efetiva junto à contratada para o cumprimento do novo prazo da execução da obra (03/2012).	Recomendação acatada pelo fiscal.
	Recomendamos ao Gestor/Fiscal que se posicione quanto a atual situação do restaurante.	Não houve manifestação.
	Recomendamos ao Gestor/Fiscal que se posicione quanto a atual situação da instalação do reservatório elevado do combate a incêndio.	Acatada, pois providências foram tomadas para solução do problema.
	Recomendamos que a atuação do Gestor/Fiscal seja mais efetiva na execução da obra, afim de evitar o pagamento de serviços não executados, a falta de comprovação e conferência dos serviços executados, divergências entre medições atestadas e os valores efetivamente pagos, medições e pagamentos executados com critérios divergentes dos estipulados no edital de licitação e contrato, inconsistências e incoerências nos relatórios de fiscalização.	Recomendação acatada pelo fiscal, pois foi intensificada sua atuação.
	Recomendamos a celeridade de um Termo Aditivo e que a nova data de prorrogação do prazo de execução da obra seja acordado entre as partes de forma exequível para que ocorra a conclusão da obra.	Apesar da falta de tempestividade na manifestação por parte do gestor, foi verificado o ajuste do termo aditivo.
	Recomendamos que o diário de	Recomendação acatada pela contratada e

	ocorrência permaneça no local da obra para que as partes lancem diariamente os eventos ocorridos.	fiscal.
	Recomendamos que seja anexa ao processo as ART,s do fiscal da obra e do responsável técnico da obra.	Recomendação acatada pela contratada e fiscal.
	Recomendamos a atualização do projeto de execução da obra e do cronograma físico/financeiro efetivamente realizado, em virtude das várias modificações ocorridas.	Quanto ao projeto não houve manifestação, porém quanto ao cronograma físico-financeiro houve ajuste/adequação.

Ação Global Nº 09/2012 PAINT/2012 Gestão de Patrimônio- Controle Patrimonial

	Recomendação	**Providências/Justificativas dos Gestores**
REITORIA/ registro de bens	**Recomendação: (001)** Providenciar, com urgência, um programa atualizado, completo e integrado a todos os Campi, que possa oferecer um efetivo controle e gerenciamento patrimonial.	Não houve manifestação
REITORIA/ registro de bens	**Recomendação: (002)**Lotação de mais servidores, e que estes tenham treinamento e curso de capacitação continuado para melhor desenvolver habilidades e conhecimentos técnicos que lhes permitam exercer com eficiên-cia todas às atribuições do setor.	Não houve manifestação
REITORIA/ registro de bens	**Recomendação: (003)**Criar mecanismo e meios para anexar ao empenho planilha com a indicação de quantidade e destino dos bens, facilitando a sua entrega imediata.	Não houve manifestação
REITORIA/	**Recomendação: (004)**Abster-se de	Não houve manifestação

registro de bens	liberar bens permanentes sem o devido tombamento e emissão do Termo de Responsabilidade.	
REITORIA/ registro de bens	**Recomendação: (005)**Proceder a depreciação, amortização e exaustão do Patrimônio Público conforme a NBC T 16.9, que regula de forma obrigatória desde 01/01/10.	Não houve manifestação
Reitoria/movimentação de bens	**Recomendação: (001)** Recomendamos que a gestão crie a regulamentação através de Portaria dos procedimentos administrativos e operacionais dos Patrimônios das Unidades do Instituto Federal de Alagoas – IFAL. **Recomendação: (002)** Providenciar um espaço para a guarda dos bens antes da distribuição, assim como, providenciar impressora e telefone para o setor de Patrimônio. **Recomendação: (003)** Recomendamos o imediato tombamento dos bens da Reitoria, a emissão do Termo de Responsabilidade e Guarda dos Bens, como também, a aquisição de etiquetas apropriadas à identificação dos bens. **Recomendação: (004)** Concluir o inventário físico/2011.	Não houve manifestação

	Recomendação: (005) Abster-se de incluir como membro da Comissão de Inventário servidores lotados no setor de Patrimônio.	
Campus Marechal Deodoro	Recomendação: (001) Implantar no setor , um controle mais efetivo referente aos Termos de Responsabilidade e Guarda do bem, principalmente quando há mudança de responsável pela guarda do bem, mudança de localização do bem e renovação anual. Recomendação: (002) Recomendamos que haja a emissão de um novo Termo de Responsabilidade sempre que existir qualquer movimentação de bens, para que os detentores confiram a carga distribuída a sua seção, propiciando compatibilidade do controle físico com o contábil, evitando distorções e diminuindo as possibilidades de erros quando do levantamento físico de material no final do exercício financeiro.	**1. Justificativas/Informações** Com relação aos temos de responsabilidade e guarda dos bens, o Câmpus adota os mesmos procedimentos do setor de patrimônio da Reitoria

Ação Global Nº 19/2012 PAINT/2012 Gestão de Recursos Humanos x Atividades Finalísticas do IFAL

	Recomendação	Providências/Justificativas dos Gestores
	Recomendamos que o Câmpus Palmeira dos Índios crie políticas de incentivos à participação do Professores nas atividade de formação continuada.	Quanto a este tema importa informar que o Câmpus de Palmeira envidará esforços, ao longo desse ano, para que os professores participem de atividades de formação continuada, com plano de trabalho da coordenadoria Pedagógica e Setor de Psicologia.
	Recomendamos que a equipe de disciplina atue de maneira mais eficaz de modo a não permitir que os alunos fiquem nos corredores durante o horário das aulas vagas. Que esta equipe participe de treinamentos acerca do Regulamento do corpo discente, para conhecer melhor as normas e as sanções nele previstas.	O Câmpus Palmeira dos Índios acata a recomendação da auditoria e diligenciará providências junto ao departamento de Apoio Acadêmico, no sentido de otimizar a atuação da equipe de disciplina.
	Recomendados que seja afixado nas salas de aula os horários das aulas, em local de fácil visibilidade.	Quanto à exposição dos horários em sala de aula, esta é uma prática rotineira no Câmpus. No período observado, havia um processo de adequação à chegada de novos professores e redistribuições de aulas e, por esse motivo, não se encontram expostos em local visível, conforme sugerido.
	Recomendamos o aprimoramento das atividades pedagógicas no sentido de melhor acompanhar o rendimento dos Alunos. Os professores, a equipe pedagógica e os discentes, devem	Quanto à situação de reprovação de alunos, desde há muito vem se verificando a problemática e algumas ações foram empreendidas no início do ano letivo 2011, com o Suporte de Aprendizagem realizado no 1º mês de aulas. Para o ano letivo 2012, as

	discutir quais as dificuldades encontradas, para que se possa melhorar o índice de aprovação nestes cursos.	providências já começaram a ser tomadas: as duas turmas de 1º ano de Eletrotécnica foram transformadas em três, a fim de que ficassem com um número menor de estudantes e a atenção dos professores fosse melhor direcionada a cada aluno. Além disso, estaremos aplicando, durante o 2º semestre letivo 2012, um programa de reforço/Nivelamento em Matemática e Língua Portuguesa para os alunos de todos os 1º anos, a fim de minimizar o déficit de aprendizagem que resulta em retenção.
	Recomendamos o levantamento dos motivos do elevado número de desistências nos cursos de Eletrotécnica e Informática do Câmpus, com o objetivo de implantar medidas para reverter tal situação.	Houve uma distorção na informação dos dados referentes ao item desistência, em decorrência de diferentes interpretações para o termo: seriam considerados desistentes somente os alunos que deixaram de frequentar as aulas ao longo do ano letivo ou também os que deixaram de renovar matrícula. Assim sendo, a primeira interpretação foi aplicada para o ano letivo 2011 e a segunda, para o ano letivo 2012. Por isso, o percentual de aumento de desistentes foi tão alto nos dois cursos analisados, comparando-se os dois anos. Atualizando os dados pela segunda interpretação, teremos os seguintes números. **Alunos Eletrotécnica**: **Desistentes 2011**: 16 alunos, Obs: Além destes 16 (dezesseis), 6 (seis) alunos trancaram matrículas em 2010 e não voltaram para efetuar reabertura. **Desistentes 2012**: 23 Alunos **Informática: Desistentes 2011**: 08 alunos; Obs.: Além destes 08 (Oito), 2(dois) alunos trancaram matrícula em 2010 e não voltaram para efetuar reabertura. **Desistentes 2012**: 13

		Alunos. Quanto à motivação da desistência, não foram realizados levantamentos oficiais, mas a maioria das informações que nos chegam dão conta de que os alunos já têm ensino médio concluído ou estão cursando em outros instituições.
	Recomendamos o estabelecimento de um planejamento por parte da equipe de apoio ao ensino, juntamente com os docentes, para analisar os principais motivos do porque os Alunos do IFAL não estão conseguindo, em sua maioria, estagiar nas suas respectivas áreas. Para então estabelecer estratégias no sentido de aumentar o número de Alunos que conseguem estágio curricular nas instituições privadas e públicas da Região.	A Direção do Câmpus acata a recomendação da auditoria no sentido de elaborar estratégia para aumentar o número de oferta de estágio curricular, bem como realizar estudo sobre as exigências de mercado**.**
	Recomendamos também que seja feito uma comparação do conteúdo programático dos cursos com as exigências do mercado.	Não houve manifestação da gestão.
	Recomendamos o cumprimento das Normas Legais no sentido de **abster-se de efetuar despesa sem dotação orçamentária**, de modo a evita futuros prejuízos aos envolvidos na execução deste programa e ao IFAL.	A Coordenação Adjunta do PRONATEC Câmpus Palmeira dos Índios solicitou providências em tempo hábil à coordenação geral do PRONATEC visando atender a recomendação deste órgão.
	Recomendamos que o IFAL promova a Licitação para a compras dos materiais citados no artigo da resolução de modo a viabilizar as condições necessárias	A coordenação adjunta do PRONATEC Câmpus Palmeira dos Índios solicitou providências em tempo hábil à coordenação geral do PRONATEC visando atender a

	para o alcance da eficácia do curso oferecido. **Ressaltamos que não pode haver empenho sem a prévia dotação orçamentária**.	recomendação deste órgão. Informamos que providenciamos junto à PROEX os insumos necessários para o início do curso, nos quais fomos atendidos de imediato. Todos os Alunos receberam pastas, caneta e bloco para anotações, os materiais didáticos foram reproduzidos no próprios Câmpus. O fardamento também foi providenciado para todos os alunos, conforme (ANEXO 1)
	Visto que o curso já se encontra em andamento recomendamos que seja realizado, licitação aos moldes da Lei, para o fornecimento de Alimentação e Transporte aos Alunos do Bolsa formação nos termos contido no **Art 8º da Resolução CD/FNDE Nº 04/12.**	A coordenação adjunta do PRONATEC Câmpus Palmeira dos Índios informa que a recomendação foi atendida e que os alunos estão recebendo o auxílio alimentação e transporte aos moldes da lei, nos termos contidos no Art 8º da Resolução CD/FNDE nº 04/12, Conforme documentação (ANEXOS 2,3,4).
	Recomendamos maior atuação do pessoal responsável pela disciplina no controle dos alunos que se encontram fora da sala nos horários de aula.	Referente aos discentes fora da sala em horário de aula, também tomamos providências junto aos Assistentes de Alunos, para que esses alunos sejam encaminhados para as suas salas de aula ou para a Biblioteca, ou ainda ao Setor Pedagógico caso haja indisciplina".
	Recomendamos que, apesar do número reduzido de servidores, se envide esforços no sentido de traduzir os dados levantados e dispostos em mapas - em números, pois estes subsidiarão os Gestores na tomada de decisões, além de ajudar a compor o atual perfil do profissional que a Instituição	Relacionado aos alunos egressos e a falta de informações sobre os mesmos, junto a Direção Geral foi levantada a possibilidade de o Campus ter um servidor desempenhando a função de Pesquisador Institucional, estamos aguardando a chegada de novos servidores que acontecerá em breve,

	disponibiliza ao mercado de trabalho, e consequentemente à sociedade em geral. Daí, a grande importância do levantamento das principais dificuldades do egresso no exercício da profissão, a comparação do conteúdo programático dos cursos com as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado e de uma sociedade em constante mutação.	pois já foram solicitados à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.
	Recomendamos afixar etiquetas de numeração ou outras formas de identificação visual padronizadas nas salas de aula e demais setores. Recomendamos buscar meios para melhor sinalizar as dependências internas do IFAL - Câmpus Satuba visando facilitar o acesso tanto da comunidade interna, quanto aos que visitam a Instituição.	Etiquetas de identificação das salas de aula, setores e departamentos, realmente precisam ser identificados e estamos tomando as providências junto ao Departamentos de Infraestrutura e Materiais e a Profa. Ariadne Aguiar (Arquiteta) para confeccionar placas ou etiquetas padronizadas e com a logomarca do IFAL Campus Satuba, salientando que o processo de aquisição desse material demanda o tempo do tramite legal de licitações.
	Recomendamos manter os horários e disciplinas atualizados, expostos em quadros padronizados, com o intuito de facilitar a localização das aulas pela comunidade escolar e, também, os trabalhos dos controles interno e externo quanto à localização dos alunos, docentes e demais servidores.	Recentemente recebemos murais novos que foram instalados em todos os ambientes do Câmpus onde estão sendo disponibilizados os horários de aula atualizados, assim como a divulgação de informações e também de eventos.
	Recomendamos envidar esforços no sentido de atualização e informatização	Recebemos mais uma bibliotecária que irá nos auxiliar bastante no tocante a

	dos procedimentos e acervo da biblioteca.	atualização do acervo e da informatização da biblioteca. As bibliotecárias participam na reitoria de reuniões com os demais bibliotecários do IFAL e nessas reuniões vem sendo discutida a informatização assim como o equipamento de segurança com tarja magnética e alarme para evitar o roubo de livros, portanto é uma situação do Instituto e não só do Campus Satuba".
Prover	um controle mais efetivo quanto à ausência de professores decorrente de faltas.	Em relação às recomendações, informamos que durante o período de paralisação das atividades letivas devido ao movimento grevista dos servidores efetivamos algumas alterações na infraestrutura das salas de aula, tais como instalação de aparelhos de data show, remodelação da localização das mesmas, bem como colocação de portas na entrada do corredor que dá acesso às salas. Essas medidas visão diminuir o tempo necessário para os inícios das aulas, assim como facilitar o controle quanto à frequência e pontualidade dos **docentes e discentes.**
As	Assegurar o cumprimento mínimo da carga horária dos professores e pontualidade.	
	Providenciar a admissão/alocação de novos servidores docentes, para que não ocorram prejuízos aos alunos por ausência de professores.	
	Implantar uma melhor distribuição das horas aulas de acordo com a carga horária razoável para esses professores, de modo que não ocorram excessos das mesmas, influenciando no rendimento tanto dos docentes como discentes.	Quanto à contratação de docentes para as Disciplinas de Filosofia e Sociologia, encaminhamos diversos memorandos á Pró-reitoria de Ensino, solicitando a disponibilização destes profissionais. Nesse ponto, a previsão atual é que chegará um docente de Sociologia em um tempo estimado de 45 dias. Já em relação ao docente de Filosofia, ainda será necessária a realização de concurso.
	Providenciar a contratação/alocação de docentes para as disciplinas de sociologia e filosofia.	
	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação, oportunidade para complementação pedagógica mediante programação de	Quanto à necessidade de implementação de programas de complementação pedagógica, informamos que a responsabilidade pela oferta dos mesmos é da Pró-reitoria de En-

	cursos, seminários, oficinas, elaboração de material didático, visando atualização de conhecimentos pedagógico dos profissionais, melhor qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	sino do Instituto Federal de Alagoas – PROE/IFAL. A fim de contribuir com essa necessidade, o Câmpus Marechal Deodoro tem oportunizado aos seus docentes a participação em eventos de caráter pedagógico.
	Procurar adotar procedimentos mais efetivos de controle quanto à entrada e saída dos alunos nos horários de aula, em atividades de descanso e lazer e em circulação pelas instalações, evitando a permanência dos mesmos nos corredores e áreas anexas.	Quanto à constatação da permanência de alunos fora das salas em horário de aula, informamos que, pela organização da Matriz Curricular de nossos curso, todas as nossas turmas possuem horários não preenchidos a partir do 2º ano do Ensino Médio, o que explica, em parte, esse acontecimento. Além disso, estamos desenvolvendo um novo método de acompanhamento da frequência dos discentes, na tentativa de minimizar essa problemática.
	Recomendamos a realização de campanhas/projetos educativos, palestras e debates sobre temas diversos de interesse da comunidade interna do Câmpus Marechal Deodoro.	Em relação à existência de campanhas e projetos educativos, informamos que no ano letivo de 2012, realizamos projetos voltados à sexualidade e campanha de conscientização alimentar. Estão em processo de elaboração projetos que oportunizem discussões de temáticas diversas, tais como educação ambiental, drogas e conservação do patrimônio.
	Elaboração de um Regulamento do Corpo Discente submetido à aprovação das instâncias responsáveis, **adequado** à realidade do Câmpus para que sejam preservados os Direitos e Deveres de servidores e estudantes, na busca de respeito, responsabilidade pelos atos e melhor convívio na coletividade.	No que se refere às normas que regulamentam as atividades do corpo discente, salientamos que atualmente estamos trabalhando com o manual do aluno formulado no ano de 2008 pela reitoria do então Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET – AL) e que nesse momento está sendo elaborado um novo regulamento para o corpo discente, este se encontra na fase de realização de audiências públicas e depois será encaminhado para aprovação do Conselho Superior desta Instituição.
	Recomendamos que caso haja a necessidade de utilização de funcionários de empresa terceirizada para trabalharem na disciplina de alunos, esses sejam contratados/alocados de acordo com requisitos para lidar com assuntos	Informamos que o Câmpus Marechal Deodoro tem procurado viabilizar a contratação de mais servidores efetivos para a ação de apoio educacional, o que ajudará na diminuição da participação de servidores terceirizados nessa atividade. Por outro lado, iremos oportunizar o treinamento dos atuais

	referentes às atividades inerentes ao cargo.	funcionários terceirizados, para que, assim possam melhor atender às nossas necessidades.
	Providenciar a admissão/alocação de novos servidores, assistentes de alunos, para que os mesmos possam dar um suporte no monitoramento de alunos.	
	Melhorar o mecanismo de monitoramento dos alunos nos horários de aula.	
	Implantar meios para melhor **sinalizar** as dependências internas, visando facilitar o acesso tanto da comunidade interna quanto aos que visitam o Câmpus Marechal Deodoro.	Esclarecemos que a Diretoria de Administração e a Planejamento está realizando esforços necessários à melhor sinalização das dependências internas do Câmpus. O processo de numeração das salas de aula foi efetivado.
	Alertar a equipe acadêmica e a Gestão, da importância do aumento efetivo dos índices de eficiência e eficácia da Instituição, visto que, esses dados influenciam nos recursos orçamentários disponibilizados para o Câmpus e acréscimo de professores ao banco de professores, contribuindo assim para o crescimento das ações em favor da melhoria da educação.	Enfatizamos que para o ano letivo de 2013 serão ofertadas 144 vagas para os Cursos de modalidade Técnico Integrado, o que representa uma ampliação de 400% em relação ao ano letivo 2012. As projeções desta Direção de Ensino apontam que, seguindo essa trajetória, o Câmpus Marechal Deodoro deverá atender as metas acordadas com o Ministério de Educação e Cultura no ano 2016.
	Recomendamos que a equipe acadêmica do Câmpus, **adote** mecanismos efetivos, que possam melhorar os índices de aprovação/reprovação dos alunos, uma vez que, os índices encontrados demonstram a necessidade de revisão de métodos e metodologias de ensino, buscando elevação da qualidade dos processos formativos.	Informamos ,ainda, que para atendimento das recomendações referentes as índices de retenção/reprovação, durante o ano letivo 2012 estamos realizando atividades com o corpo docente que visam primordialmente debater as metodologias de avaliação e vislumbrar quais as melhores alternativas para garantir a permanência e o sucesso de nossos educando. Ainda nessa linha, o campus Marechal Deodoro desenvolve um programa de monitorias que visa auxiliar os discentes com dificuldades nas disciplinas que possuem maior histórico de reprovações. Tal programa é realizado por aproximadamente 50 (cinquenta) monitores a um custo anual de R$ 130.000,00 (cento e trinta) mil reais.
	Fomentar políticas de estágios que possibilitem um aumento de alunos na	Quanto à questões referentes ao número de estágios é interessante notar que os dados

	realização da prática profissional na forma de estágios, uma vez, que as Normas de Organização Dídática do IFAL, preveem a aprovação na prática profissional como uma das condições para obtenção do diploma	referentes ao ano 2012 ainda se encontram incompletos, tendo em vista o não encerramento do nosso ano letivo. Outro ponto importante é que diversos alunos realizam estágio em nosso campus através de atividades de pesquisa e extensão e que tais atividades somente são computadas após o término do ano letivo. Encaminhamos em anexo esclarecimentos das coordenações de curso e da coordenação de extensão quanto a essa temática.
	Recomendamos que todas as aulas que não forem dadas devam ser repostas. Além disso, sugerimos que nas faltas de professores, sejam realizadas atividades para que os alunos não fiquem dispersos pelo pátio e corredores, pois essa é uma situação frequente no campus.	**1**. É extremamente importante a verificação da assiduidade dos docentes deste Campus Maceió, tanto que existe um Departamento de Apoio Acadêmico com esse fim que mantém a Diretoria de Ensino informada sobre a situação verificada (turma sem aula por faltas regulares de professores ou pela necessidade de contratação) e envia o controle dessa frequência à Direção Geral. Reforçando: isso demonstra o cuidado que o Campus Maceió tem com o processo ensino/aprendizagem e com o cumprimento das funções inerentes a cada profissional da educação. Acreditamos que a Auditoria pode ajudar ainda mais o referido processo, se estender esse controle de assiduidade e pontualidade aos demais setores que estão diretamente associados ao ensino: pedagogia, psicologia e assistência social. Falando especificamente do setor pedagógico pelo qual a Diretoria de Ensino
	Designar servidores responsáveis para orientar aos alunos que não fiquem nos corredores e no pátio nos horários de aulas, e até mesmo para acompanhá-los ao setor responsável, caso sejam retirados da sala de aula por algum motivo.	
	Sugerimos que sejam designados servidores para fiscalizarem os corredores, dando suporte aos professores e aos alunos.	
	Recomendamos que o Câmpus Maceió crie políticas de incentivo à participação dos professores nas atividade de formação continuada.	

		responde, visto que nenhum dos funcionários aceitou assumir a função de Coordenador, foi orientação desta Diretoria que a participação dos membros da equipe pedagógica em Comissão, Programas de Extensão, Reuniões, entre outros, ocorresse sem que houvesse prejuízo ao atendimento dos estudantes, dos pais e dos professores. Ou seja, o setor não poderá ficar fechado totalmente ou aberto sem a presença de pelo menos um profissional da pedagogia. Assim, acreditamos que considerar apenas a assiduidade e a pontualidade dos docentes e ignorar esses aspectos em outros profissionais da educação é uma visão que interfere nas próprias recomendações feitas pela Auditoria. **2.** No que se refere ao percentual efetivo de professores em sala de aula, especificamente nas disciplinas Sociologia e Educação Física, no primeiro semestre, alguns problemas foram observados devido a situações pontuais, mas que fazem parte da rotina de uma Instituição de Ensino Público Federal: aposentadorias, fim de contratos temporários, atestados médicos, mudança de matrizes curriculares em função de legislações com inclusão de disciplinas, demora para a conclusão dos trâmites de contratação de docentes, entre outros. Tais aspectos enumerados fogem a qualquer planejamento e repercutem em ausência de professores no início do ano letivo, entretanto com a regularização do quadro de docentes, ocorre a orientação aos coordenadores para uma reposição consistente. Quanto à disciplina Educação Física, em planejamento feito por esta Diretoria de Ensino, solicitou-se a contratação de professor, ocorrida em 2011, entretanto o professou que

		chegara foi vítima de infarto e ainda se encontra sob atestado médico. Para a solução da demanda de aulas, solicitou-se um professor substituto que chegou em tempo, mas também se ausentou em função de ter passado em um concurso público. Novo professor foi solicitado e o Campus Maceió aguarda. Esses devem ter sido os motivos que acusaram a falta de aulas na disciplina Educação Física. Reforçamos que a Diretoria de Ensino estava ciente dos fatos e tomou as medidas cabíveis junto à PROEN. Em relação à disciplina Sociologia, a Lei Nº 11.684/2008 que trata da inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo obrigatório do ensino médio, no âmbito nacional, naturalmente criou-se uma demanda na área e na contratação dos novos professores, respeitando-se os prazos, houve um período de espera para a composição do quadro. Paralelamente, a esse fato também tivemos dificuldade com a saída de outros profissionais em função de passarem em concurso público, além do fato da ampliação dos cursos de nível superiores que exigem disciplinas com conteúdos filosóficos. Sobre a disciplina URB V, do curso de Urbanização, é importante lembrar que o curso de Urbanização não tem mais entrada no Campus Maceió. Existe apenas um aluno matriculado e a referida disciplina tem o propósito de orientar Pesquisa e elaboração de Projeto e que por esse motivo não há a prerrogativa ou a necessidade de uma sala de aula, o que justifica a não localização de turma. No caso de ARUR, também é uma disciplina de curso extinto – Infraestrutura – com apenas 1 aluno matriculado em disciplinas de Reoferta e sendo 1 aluno, a aula não ocorre necessariamente na sala de aula, podendo ocorrer na coordenação, em

laboratório ou mesmo em espaço aberto devido a natureza da disciplina: arborização urbana. Mesmo com essas peculiaridades que não exigem um espaço maior como o da sala de aula, a Instituição tem o cuidado de deixar um espaço disponível. Para evitar esse desencontro, sobretudo no caso de fiscalização como essa feita pela Auditoria Interna, será recomendado ao DAA que nos casos de orientação de TCC, de turmas de Reoferta, ou mesmo de aulas de campo, os responsáveis pela matéria mantenham o Departamento de Apoio Acadêmico informado, para que se evitem os desencontros. No caso da disciplina MTRM, ocorreu de fato a ausência de professor em determinado período em função de problemas de saúde, no caso específico, o docente se submeteu a tratamento de visão e cirurgia o que gerou a falta justificada e a recomendação de reposição de aulas. Segundo o Coordenador do curso, as aulas foram repostas, inclusive com o auxílio de outros profissionais da área. Quanto á disciplina Contabilidade Ger. , em 2012, a disciplina foi ofertada, tendo uma professora substituta como responsável, o que acreditamos que a aula não dada tenha sido uma falta eventual e nesse caso a recomendação é a reposição. Resumindo, podemos apresentar o seguinte quadro:

DISCIPLINAS	TURMA	JUSTIFICATIVA	PROVIDÊNCIA
EDUCAÇÃO FÍSICA	10.921-CO	PROFESSOR EFETIVO INFARTOU; O PROFESSOR SUBSTITUTO PEDIU CANCELAMENTO DE CONTRATO POR PASSAR EM CONCURSO PÚBLICO.	FOI FEITA A SOLICITAÇÃO À PROEN DE UM NOVO PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O CAMPUS MACEIÓ.
SOCIOLOGIA	10.311-A	PROFESSOR SUBSTITUTO PASSOU EM CONCURSO	FOI FEITA SOLICITAÇÃO À PROEN DE CONTRATAÇÃO DE

		PÚBLICO E PEDIU CANCELAMENTO DE CONTRATO. AUMENTO DA DEMANDA DA DISCIPLINA EM FUNÇÃO DE INSERÇÃO DA DISCIPLINA EM NOVA MATRIZ.	PROFESSOR SUBSTITUTO E DE EFETIVO PARA SUPRIR A DEMANDA
URB V	5º P. URBANIZ.	CURSO EXTINTO; UM ALUNO MATRICULADO; DISCIPLINA DE ORIENTAÇÃO DE TCC, SEM NECESSIDADE DE USO DE SALA AMPLA.	SOLICITAR À COORDENAÇÃO E AO PROFESSOR DA DISCIPLINA A LOCALIZAÇÃODOS ESPAÇOS DE ORIENTAÇÃO.
ARUR	10.514-A	CURSO EXTINTO; UM ALUNO MATRICULADO EM DISCIPLINAS DE REOFERTA; SEM NECESSIDADE DE USO DE SALA AMPLA; AULAS DE CAMPO.	SOLICITAR À COORDENAÇÃO E AO PROFESSOR DA DISCIPLINA A LOCALIZAÇÃODOS ESPAÇOS DE ORIENTAÇÃO.
MTRM	10622.B	O PROFESSOR RESPONSÁVEL ADOECEU E PASSOU POR CIRURGIA.	O PROFESSOR REPÔS AS AULAS. ORIENTAR REPOSIÇÃO
CONTABILIDADE GER.	TH 3	AULAS REGULARES NESSE PERÍODO.	A FALTA FOI CIRCUNSTANCIAL ORIENTAR A REPOSIÇÃO.

Considerando o exposto e a própria colocação feita pela Auditoria “muitos docentes utilizam o espaço dos laboratórios para ministrarem suas aulas, o que importa na inserção dos alunos num ambiente propício à aprendizagem, dada à vivência prática destes às situações estudadas. Além disso, os professores que estavam presentes, ministrando suas aulas, o fizeram pontualmente, sem atraso.”, bem como o fato de as ausências enumeradas em Relatório da Auditoria Interna, na maioria, não se configurarem em falta de assiduidade ou participação efetiva em sala de aula,

		visto as justificativas apresentadas por esta Diretoria, vemos como satisfatório o resultado apresentado, pois acreditamos que os números citados (33,33% e 40%) em percentual de faltoso é menor. Mas visando a melhores índices, comprometemo-nos a buscar uma maior comunicação entre os setores envolvidos para evitar esse desencontro ou falta de informação e a favorecer o início das atividades letivas com o quadro de professores completo e ter um maior controle sobre a reposição das aulas não dadas. Destacamos que, diferentemente do exposto em Relatório, o Campus Maceió possui normatização padrão para a reposição de aulas vagas em virtude da falta do professor. Funcionários da disciplina passam em todas as salas de aulas para verificar o cumprimento dos horários e, em caso de falta, fazem o registro. Esses documentos estão disponíveis no Departamento de Apoio Acadêmico. Feito o registro, o DAA encaminha mapa de faltas às coordenações para as justificativas, o que não isenta de reposição. Para a reposição, o professor pega dois formulários no DAA (em anexo): um termo de compromisso e outro uma lista de

		frequência. O professor deve previamente combinar dia e hora da reposição com as turmas; solicitar que os alunos concordem através de assinatura do termo de compromisso; esse termo deve ser assinado por 50% mais1 do total de alunos da turma, contendo o dia, o local e a hora da reposição e entregue ao DAA. Na data, local e hora estabelecidos para a reposição, um responsável pela disciplina verifica se a aula está acontecendo; após a aula, o professor entrega a listagem de frequência para o setor responsável pelo acompanhamento. Também existe formulário para reposição de aulas práticas (em anexo). Sobre a recomendação de, no caso de aulas vagas decorrentes de falta de professores, realizar atividades com os estudantes, tal procedimento foge nossa ação, pois depende da contratação de funcionários: professores, assistentes de disciplinas, administrativos, ou da criação de novos espaços. O campus Maceió não possui a prerrogativa de contratação de professor que não seja para assumir as aulas de disciplinas que constam nas matrizes curriculares dos cursos. O campus Maceió possui setores

		funcionando sem o número suficiente de funcionários administrativos e aguarda o envio desses profissionais e, finalmente, o Campus Maceió não tem um número suficiente de auxiliares de disciplinas (funcionários terceirizados) para o atendimento de mais de 3000 alunos. Sem espaço físico, sem professores sobressalentes, sem profissional especializado para o trabalho disciplinar, os alunos não tem outro local a ficar que não seja o pátio da Instituição. Sobre a informação de que os estudantes ficam dispersos nos corredores, não concordamos, pois, em caso de aulas vagas, os alunos são encaminhados ao pátio, não podendo ficar pelos corredores para que não se prejudiquem o andamento das demais aulas. Diante da constatação exposta pela Auditoria Interna, da presença de alunos no pátio sem acompanhamento, para o qual concordamos com a existência do problema e nos vemos limitados a uma ação educativa em virtude de não haver funcionários em número suficiente e espaço, informamos que com a contratação dos professores que tem sido feita pela PROEN e PRDI, esse número reduziu bastante em relação a 2011. Também é importante considerar que em períodos

		de avaliação (mensal e bimestral) os alunos, após o término das provas, se dirigem ao pátio e nessa época a incidência de estudantes no pátio torna-se maior. Qualquer medida educativa depende de pessoal e através dessa exposição e da recomendação da Auditoria, solicitamos que se destaque junto aos setores competentes (Reitoria) a necessidade de envio de profissionais qualificados na área de disciplina. Sobre o aluno que não assistem às aulas por opção ou por atraso, o que se pode salientar é que nas próprias normas disciplinares da Instituição se prevê que após dez minutos de atraso o aluno não entra em sala de aula. Ou se mudam as normas, ou por esse motivo, haverá aumento no número de alunos no pátio. Quanto aos alunos retirados da sala de aula por indisciplina, os professores são orientados à encaminhá-los ao setor responsável – DAA. Sobre a constatação de que não há fiscais nos corredores para suporte aos professores e aluno, afirmamos que há funcionários escalados para cada corredor dos diferentes andares e blocos, entretanto o número é insuficiente. Concordamos com a

		recomendação de se aumentar esse número, mas depende da contratação de novos servidores efetivos ou terceirizados. Solicitamos que as fotos que foram anexadas ao relatório venham acompanhadas de datas e horários, pois no caso especifico da foto que retrata alunos no pátio, próximos à cantina, onde são vistos 15 alunos, perde o sentido se a sua data coincidir com semana de provas. Também o total de alunos visíveis na foto não representa excesso visto que são cerca de 800 alunos por turno e 15 alunos pode ser considerado razoável. **3.** A constatação 4, referente aos docentes, acreditamos que ficou fora do contexto dos dados apresentados, pois se refere à formação continuada. Nada se falou anteriormente no relatório sobre como se chegou a essa constatação. Consideramos que a formação continuada deva ser uma política da Instituição e o Campus Maceió deve abraçá-la. Em 2011, formou-se um grupo na Diretoria de Ensino, com dois chefes de Departamentos e a equipe pedagógica, para propor atividades de formação continuada que fora encaminhada à Direção Geral do Campus Maceió, contendo sugestões de nomes, além

		de ter sido feito contato com os profissionais, mas infelizmente não houve verba para o fim. Em 2012, vários profissionais receberam passagens e diárias para participação em congressos e cursos (relatório em anexo). Também a Diretoria de Ensino encaminhou à PROEN o nome de aproximadamente 50 profissionais para participação em Congresso de Educação. E, ainda, no 1º Conselho de Classe do Campus Maceió se desenvolveu uma metodologia de trabalho, idealizada pelas pedagogas do Campus Maceió e viabilizada pela Diretoria de Ensino, onde dois profissionais da educação ministraram palestras/oficinas com os docentes. É pouco, mas demonstra que existe a preocupação e que sempre que se pode viabilizar essa formação, a Instituição não mede esforços. Infelizmente a escassez de recursos e a morosidade em se concluir os trâmites acabam por repercutir negativamente na realização desse Projeto. Sendo essa necessidade reforçada por uma recomendação da Auditoria, usaremos esse argumento para a implementação de proposta feita em 2011 por comissão criada nesta Diretoria de Ensino. Destacamos que

		em 2012, em discussão feita junto aos coordenadores de cursos, chefes de departamentos, Diretora de Ensino e Diretora Geral, mais representantes da PRAP, sobre orçamento 2013, a Diretora Geral solicitou aumento dos recursos orçamentários para formação do professor.
	Recomendamos que os setores do Câmpus Maceió busquem atender as solicitações de informações, não só por esta Auditoria, que as busca para compor seu trabalho e auxiliar a gestão a tomar as melhores decisões para o IFAL, mas também àquelas demandadas pelo público que não forem caracterizadas como sigilosas, tendo em vista o atendimento à Lei 12.527/2012 – Lei de Acesso à Informação.	**1.** No que se refere aos dados dos discentes dos cursos de Mecânica e de Química, o relatório se inicia com a enumeração de uma série de informações pedidas em documento de número 25/2012 – Auditoria Interna e afirma que vários setores não repassaram as informações. Para qualquer ação dessa Diretoria de Ensino, é necessário que nos seja repassado o nome dos setores que não responderam ao chamado dessa Auditoria . Assim, verificaremos quais são ligados a esta Diretoria de Ensino e o porquê de não se encaminharem os dados necessários, prejudicando o trabalho que é de interesse do Campus Maceió, pois nos auxilia em tomar medidas, visando à qualidade de ensino. Esse fato, com certeza, interferiu no resultado dessa Auditoria e coloca em risco a nossa análise. Diante da recomendação posta para que haja a cobrança do cumprimento das determinações dos auditores, reforçamos que só podemos fazê-lo se formos informados sobre os nomes dos setores que omitiram as informações nos prazos determinados. **2.** Outra constatação feita sobre o tema refere-se a divergências de dados
	Solicitamos que o Câmpus Maceió justifique as diferentes informações acerca do número de alunos que ingressaram.	
	Recomendamos que sejam diagnosticadas as causas da interrupção do curso por alguns alunos, pontuando as necessidades destes e o que os motivou a desistir, e a partir de então, sanar a situação.	
	Recomendamos que seja avaliada a situação atual dos cursos do Câmpus Maceió. A aprovação está abaixo do esperado e a reprovação muito alta. É preciso investigar quais as causas que levaram a esta situação e corrigi-la.	

		enviados pela CRA e pela COPES. Informamos que os dados da COPES são iniciais, baseados nas vagas ofertadas e são pautados no contexto de seleção. Os dados da CRA são do momento posterior, de matrícula, e de levantamento de dados, como por exemplo: alunos que se matricularam e desistiram e abriram nova vaga. Ou também pelo fato de a Diretoria de Ensino, ao divulgar o número de vagas para ingressantes no Campus Maceió, considerar uma margem de alunos reprovados no primeiro ano, ou seja: se há vagas para 40 alunos em sala de aula, considera-se a possibilidade de 05 reprovados (35 por turma; 70 por curso). Esse total sai em edital. Mas não havendo esse total de reprovação, as vagas são preenchidas, respeitando-se a sequência de aprovados nos cursos. **3.** O relatório, nesse ponto, fala de dados solicitados e que são referentes aos anos de 2011 e 2012: vagas de 2012; ingressantes de 2012; aprovados e reprovados em 2012; transferidos em 2011 e 2012; jubilados em 2011 e 2012; trancamento em 2011 e 2012; reabertura de matrículas em 2011 e 2012; reopção de curso em 2011 e 2012; colação de grau em 2011 e 2012;

		entre outros. Reforça que os cursos em pauta serão de Mecânica e de Química. Na sequência cita informações dadas pela equipe pedagógica, referentes ao ano de 2009 que abrangem todos os cursos das Instituições. A constatação feita fala de um alto índice de interrupção do fluxo escolar em Edificações, Informática e Eletrotécnica. Acreditamos que esses dados fugiram ao objetivo específico do relatório no que se refere aos cursos de Mecânica e de Química e dificulta uma análise mais sequenciada do Relatório. Para que possamos atender as recomendações dadas no que se refere aos dados apresentados pela equipe pedagógica e de forma coerente com o que propõe o relatório, sugerimos que os dados referentes à 2009 sejam solicitados à coordenação responsável pelo seu registro – CRA e que sejam, nesse caso específico em que se fez o recorte de dois cursos, relacionados exclusivamente aos cursos de Mecânica e de Química. Quanto à recomendação feita sobre o diagnóstico das causas, encaminharemos ao Setor pedagógico do Campus Maceió, documento solicitando esse diagnóstico, visto que

		as pedagogas apresentam dados que demonstram o conhecimento da equipe sobre o problema enfrentado, bem como ações urgentes no sentido de minimizar o problema. **4.** Quanto aos dados comparativos do IFAL e do INEP, são importantes para que tracemos meta no avanço do processo ensino/aprendizagem, com vistas em melhorar esse percentual. Estamos abaixo do percentual, mas não usaria a expressão aquém, pois mesmo visualmente, observa-se que os índices não se distanciam o que se verifica em números, havendo até uma superação de resultado no curso de Química que apresenta índice de 89,30% de aprovação no IFAL – Campus Maceió contra 83,10 do INEP. Acredito que seria importante uma análise comparativa entre os Institutos Federais do nordeste, pois a realidade é diferente de outras áreas urbanas do sul e do sudeste. Não podemos deixar de destacar que no comparativo tivemos um índice favorável no que se refere ao cancelamento e trancamento de matrícula: nosso percentual é menor o que significa que existe credibilidade em nossa Instituição. Concordamos que uma instituição com a credibilidade do Campus Maceió – IFAL, que almeja

		um ensino de excelência tem que buscar um índice próximo de 100% de aprovação: é o ideal. Mas esse ideal tem se esbarrado em um contexto diferenciado, onde alunos entram na Instituição através de exame de seleção por cota que traz um público que carece de uma formação básica e tem contato com uma formação especializada – técnico profissional – diferente de tudo que estudou no ensino fundamental. Esse é um diagnóstico inicial já exposto pelos docentes em conselhos de classes. Uma medida tomada em 2011/2012 foi que a equipe pedagógica se dedicasse preferencialmente a esses alunos ingressantes. Também, o Campus Maceió realizou plantão pedagógico em 2011/2012 para orientações aos pais nesse processo de acompanhamento dos alunos em sua formação. É intenção desta Diretoria encaminhar a equipe pedagógica do Campus Maceió proposta para que cada responsável pelos cursos apresentem palestras nas coordenações com orientações voltadas para um acompanhamento mais eficaz aos estudantes: metodologia, avaliação, dinâmicas, entre outros, como parte da formação

		continuada dos docentes.
	Recomendamos que sejam analisados os problemas quanto a infraestrutura e resolvidos com a máxima urgência, principalmente, aqueles que acarretam a falta de segurança dos docentes e discentes, como os problemas elétricos nos laboratórios e salas de aula, e a falta de extintores de incêndio. Quanto à acessibilidade, alertamos para o atendimento à Lei 10.098/00 que trata da acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo. É importante que, assim como a rampa no prédio central e do elevador do Bloco de Eletrônica, seja providenciado meio de acessibilidade às dependências do Auditório Oscar Satyro e ao Bloco de Informática.	Quanto aos dados relativos à infraestrutura, apesar de não ser da competência desta Diretoria responder, podemos fazer algumas observações que nos chegam. O Campus Maceió está em obras e os projetos contemplam a a acessibilidade dos estudantes portadores de necessidades especiais. Sobre os extintores, fui informada de que todos foram trocados, Quanto aos equipamentos obsoletos, recomendaremos o desfazimento desses bens se esses não forem necessários por qualquer motivo. Em relação à parte elétrica, também fui informada sobre projeto de modernização e troca dessas instalações. De fato existe demora na troca de lâmpadas queimadas e em situações em que se pediu a troca, muitas vezes fomos informados de que não havia lâmpadas no estoque. Reforçaremos a necessidade de não se interromper a compra de materiais de manutenção: fios, lâmpadas, tomadas, entre outros. Sobre a sinalização inadequada nas portas, fomos informados de que, a sinalização

		oficial é a que se apresenta em placa acima da porta e aquelas feitas à caneta ou cartazes, muitas vezes são feitas pelos estudantes sem autorização. Todas as portas serão trocadas com a reforma do Campus Maceió.

2. Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

O percentual de recomendações atendidas no exercício 2012 foi de 65% sendo que as não atendidas foi de 35%.

3. Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

A partir do ano de 2012, criamos o PLANO DE PROVIDENCIAS INTERNO, onde deverão serem acompanhadas todas as recomendações e providências implementadas, em que pese ainda não dispormos de sistema informatizado de Auditoria Interna.

4. Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

O monitoramento dos trabalhos de auditoria interna está sendo feito mensalmente, porém existe a necessidade de um programa (sistema integrado e informatizado de auditoria interna) para que esta ação se torne mais eficiente.

5. Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

A certificação que a alta gerência tomou conhecimento sempre é feita com a entrega do relatório final de cada ação realizada pela Auditoria Interna, sendo esta devidamente protocolada. Quanto aos riscos, nos próprios relatórios alertamos aos gestores acerca de sua relevância e grau de complexidade. Também é outra sistemática muito utilizada quando o fator risco é alto, a realização de reuniões com os gestores para discutir o problema com maiores esclarecimentos e detalhes pela Auditoria Interna.

6. Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A sistemática de comunicação é através do envio dos relatórios finais para a alta gerência e apresentação do RAINT(Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna) para o Conselho Superior do Órgão fazendo parte este, da pauta de reunião onde todos os conselheiros recebem

antecipadamente, através de meio eletrônico, uma cópia desse relatório. Quanto as recomendações que não são implementadas pelo gestor, estas devem fazer parte dos relatórios como alertas da relevância dos riscos.

10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro 75 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu,**WELLINGTON SPENCER PEIXOTO**, CPF n°**663.338.904-30**, **PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**, exercido no **INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Maceió, 25 de março de 2013.

WELLINGTON SPENCER PEIXOTO

CPF 663.338.904-30

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – IFAL

10.5. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 76 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
				Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	159	165	345
	Entregaram a DBR	02	0	22
	Não cumpriram a obrigação	157	165	323

Fonte: DGP

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Com relação ao desfazimento de bens fora de uso no IFAL, informamos que foram criadas 04 (quatro) Comissões com essa finalidade que ainda estão com seus trabalhos em andamento nos Campi Maceió, Satuba, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios, devendo concluí-los até junho/2013, dando destino àqueles bens;

Já com relação à reavaliação dos bens imóveis pertencentes ao IFAL, será viabilizada com a maior brevidade possível, a criação de uma Comissão multicampi com o pessoal da engenharia, a fim de atender à legislação, conforme orientações recebidas em visita no dia 12/03/13 à Superintendência de Patrimônio da União em Alagoas, pelo servidor Gilvan Vieira Amorim da Coordenação de Patrimônio da Reitoria.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração com Ressalva

Quadro 77 – Declaração do Contador, com ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	158147

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) às informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT16.9 e NBCT16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação de itens do patrimônio e avaliação/reavaliação de ativos da unidade.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	**Maceió-AL**	**Data**	**20/03/2013**
Contador Responsável	**Luís Antônio Oliveira dos Santos**	**CRC nº**	**AL-004171/O-8**

11.3. Parecer da Auditoria Independente

Está sendo planejado para o exercício 2013.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Informações consideradas relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Abaixo se encontram quadros com o número de servidores do IFAL no exercício de 2012.

Quadro 78 – Titulação dos Técnicos Administrativos Educacionais– TAE

TAE – Titulação	Qtd
Alfabetização s/ Curso Regular	6
Ensino Fundamental – Incompleto	5
Ensino Fundamental – Completo	10
Ensino Médio	168
Graduação	232
Aperfeiçoamento	0
Especialização	99
Mestrado	19
Doutorado	1
TOTAL	**540**

Fonte: SIAPE

Quadro 79 – Jornada de Trabalho dos Técnicos Administrativos Educacionais– TAE

TAE – Jornada de Trabalho		
Grupo do Cargo	Jornada Trabalho	Qtd
Técnico-Administrativo	20	5
Técnico-Administrativo	25	1
Técnico-Administrativo	40	534
TOTAL		**540**

Fonte: SIAPE

Quadro 80 – Titulação dos Docentes

DOCENTES – Titulação	Qtd
Ensino Médio	4
Graduação	132
Aperfeiçoamento	8
Especialização	209
Mestrado	289
Doutorado	51
TOTAL	**693**

Fonte: SIAPE

Quadro 81 – Jornada de Trabalho dos Docentes

DOCENTE – Jornada de Trabalho		
Grupo do Cargo	Jor Trab	Qtd
Docente	20	3
Docente	40	189
Docente	DE	501
TOTAL		**693**

Fonte: SIAPE